

CLIO

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Capa: “Visões de D. Quixote”, de Octavio Ocampo (nasc. em 1942). Museu Iconográfico Dom Quixote, Guanajuato (México).

Contracapa: “D. Quixote e Sancho”, de Arnold Belkin (1930-1992), s.d. Museu Iconográfico D.Q. (México).

Editor: Centro de História da Universidade de Lisboa

Impressão e acabamento: Sersilito – MAIA

Depósito legal: 207667/04

ISSN: 0870-4104

Tiragem: 1000 exemplares

A correspondência sobre colaboração, permuta e oferta de publicações deve ser dirigida a:

CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1600-214 LISBOA

PORTUGAL

URL: www.fl.ul.pt

E-mail: centro.historia@fl.ul.pt

Tel.: + 351 217 920 000 – Fax: + 351 217 960 063

Distribuição: DINALIVRO – Distribuidora Nacional de Livros, Lda.

R. João Ortigão Ramos, 17 A

1500-363 LISBOA

Tel.: +351 217 122 210 – Fax: +351 217 153 774

e-mail: comercial@dinalivro.pt

CLIO

Nova série – 13
Segundo semestre de 2005

Director: JOÃO MEDINA

Sub-Director: Fernando Grilo

Conselho de Redacção: José Augusto Ramos, José Varandas,
Maria do Rosário Themudo Barata, Sérgio Campos Matos
e Vítor Serrão

Secretário: †António Cordeiro Lopes

Editor: Ivo Inácio



Financiamento:

Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III



UNIÃO EUROPEIA

FUNDOS ESTRUTURAIS

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Portugal

POCTI

Programa Operacional
Ciência, Tecnologia, Inovação

ÍNDICE

D.Q. CELEBRANDO O IV CENTENÁRIO DA PARTE I DE D. QUIXOTE DE CERVANTES

- II** *À maneira de preâmbulo à nossa antologia de gravuras quixotescas e textos sobre o “D. Quixote”: Gustave Doré, (re)inventor do “Quixote” ou De como conheci o cavaleiro manchego e o seu fiel escudeiro*
João Medina

D.Q. EPÍGRAFES

- 37** *A Morte de D. Quixote*
Gonçalves Crespo

Jacques Lacarrière
Fernando Vallejo
Carlos Fuentes
Anturo Pérez-Reverte
Murilo Mendes
Jorge Luis Borges

D.Q. ANTOLOGIA DE TEXTOS SOBRE D. QUIXOTE

Organização e notas de João Medina; colab. Ivo Inácio

- 47** *Sancho Pança, governador da Ilha Baratária*
António José da Silva, “O Judeu”
- 63** *“Os Lusíadas” e o “D. Quixote”: grandeza e declínio das Nações Ibéricas*
Ramiro de Maeztu
- 71** *Hamlet e Dom Quixote*
Ivan Turguenev

- 89** *Cervantes e nós*
Jean Cassou

D.Q. ILUSTRAÇÕES

- 93** Organização e legendas de João Medina

NOTICIÁRIO

- I31** *Direcção 2005-2007*
- I32** *A Guerra na Antiguidade*
- I32** *Charles Napier, A Guerra da Sucessão*
- I33** *Oliveira Martins, Portugal e Brasil (1875)*
- I33** *Duarte Ribeiro de Macedo, Um diplomata moderno. 1618-1680*
- I34** *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*
- I35** *A Imagética do Renascimento – para uma reflexão sobre Identidade nacional*
- I36** *Nação e Identidade(s) –Portugal, os Portugueses e os Outros.*
- I38** *Novas edições*
- I40** *Outras edições apoiadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*
- I41** *António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes (1957-2006)*



Celebrando o IV Centenário
da Parte I de *D. Quixote* de Cervantes







ITINERARIO DE LOS PARAGES RECORRIDOS POR **DON QUIJOTE** y sitios mas renombrados de sus memorables aventuras.

Segun los datos mas autenticos trazado y grabado por
D. OTTO NEUSSEL.

Leguas de España

- Primera salida de Don Quijote solo.
- Segunda salida de Don Quijote con Sancho por el Campo de Montiel.
- Tercera salida.

Esta indicacion corresponde al punto donde tuvieron lugar las aventuras de Don Quijote.

Se ha conservado la Ortografia del texto mas tradicional de Cervantes.

À maneira de preâmbulo à nossa antologia de gravuras quixotescas e textos sobre o “D. Quixote”:

Gustave Doré, (re)inventor do “Quixote”

ou

De como conheci o cavaleiro manchego e o seu fiel escudeiro

JOÃO MEDINA *

“Yo valgo por cien”

Cervantes, *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*,

I parte, cap.XV.

“Ya tenemos en campaña a Sancho el bueno (...). Ya está completado Don Quijote. Necesitaba a Sancho. Necesitábalo para hablar, esto es, para pensar en voz alta sin rebozo, para oírse a si mismo y para oír el rechazo vivo de su voz en el mundo. Sancho fue su coro, la humanidad toda para el. Y en cabeza de Sancho ama la humanidad toda. (...). Aprendió a amar a todos sus prójimos amándolos en Sancho, pues es en la cabeza de un prójimo, y no en la comunidad humana, donde se ama a todos los demás; amor que no cuaja sobre individuo, no es amor de verdad.”

Miguel de Unamuno, *Vida de Don Quijote y Sancho*, 1905.

Menino e moço, em casa de meus pais, em terras tão longe daquela onde hoje habito, havia dois livros que, tendo eu cinco anos de idade, me habituei a folhear antes mesmo de saber ler a oito a língua de Shakespeare, a qual nessa altura já aprendia num colégio inglês de Joanesburgo, não longe do meu prédio, o Marist Brothers College, na Koch Street, no qual, segundo constato pelos certificados que sobreviveram a tantas décadas de viagens e mudanças de continente,

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

e ainda conservo, tirei o “grade I” e o “grade II”, respectivamente, em 1945 e 1946, tendo depois regressado ao meu Moçambique natal, onde meu pai era funcionário administrativo. Contudo, os livros escolares onde, nessa altura, aprendia a soletrar aquela língua, de que guardo ainda dois exemplares em quase perfeito estado de conservação, não me deixaram tão indelével marca na memória como aquelas duas obras encadernadas em cores garridas e solenes, pesadas e de formato enorme, segundo creio editadas em Portugal e estampadas na língua de Rodrigues Lobo, Bernardim e Camões. Acrescente-se que só muitíssimo mais tarde, uns vinte anos depois, leria eu, finalmente, o texto do *Dom Quixote*, não naquela tradução pedestre dos irmãos Castilho, mas na do grande Aquilino.

De qualquer modo, o mais curioso destes dois pórticos iniciais e verdadeiramente grandiosos de toda a minha vida cultural e literária futuras estava no facto desses livros atraírem com um absoluto poder hipnótico a criança que eu era, não pelo que neles se dizia em caracteres tipográficos, mas tão só pelo poder das gravuras maravilhosas que ilustravam os dois grossos volumes, de que um se chamava *D. Quixote de la Mancha* e o outro *As Aventuras do Barão de Münchhausen*, em nada, aliás, semelhantes, a não ser no detalhe formidável de terem sido ilustrados pelo mesmo homem, cujo nome então nada me dizia, mas que alguns anos depois vim a saber ser um tal Gustave Doré¹, artista alsaciano – e pensar eu

¹ Gustave Doré nasceu em Estrasburgo em 1833 e faleceu em Paris em 1883, tendo sido desenhador, ilustrador, pintor e escultor; autodidacta, publica as primeiras litografias aos 12 anos e aos 15 começa a desenhar para o *Journal pour Rire*, explorando a veia do grotesco. Ilustra depois obras literárias célebres, como as de Rabelais, Dante, Tennyson, Milton, Cervantes, La Fontaine, etc. Vai a Londres em 1868 e observa directamente a vida e o *habitat* das classes populares da capital britânica, de lá trazendo esboços que transforma em impressionantes xilogravuras que ilustrariam o livro *Londres* de Enault. Nas suas gravuras há um realismo social inédito que sabe captar com fidelidade a miséria das gentes, mas foram sobretudo as edições populares das obras de Perrault, Rabelais, Cervantes, Balzac e outros que lhe deram fama europeia. A edição portuguesa do *D. Quixote* ilustrada por Doré saiu no Porto, em 1876-1878, em dois volumes, tradução pelos viscondes de Castilho e de Azevedo, com as gravuras de Doré gravadas por H. Pisan, assinando Manuel Pinheiro Chagas o prefácio; foi uma edição da Imp. da Companhia Literária. Já defendemos a hipótese de as ilustrações de Doré terem inspirado, através da figura de Sancho, o nosso artista e satirista Rafael Bordalo Pinheiro para criar o Zé Povinho, em 1875, nas páginas da *Lanterna Mágica* (12-VI-1875), supondo que R.B.P. conheceria a famosa edição francesa de 1863: veja-se o nosso ensaio “Zé Povinho e Sancho Pança: filiação e convergência de dois estereótipos?” na nossa *História de Portugal dos Tempos pré-históricos aos nossos dias*, Amadora, Ediclube, XV volumes, s.d. (1993; reed. em 1998), vol. XV, pp. 60-73. Voltando a Doré, lembremos que a sua popularidade universal nunca tinha tido precedente algum no meio dos ilustradores. Mas Doré é também um pintor romântico de paisagens sombrias e dramáticas e de inúmeras composições históricas (“Cristo no Pretório”, Nantes), com aspectos que, de algum modo, fazem do artista francês claramente um precursor do simbolismo. Foi também um escultor apreciável, mas sofreu da incompreensão quanto aos aspectos da sua arte que não se limitavam à ilustração, como a pintura e a escultura.





que, vinte anos depois, partia para a Alsácia, com uma magrinha mas salvadora bolsa de estudos gulbenkiana, para me doutorar na cidade onde este homem que ilustrava aquelas duas obras precisamente nascera! –, um desenhador que teve tanta importância na formação do imaginário europeu como Guttenberg ou Comenius ou Erasmo ou Dürer... Também só nessa altura me dei conta de que as florestas de abetos compactos e a Barcelona do *D.Q.* ilustrado da minha meninice vinham, afinal, das florestas e das cidades da Alsácia natal de Doré.



Mas o facto essencial é que Doré educou toda a gente desde que saíram duma tipografia de França os volumes de Cervantes a que o imortal ilustrador, desse modo involuntário, deu um retrato definitivo do cavaleiro manchego, uma tónica e sempre reconhecível atmosfera da Espanha mítica e imortal de terras como a Serra Morena ou as cataratas perto da cova de Montesinos, ou o Campo de Montiel ou a Cidade Real ou ainda aldeias como Argamasilla de Alba – provavelmente aquela de cujo nome Cervantes garante se ter esquecido –, misturando para sempre, dum modo ainda por cima invencível, os desvarios, as trapalhadas, as pelejas com toda a gente e as errâncias imaginados pelo escritor castelhano, mais a fala, o comportamento, os estados de alma, os ditos, os repentes, as loucuras súbitas e as acções delirantes do personagem – como essa de achar que não se devia arrastar criminosos condenados pelos tribunais para lugares que eles manifestamente não desejavam conhecer, e que, uma vez libertos das grilhetas da Santa Irmandade que os levava para onde não tinham mesmo vontade de ir, apedrejaram com desalmada ingratidão os seus libertadores... –, ou ainda descer a uma cova para falar com personagens míticos que pertenciam à literatura mas não ao mundo real – o fidalgo garantiu que ali passara três dias a charlar, num palácio cristalino, com o cavaleiro Durandarte (para o sensato Sancho, o seu amo não estivera na caverna mais do que uma hora), flor e espelho dos cavaleiros andantes, que lhe contara dos encantos a que o submetera o nigromante Merlim, assim como dialogara com o mágico Montesinos, guarda-mor do mesmo pala-

cete encantado, aquele mesmo que arrancara com uma adaga o coração do seu amigo Durandarte para o levar à senhora Belerma (aqui, o positivo Sancho duvidava do pormenor, garantindo que a tal adaga devia ser um punhal da marca Ramón de Hoces, que se vendem em Sevilha).² A tresloucada vítima da leitura excessiva dos romances de cavalaria³ engana-se a todo o momento, por exemplo batalhando com as “Cortes da Morte”, não se dando conta de que seriam meros farsantes errantes⁴, e por toda a parte topava com personagens míticos que pertenciam à literatura mas não ao mundo real, assim como confundia uma estalagem com um castelo encantado e tomava banalíssimos moinhos de moer grão, com o qual se faz o pão nosso de cada dia, por gigantes malévolos, ao mesmo tempo que não se apercebia num ápice que aquele casal de duques de Aragão não passava de um duo de mágicos perversos, um par de feiticeiros maldosos que queria trocar dos dois vagabundos manchegos.

O caso é que o nosso cavaleiro andante da Triste Figura, apesar de assistido por um porqueiro de Bom Senso – se bem que suficientemente desmiolado para seguir

² Cervantes, *D. Quixote de la Mancha*, trad. de A. Ribeiro, vol. II, p. 310 (II parte, cap. XXIII)....

³ Escreve Susan Sontag, acerca de D. Quixote, que o fidalgo manchego se “envolveu tanto nos seus livros que passou noites a lê-los, da aurora ao crepúsculo e dias do amanhecer até ao entardecer; e de tão pouco sono e tanta leitura, o seu cérebro secou e ele perdeu o juízo”. *Dom Quixote*, tal como *Madame Bovary*, trata da tragédia da leitura. Mas o romance de Flaubert é uma peça de realismo: a imaginação de Emma é corrompida pelo tipo de livros que lê, contos vulgares de satisfação romântica. “Com Dom Quixote, um herói de excessos, o problema não é tanto o facto de os livros serem maus; é mais a quantidade abundante da sua leitura. A leitura não deformou somente a sua imaginação; raptou-a. Ele pensa que o mundo é o interior de um livro. (De acordo com Cervantes, tudo aquilo que Dom Quixote pensou, viu, ou imaginou seguiu o padrão da sua leitura). A cultura livresca (...) torna-o louco; torna-o profundo, heróico, genuinamente nobre. Tal como o autor do romance, também o seu narrador é alguém embriagado pela leitura. O narrador de *Dom Quixote* relata que tem gosto em ler até papéis rasgados atirados para a rua. Mas enquanto o resultado da leitura excessiva de Dom Quixote é a loucura, o da do narrador é a autoria.

Como primeiro e maior épico sobre uma dependência, *Dom Quixote* é não só uma denúncia enquanto entidade da literatura como também uma chamada rapsódica para ela. *Dom Quixote* é um livro inesgotável, cujo tema é tudo (o mundo inteiro) e nada (o interior da mente de alguém – que é a loucura). Cruel, prolixo, autófago, reflexivo, cómico, irresponsável, maduro, autosobreposto – o livro de Cervantes é a verdadeira imagem dessa gloriosa *mise-en-abîme* que é a literatura, e desse delírio frágil que é a autoria, a sua expansividade maníaca. Um escritor é, acima de tudo, um leitor – um leitor tornado violento; um leitor velhaco; um leitor impertinente que reclama ser capaz de o fazer *melhor*. Ainda, justamente, quando o maior autor de sempre compôs a sua fábula definitiva sobre a vocação do escritor, inventou um escritor do início do século XX que tinha escolhido como a sua obra mais ambiciosa escrever (partes de) *Dom Quixote*. Uma vez mais. Exactamente como *Dom Quixote*, mais do que qualquer obra alguma vez escrita, “é literatura.” (Susan Sontag, *Where the Stress Falls. Essays*, Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2002, pp. 109-110).

⁴ Veja-se este episódio do encontro com os actores ambulantes na trad. do *D. Quixote de la Mancha* por Aquilino Ribeiro, vol. II, pp. 223 ss.

o seu amo, em troca da promessa de vir a ser governador de uma ilha (promessa que, por via cruelmente irônica, os duques permitiriam que Quixote cumprisse)⁵ –, dotado além disso dum rifonário apto para encarar e vencer todas as circunstâncias adversas da vida quotidiana, misturava sempre o *Topos* e o *Utopos*, a Realidade com a Ficção e o mundo quotidiano com as páginas impressas dos livros, bem como os lugares, as estradas, as estalagens, os palácios e as tabernas onde o fidalgo teslouchado e o seu fidelíssimo aio correram tantas e tão inesquecíveis aventuras, tranqui-bérnias, maranhas, desatinos e delírios, aventuras sem fim que ainda hoje lemos e releemos, fascinados, e que, desde 1605 – o ano também da aparição de outro herói sempre vivo, Hamlet⁶ –, nunca mais deixou de suscitar glosas, nas versões mais variadas, em todas as dimensões da arte (de que o nosso caderno ilustrado dá uma visão sumariíssima), tanto no cinema como no teatro⁷ ou no romance⁸, já que o fidalgo da inominada aldeia manchega e o seu aio (que Quixote descrevia como “Sancho bom, Sancho prudente, Sancho, Sancho cristão”⁹), nunca mais pararam de

⁵ Sobre o governo de Sancho na “ilha Baratária”, durante 17 dias, além das gravuras oitocentistas incluídas na nosso caderno de ilustrações, veja-se, na nossa antologia, o episódio da “ilha dos Lagartos”, com o qual António José da Silva, o Judeu, criou num peça quixotesca os capítulos que Cervantes dedicava às aventuras sanchescas como juiz e autoridade política. Consultem-se ainda: Martín de Riquer, *Para leer a Cervantes*, pp. 201-203; E. C. Riley, *Introducción al “Quijote”*, pp. 145-151; J. A. Marvall, *Utopia e Contrautopia nel Quijote*, pp.216 ss.

⁶ Veja-se o longo e belo ensaio de Turguenev sobre estes dois personagens coevos, na nossa antologia.

⁷ Recentemente estreou-se em Madrid, no Teatro Albeniz, uma peça de Albert Boadella, intitulada *En un lugar de Manhattan*, na qual D.Quixote e Sancho são ambos mulheres. Vide *El País*, “La frontera errante”, 19-XI-2005, p. 45.

⁸ Um dos muitos *remakes* do *D.Q.* foi o *Monsenhor Quixote* (1981, em inglês) de Graham Greene (1904-1991), no qual se apresenta a história dum padre da Mancha, promovido a *monsignor* após a morte de Franco (1975) e que, acompanhado pelo “alcalde” comunista de Toboso, chamado Enrique Zancas, faz uma passeata um tanto anómala pela Espanha pós-franquista, não deixando de inquietar a Guardia Civil, que chega a deter o duo por bebedeira, pois Quixote tentara explicar ao seu amigo e presidente da câmara marxista manchego o mistério da Santíssima Trindade, mediante o recurso ao vinho duma só garrafa, deitado em três copos diferentes, que depois ambos bebiam, o que suscitou a ebriedade dos dois. A velha carripana que usam nas suas viagens chama-se Rocinante... No final, monsenhor Quixote tem uma acidente de automóvel e acaba por morrer, celebrando uma missa sem hóstia nem cálice, após ter dado uma comunhão invisível ao companheiro incréu. O “alcalde” marxista tinha sido aluno de Unamuno antes da guerra civil, pelo que os dois amigos decidem passar pelo cemitério de Salamanca onde está enterrado o famoso pensador e especialista do Quixote, sendo dúvida uma das cenas mais interessantes deste livro absolutamente heterodoxo, o que seria de esperar dum escritor tão irreverente como Graham Grene: veja-se pp. 108 ss. da trad. francesa desta obra, *Monsignor Quichotte*, Paris, Livre de Poche/Robert Laffont, 1981; sobre Marx e Cervantes: pp. 119-120; e sobre o inferno: pp. 72-73.

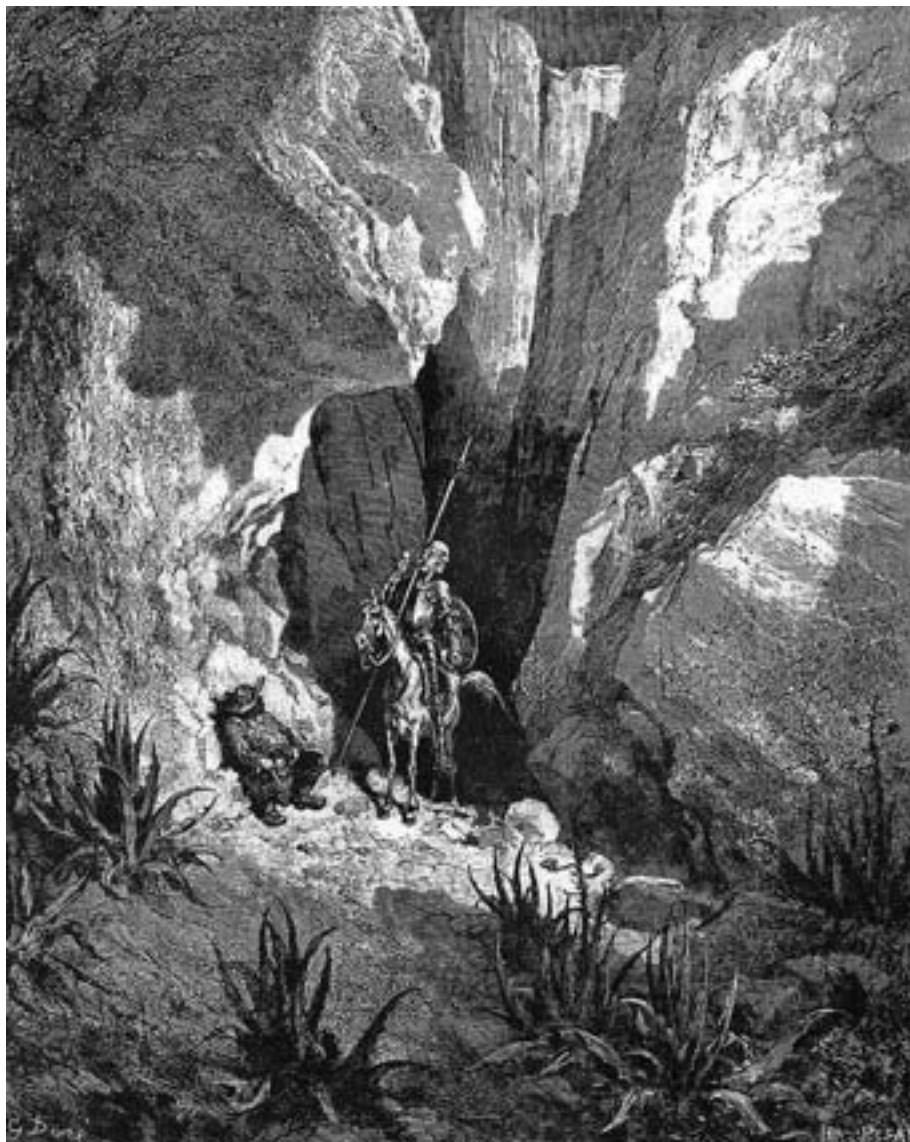
⁹ Veja-se o cap. XL da I parte de *D. Quixote de la Mancha*, trad. A. Ribeiro, vol. II, p. 228. Este juízo é feito depois da peleja com os actores das “Cortes da Morte”. O poeta Gabriel Celaya fez um ardente panegírico de Sancho no seu poema “A Sancho Panza”, onde retoma esta definição do aio pelo amo: veja-se

atravessar todo o orbe terrestre, de ponta a ponta, da Rússia de Turguenov¹⁰ aos Estados Unidos de Auster¹¹.

Gabriel Celaya, *Poesia*, Madrid, Alianza Editorial, 1981, pp.106-108). Este poema a Sancho foi publicado nos *Cantos Iberos* (1955). Nele, Celaya chama a Sancho “Charlor”, “Sancho-barro, Sancho-povo”, “Sancho-ninguém”, “Sancho-santo”, “Sancho que tudo aguentas”, “Sancho-pátria”, “Sancho-vulgo, Sancho íbero”, “Sancho-sem nome”, rematando: “em ti ponho a minha esperança / porque não foram os homens com nome que os que fizeram (...) a nossa pátria / mas tu, como se nada fosse!” (*ibidem*).

¹⁰ Veja-se na nossa antologia o ensaio “Hamlet e D.Quixote”.

¹¹ Quanto ao engenhoso ensaio que Paul Auster dedica à maneira como teria sido redigido o *D.Q.*, transcrevemos a passagem da sua *Trilogia de Nova Iorque* dedicada ao assunto: “(...) como o livro é supostamente real, é evidente que a história tem que ser escrita por uma testemunha dos acontecimentos que o livro relata. Mas Cid Hamete, o alegado autor, nunca aparece. Nem uma única vez reivindica estar presente no que acontece. Por conseguinte, a minha pergunta é: quem é Cid Hamete Benengeli?(...).No meu ensaio, apresento a teoria de que ele é na realidade uma combinação de quatro pessoas diferentes. Sancho Pança é, obviamente, a testemunha. Não há nenhum outro candidato: ele é o único que acompanha Dom Quixote em todas as suas aventuras. Mas Sancho Pança não sabe ler nem escrever. Logo, não pode ser ele o autor. Por outro lado, sabemos que Sancho Pança tem um grande dom de linguagem. Apesar dos seus inanes solecismos, consegue falar circularmente de todos os personagens do livro. Acho perfeitamente possível que ele tenha ditado a história a outra pessoa: nomeadamente ao barbeiro e ao cura, os grandes amigos de Dom Quixote. São eles que dão à história a necessária forma literária, em espanhol, e depois entregam o manuscrito a Sansão Carrasco, o bacharel de Salamanca, que traduziu o texto para árabe. Cervantes encontrou a tradução, tratou de a retroverter para espanhol e em seguida publicou o livro: *Dom Quixote de la Mancha*. – Mas por que razão Sancho Pança e os outros se dariam a tanto trabalho? – Para curar a loucura de Dom Quixote. Querem salvar o seu amigo. Lembre-se de que no início lhe queimam todos os seus romances de cavalaria, mas sem qualquer efeito. O Cavaleiro da Triste Figura não desiste da sua obsessão. Depois, em várias ocasiões, todos eles se lhe apresentam em vários disfarces – uma mulher em perigo, o Cavaleiro dos Espelhos, o Cavaleiro da Branca Lua –, para tentarem atrair Dom Quixote de novo para casa. No fim, conseguimos de facto sair vitoriosos. O livro era apenas um desses estratagemas. A ideia era pôr um espelho diante da loucura de Dom Quixote, registar todas as suas absurdas e ridículas fantasias, para que quando ele finalmente lesse o livro, visse como estava errado. – Bem achado! – Sim. Mas há uma última reviravolta. Na minha opinião, Dom Quixote não estava realmente louco. Fingia estar louco. Com efeito, foi ele próprio quem orquestrou tudo aquilo. (...). Foi Dom Quixote quem engendrou o quarteto Benengeli. Não só escolheu os autores como foi ele próprio quem provavelmente verteu o manuscrito árabe de novo para espanhol. Há que ter em conta esta hipótese. Para alguém tão hábil na arte do disfarce, não lhe teria sido muito difícil escurecer o tom da pele e envergar as roupas de um mouro. Gosto de imaginar essa cena no mercado de Toledo: Cervantes a contratar Dom Quixote para decifrar a história do próprio Dom Quixote. Há uma grande beleza nisto. – Mas ainda não explicou por que razão um homem como Dom Quixote romperia com a sua vida tranquila para se dedicar a um truque tão elaborado. – Isso é a parte mais interessante de tudo. Na minha opinião, Dom Quixote estava a levar a cabo uma experiência. Queria pôr à prova a credulidade dos seus companheiros. Seria possível, pensou ele, alguém apresentar-se perante o mundo e, com o maior dos desplantes, atirar mentiras e dislates? Afirmar que os moinhos de vento são cavaleiros, que a bacia do barbeiro é um elmo, que os fantoches são pessoas reais? Seria possível persuadir os outros a concordarem consigo, mesmo não acreditando nele? Por outras palavras, até que ponto as pessoas tolerariam blasfémias se isso as divertisse? A resposta é óbvia, não acha? Até onde ele quisesse. E a prova é que ainda hoje lemos o livro. Continuamos a achá-lo sublimemente divertido. E é isso o que todas as pessoas desejam de um livro: que as divirta.” (Paul Auster, *A Trilogia de Nova*



D. Quixote ..., Parte I, Cap. XXIII: «Do que aconteceu a D. Quixote na Serra Morena, ou uma das mais raras aventuras de que consta esta verídica história.»



De qualquer modo, foi Doré, o artista alsaciano, ao ilustrar o texto de Cervantes, na segunda metade do séc. XIX – mais de século e meio depois da primeira parte do *D.Q.* ter sido dada à estampa –, que deu rosto definitivo, cenário permanente e imutável, atmosfera imediatamente reconhecível por todos e, ainda, uma carga identitária visual incombustível ao discurso que emanou da pena de Miguel de Cervantes, assim como ao duo imortal a partir do qual passámos todos a ser, como leitores ou estudiosos seus, meros talmudistas, que dessa Lei, antes de mais icónica, dessa vera efígie nos tornámos seus admiradores, sequazes, *fans*. Primeiro, portanto, Doré desenhou o cavaleiro esguio, a sua pileca, o seu elmo de Mambrino¹², a sua lança, a sua barbicha, ao lado do obeso e atarracado labrego que ele escolheu para o servir, mais as paisagens áridas ou cheias de penhascos e árvores, de píncaros e rios misteriosos, paisagem que o alsaciano foi observar em atenta visita de estudo, durante três meses, *in loco*, na Espanha dita “quixotesca”¹³, canhenho e lápis na mão, para depois desenhar as 377 imagens que Viardot daria à estampa, em volume grosso, no ano de 1863, disseminando-se por toda a Europa, e pelo resto do orbe, esta edição verdadeiramente inicial, pois foi a partir dela que um certo imaginário visual, universal e permanente de Dom Quixote se fixou e perdurou até hoje. Depois, conhecido o rosto e as acções do cavaleiro manchego, lemos o texto que Cervantes fez para acompanhar, para estar ao lado das imagens, para o explicar melhor o que de facto sucede nessas aventuras e descaminhos, do mesmo modo que os rabinos explicam a Torah.

Em suma, Doré canonizou a imagem de D. Quixote e do seu aio, completando Cervantes, *(re)inventando* D. Quixote, dando-lhe um revestimento visual exterior que é definitivo, mesmo que sejam outros os artistas que o ilustrem (e não param de o fazer desde que a obra ficou completa, em duas partes, em

Iorque, trad de Alberto Gomes, Lisboa, *Público*, 2003, pp. 106-108). Paul Auster (nasc. em Newark em 3-II-1947), romancista, tradutor, cineasta e ensaísta norte-americano, formou-se na Universidade de Columbia (Nova Iorque), traduziu obras francesas e começou a publicar em jornais e revistas americanos, ganhando renome com *A Trilogia de Nova Iorque* (1987), a que se seguiram outras obras de muito êxito como *Leviatão* (1992), *O Livro das Ilusões*, *A Noite do Oráculo*, etc.

¹² No capítulo XLV da primeira parte, Dom Quixote tem uma acesa e até violenta querela acerca do elmo de Membrino (e sobre a albarda do Rocinante), pegando-se em pugilato com uns beleguins que estavam na estalagem e se tinham envolvido na discussão com o barbeiro e o fidalgo: cf. *D. Quixote de la Mancha*, trad. de Aquilino Ribeiro, vol. II, Lisboa, Bertrand, s.d. (1959?), pp. 89 ss. Este episódio faz lembrar aos polícias que sobre D. Quixote havia uma queixa por causa da libertação dos galeotes (pp. 94-95).

¹³ Veja-se a biografia de Joanna Richardson, *Gustave Doré. A biography*, Londres, Cassell, 1980, *maxime* pp. 50 ss.

1615)¹⁴: o facto é que tudo o mais deriva daquelas ilustrações estampadas em 1863, repetindo, século após século, nas artes plásticas ou no cinema, nas adaptações teatrais, nos nossos textos e nos nossos incontáveis comentários, a mesma sortida por uma Espanha planetária que faz daqueles dois homens, em tudo opostos, desde o estatuto social à educação, a síntese mesma do género humano, da alma humana, da humana e desatinada esperança num mundo refeito a partir da convicção do coração e da razão – é pelo mero *lumen rationis*, ínsito em todos os homens, que Sancho governa bem a ilha Baratária – e não da mera responsabilidade. É certo que Doré ilustrou todas as grandes obras típicas da cultura europeia (além de inglesa e americana, como Dickens e E. A. Poe), de que lembraremos apenas alguns: Ariosto (*Rolando Furioso*, 1879), Balzac, Dante (*Divina Comédia*, 1866), Chateaubriand (*Atala*, 1863), Abbout, Malo (*Os Caçadores de Outrora*, 1861), La Fontaine (*Fábulas*, 1867), V. Hugo (*Os Trabalhadores do Mar*, 1867), Michaud (*História das Cruzadas*, 1877), Tennyson (*Idílios do Rei*, 1868), Shakespeare (*A Tempestade*, 1860), Milton (*Paraíso perdido*, 1866), Perrault (*Contos*, 1862), Rabelais (*Gargantua e Pantagruel*, 1854), E. A. Poe (*O Corvo*, 1883), etc. Mas foi com a edição francesa do *D. Quixote* que logrou algo que é supremamente raro: introduzir-se numa obra como seu guia indispensável, principal cicerone gráfico e intérprete visual, guarda-mor do seu Ícone.



Voltando a Joanesburgo da minha pré-história pessoal – foi há sessenta anos que isto se passou... –, ali estou eu, debruçado sobre a mesa da casa dos meus pais, deliciado, deslumbrado com aquelas gravuras literalmente *fabulosas*, a folhear devagar, ilustração após ilustração, aqueles dois livros que, no fundo, para a criança inocente que eu era, para a *tabula rasa* que nela gravava as primeiras ima-

¹⁴ A nossa antologia gráfica pretende lembrar alguns desses artistas nacionais e estrangeiros, e, entre os primeiros, as ilustrações de E. T. Coelho, Lima de Freitas e Júlio Pomar: é a nossa maneira de homenagear esses grandes artistas.

gens da cultura ocidental, não passavam de uma mesma obra, distribuída por dois cavaleiros – quiçá aparentados, quem sabe? –, um espanhol e o outro germânico, ambos de barbichas pontiagudas e frenéticos no seu cirandar por terras e ares – também D. Quixote cavalgava um ginete celestial, sempre de gorra com o seu fiel escudeiro, atrás de si, vendados ambos, embora Sancho, como campônio astuto que era, não tivesse resistido a levantar um pouquinho o pano que lhes escondia a trapaça dos duques¹⁵ –, porventura destinados a encontrarem-se um dia, num volume que o meu pai ainda não tivera tempo para comprar, providencialmente votados a cruzarem os seus caminhos e a misturarem as suas divertidas passadas de erradios, vagabundos e aventureiros sem medo de nada nem de ninguém, suscitando sempre barafundas, tumultos, desastres, pequenos e grandes desacatos. Por exemplo, D. Quixote, montado no seu ossudo Rocinante, vê erguer-se nos ares, do lado de lá do muro da estalagem onde Sancho ficara, o seu escudeiro. Outras gravuras, desde os anos de menino, na longínqua e para sempre perdida Joanesburgo, gravaram-se-me na mente, como as paisagens emblemáticas do sofrimento e da solidão irremediável dos homens: aquelas montanhas e aqueles vales profundos das gravuras de Doré eram o labirinto romanticamente

¹⁵ Diz Sancho: “Senti, senhora, que fámos a voar (...) e veio-me a vontade de destapar um pouquinho os olhos. Meu amo, a quem consultei primeiro, berrou-me que tal não fizesse. Mas eu que sou um grande curioso e quanto mais me querem esconder as coisas mais eu gosto de as saber, muito caladinho e sem que ninguém toscasse, levantei um cibinho o lenço para cima da testa e por uma nesga de nada pus-me a olhar cá para a Terra.” (trad. A. Ribeiro, vol. III, p. 123, cap. XLI da segunda parte). Quanto à actuação dos duques no seu palácio em Aragão, com o intuito de ridicularizarem o fidalgo e o seu aio, Vladimir Nabokov tem razão em sublinhar que esse comportamento – que se arrasta durante extensa passagem da segunda parte do romance: 28 capítulos de cerca de 200 páginas! – revela que o par de aristocratas não passam de encantadores malignos e são, afinal, seres diabólicos entregues aos malignos prazeres da crueldade: cf. V. Nabokov, *Littérature III: Don Quichotte* (Paris, Fayard, 1986, pp. 125 ss.). Já tínhamos referido este pormenor crucial no nosso estudo sobre D. Quixote como mito europeu, no nosso ensaio “De Homero a Kafka, passando por Cervantes e Nietzsche: grandes mitos do imaginário cultural europeu”, revista *Clio*, 2ª série, nº 11, Lisboa, 2004, pp. 13-92; D.Q.: pp. 42-54, ilustr.). Estas “farsas cruéis” dos duques (Nabokov, *op.cit.*, p. 18), exercidas contra Quixote e Sancho rematariam com a pseudo-oferta duma “ilha” chamada “Baratária”, cedida ao escudeiro, que este governa, aliás, com discernimento e sageza tais que os duques mandam executar um “golpe de Estado” naquele feudo seu para o expulsar de lá: ver vol. III do *D.Q.* na trad. de A. R., pp. 145 ss. Ainda a propósito da crueldade dos duques, lembremos uma penetrante reflexão de Nietzsche n’*A Genealogia da Moral*: “(...) não há muito que se não podia conceber uma boda de príncipes ou uma grande festa popular sem execuções capitais, sem suplícios e autos de fé, assim como nas casas dos nobres havia que dar livre curso à crueldade do amo ou burlas dos criados ou à malícia do bobo: recorde-se D. Quixote em casa da duquesa; ao lê-lo, vem-nos hoje à língua um gosto amargo, coisa que pareceria estranho e ainda incompreensível ao autor e aos seus contemporâneos porque liam esse livro com a consciência mais tranquila, como se fosse coisa para rir. Ver sofrer alegria; fazer sofrer alegria ainda mais.” (*A Genealogia da Moral*, Lisboa, Livraria Edit. Guimarães, s.d., pp. 63-64).

medonho e agreste em contraste com a pequenez e o isolamento daqueles dois homens, rodeados dum círculo de picos escarpados, rochas afiadas e florestas misteriosas, passando a simbolizar, com a passagem dos anos e a maturidade, a ideia mesma que eu fazia da inescápavel solidão humana, mesmo partilhada por um amigo ou um companheiro dedicado, do esforço e da luta de seres humanos contra um mundo de nigromantes, de pérfidos Merlins emboscados em florestas densas, em desfiladeiros e cumes hostis, tendo por eles rios e vales e gargantas que ameaçavam trazer aqueles bichos da terra tão pequenos...

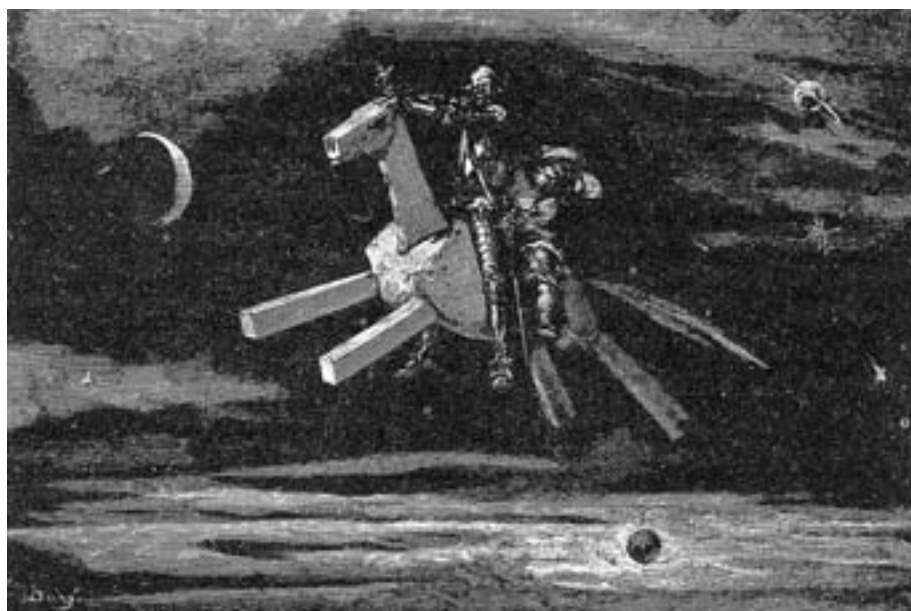
*
* *

Em contrapartida, na mesma meninice na África do Sul, uma outra gravura fascinante de Doré me dera, nas *Aventuras do Barão de Münchhausen*, de Gottfried Bürger, a primeira sensação do que era um *gag*, o primeiro contacto com a técnica da comicidade visual e existencial, da brincadeira surrealista que nem sequer precisa de palavras para ser entendida, até por um garoto de 5 anos: era uma gravura que desde logo se fixou para sempre na minha memória visual – e no meu imaginário ganhou estatuto de exemplo supremo de fantasia, divertimento e gracejo gráfico. Quanto à estória contida nessa gravura, ei-la: o barão germânico, fazendo uma longa viagem entre a Alemanha e São Petersburgo, decidira dormir numa paisagem de neve sem fim, na qual a única presença irregular estava num raminho que sobressaía da planura gelada, e que o viajante tomara pela ponta dum galho de árvore. No dia seguinte, ao acordar, o barão deparou com um espectáculo inesperado: no termo do campanário da igreja duma aldeia, relinchava o seu cavalo, preso pelas rédeas à ponta do cata-vento, enquanto a população da terreola observava o caso com espanto... Claro que o expedito Barão Parlapatão – era assim que o seu nome era traduzido em Portugal – terra de gente céptica, mas que acredita nas aparições da Virgem no topo duma árvore – resolveu o sucedido com um tiro certo da sua pistola numa rédea do cavalo presa ao campanário da igreja, naquela aldeia que durante a noite estivera completamente submersa pelo nevão.

Dom Quixote conhecia peripécias parecidas, ainda por cima desenhadas pelo mesmo lápis – o meu pai, que passava horas a pintar com pincéis, a tinta da China e *gouache*, vendendo os seus desenhos a revistas sul-africanas de língua inglesa, explicara-me que aquelas duas obras tinham sido desenhadas pelo mesmo senhor – o que dava uma ar de família à Hispânia quixotesca e à Europa sem limites que um tal Bürger editara como as aventuras do agitado trota-mundos, muito afeito, como o seu primo espanhol, a atravessar paisagens e serranias, rios e cidades (e até combater os turcos, como o verdadeiro Cervantes fizera em



D. Quixote ..., Parte II, Cap. LXXIV: «De como D. Quixote caiu doente, do testamento que fez e da sua morte».



Lepanto), sempre em cima dos costados dum cavalo, que no caso do setecentista chegava a ser cortado ao meio mas logo prontamente coladas as duas partes do corcel lituano, graças a um veterinário que as reuniu com ramos de louro...

A criança de 5 anos que eu era não vivera o suficiente para saber que havia épocas diferentes que separavam aquelas duas figuras fascinantes e, afinal, tão parecidas, épocas históricas muito distintas, e que a farda do Münchhausen nada tinha a ver com a indumentária de cavaleiro andante amador, um tanto surrealista e ridícula, do seu primo manchego. Foram precisos muitos anos de andanças, leituras, escolas, passeatas por desvairadas terras dessa Europa que eu, então, nem sequer imaginava existirem, para perceber que, apesar de tudo, o barão teutónico, com as suas viagens à lua, vida dentro da barriga dum peixe, guerras e voos feitos a dorso de bola de canhão, e o fidalgo hispânico que descia a covas encantadas onde havia palácios e verdadeiros cavaleiros de escudo e viseira, que tinha estado em Roncesvales, viajava pelos espaços com o cavalo de pau chamado Clavilinho¹⁶, levava surras a torto e a direito – até o Rocinante foi moído de pancada pelos desalmados almocreves ianguenses¹⁷ –, e desfazia representações de teatro de robertos, não tinham muito de radicalmente diferente, sendo o barão aventureiro do séc. XVIII uma variante *soft* e surrealista, só para rir, do gentil fidalgote, pobre humanista erasmiano, homem santo e espírito rebelde e utopizante que ia pelas estradas para acudir aos infelizes, quer estes fossem rapazinhos chicoteados por donos brutais, quer donzelas ameaçadas por gente sem escrúpulos, embora não se importando de promover uma honesta, sólida e simplória camponesa da aldeia de Toboso a sublime Beatriz da Mancha, agora chamada Dulcineia, senhora digna do mais platónico e desinteressado amor. Quixote era em versão sinfónica, complexa e metafisicamente trabalhada por um homem que combatera em Lepanto, que ali perdera uma mão e estivera alguns anos cativo dos mouros, em Argel, e que também conhecera o cárcere por via de supostas manigâncias fraudulentas como cobrador de impostos, e que, com os seus dois volumes do *Quixote* – separados a meio pela burla afrontosa dum Pseudo-Quixote de autoria dum tal Avellaneda –, enquanto a paródia divertida do Muenchhausen, que corria Seca e Meca e vales de Santarém para

¹⁶ Aquilino prefere traduzir *Clavileño* por *Cravilinho* (cf. *D. Quixote...*, trad. de Aquilino Ribeiro, ed. cit., vol. III, pp. 115 ss (cap. XLI da segunda parte). Quanto à trad. de José Bento, *D. Quixote de la Mancha*, Lisboa, Relógio d'Água, 2005, segue o exemplo do grande romancista das *Terras do Demo*: pp. 731 ss.

¹⁷ Veja-se, na trad. portug. de A. R., vol. I, este episódio do *D. Q.*, pp. 118 ss. Neste, Sancho confessa ser “um homem, cordo, pacato e amigo do sossego” e que tem “mulher e filhos para criar” (p. 120), prometendo não se meter em mais alhadas nem entrar em conflito com os demais – o que será manifesta e clamorosamente desmentido pelas aventuras que se vão seguir em catadupa...

contar histórias abracadabrantescas – a sua divisa era “*Mendace veritas*” – em que, no fundo, ninguém deveras acreditava, uma mera cavatina burlesca.

Por isso me desiludiu um tanto que um talento trocista como o de Terry Gilliam tivesse feito para o cinema um pastelão tão confuso e arrastado como a sua versão das Aventuras do Barão, em 1988, ainda que tivesse sido acertado escolher um recanto da costa andaluza para cenário da sua fita. Fosse como fosse, desde os meus infantis anos que associei estas duas obras e estas duas figuras, não só porque andavam ambas por casa dos meus pais em longes terras de África, mas ainda porque, no fundo, elas tinham mesmo algo de comum, para além do mero facto de terem sido ilustradas pelo mesmo artista, para mais, nascido numa terra que, por (in)feliz acaso, seria minha residência durante três infundáveis anos, o meu cárcere de neves, tédios e horas infindas na sala 4 da Biblioteca Universitária de Estrasburgo, nessa antipática e xenófoba Alsácia, para ali redigir a minha tese de doutoramento, custosa e perfunctória chave que me havia de abrir a porta duma carreira académica que, iniciada em França durante o Exílio imposto pelo regime do Minotauro clerical e labrego de Santa Comba, seria a minha para o resto da vida...

De qualquer modo, o essencial está na diferença entre o tragicismo do Quixote, em contraste com as facécias, as simples mentiras, patranhas ou trampolinadas do barão teutónico, palhaço loquaz, sem transcendência nem angústia suficientes para se fazer dele um personagem que, na sua tão íntima articulação dialéctica, feita de constantes contrastes e mútuas metamorfoses um no outro – Quixote sanchiza-se, Sancho quixotiza-se, até que ambos acabam por inverter os seus papéis e trocar de ideais quando o fidalgo, no leito de morte, se diz arrependido e pede perdão das suas “loucuras”, enquanto o aio se escandaliza com esta palinódia e insiste em voltarem ambos à suas aventuras...¹⁸ –, com o seu patusco aio sem metafísica, acaba por simbolizar a humanidade na sua dimensão mais exigente e mais ambiciosa de Glória verdadeira: libertar os seus semelhantes do sofrimento, da fraude, dos incontáveis cativos terrestres¹⁹ e

¹⁸ Veja-se *D. Quixote*, trad. A. Ribeiro, vol. III, pp. 342-343 (II parte, cap. LXXXIV). Sobre esta osmose e troca mútua de papéis, veja-se Salvador de Madariaga, *Guia del Lector del Quijote*, pp. 137-149.

¹⁹ No seu romance *A Luta com o Anjo*, André Malraux (1911-1974) observa:

(...)

– Três livros, meus senhores, três livros resistem à prisão.

Lançou em volta de si um olhar irónico e amargo:

– Robinson, Don Quixote. O Idiota.

– E o Evangelho – disse uma voz.

– Não. Não sei. Enfim: estes três livros.

«Ora, reparem bem, é o mesmo livro. O mesmo!



O barão de Münchhausen constata que o seu cavalo foi cortado ao meio. G. A. Bürger, *Aventuras do Barão de Münchhausen*.



da submissão aos demónios – estejam eles mascarados de curas, beleguins ou duques – que querem governar o mundo. Na verdade, recordando agora, seis décadas volvidas sobre os tempos longínquos em que tive a graça da meninice e me apresentaram aqueles dois espanhóis, não posso deixar de concluir que, no fundo, apesar de terem saído do mesmo lápis, em nada se parecem com o barão que conheci na mesma altura. O último é um roberto de feira que conta

«Nos três casos (a sua fala agora era menos precipitada) surge-nos inicialmente um homem separado dos outros homens, Robinson pelo naufrágio. Don Quixote pela loucura, o príncipe Muichkine pela sua própria condição, por... enfim, sabem do que se trata... digamos pela sua inocência de espírito. Os três solitários do romance mundial! E o que são os três relatos? O paralelo de cada um desses três solitários com a vida, o relato da sua luta para destruir a solidão, tornar a encontrar os homens. O primeiro luta pelo trabalho, o segundo pelo sonho, o terceiro pela santidade. Estou a ser um pouco rápido neste momento, simples visão superficial! Sei, eu sei (imitava um imaginário contraditor e encolhia os ombros precipitadamente), Daniel de Foe não era náufrago, Cervantes não era doido, Dostoievski não era santo!

«Como se a humanidade não tivesse bastantes ilhas desertas, como se as não houvesse por todos os cantos! Mas as ruas estão pavimentadas com ilhas desertas! Há, por todo o lado, um processo decisivo de estar afastado da comunidade dos homens: é a humilhação, a vergonha.

«Ora reparem que os três grandes romances da reconquista do mundo foram escritos, um, por um antigo escravo. Cervantes; outro, por um antigo presidiário, Dostoievski; o terceiro, por um antigo condenado ao pelourinho. Daniel de Foe.»

(...)

– De Foe emprega uma acumulação fantástica de pormenores, concretos, plásticos, enquanto que Dostoievski (somente Stendhal e Dostoievski é que me ensinaram qualquer coisa de psicologia, dizia Nietzsche: ensinado o quê?) se serve, essencialmente, de processos psicológicos. Mas a descoberta psicológica, o relevo psicológico desempenham exactamente em Dostoievski o papel que o relevo plástico e a imaginação desempenhavam em Robinson! Constituem meio de acção. Acreditaí no guarda-chuva e no papagaio e acabareis por crer em Robinson; acreditai na identidade do orgulho e da humildade e acabareis por crer em Rogojine. Estas descobertas psicológicas tendem sempre a levar-nos a acreditar em outra coisa que não nelas próprias: a existência duma personagem, e sobretudo – cá está, cá está, o truque do prestidigitador – no valor dum apostolado.

André Malraux, *A Luta com o Anjo* tradução de José Augusto do francês, Lisboa, Clássica Editora, 1944, pp. 93-105.

A Luta com o anjo (*La Lutte avec L'Ange*, 1943) foi redigida por Malraux durante a ocupação da França pelas tropas nazis, tencionando o romancista compor uma trilogia, com esse título, de que acabaria por ficar apenas este primeiro volume, intitulado *As Nogueiras de Altenburg*, editado em Lausana, na Suíça. Tendo a polícia alemã pilhado a sua biblioteca, Malraux, depois de um período de hesitação, acabou por ingressar na Resistência, tendo sido preso e encarcerado em Toulouse, donde logrou escapar, batendo-se, depois, contra o ocupante na Brigada Alsácia-Lorena e participando na libertação de Estrasburgo. Ficaram igualmente incompletos outros livros que preparava então, como um sobre T.E. Lawrence. Esta romance, editado na Suíça, constituía o primeiro no qual o seu autor desistia da ideia, até ali obsessiva e dominante, de Revolução – arma insuficiente de combate contra o destino –, ficando-se agora pelo diálogo entre a Aventura e a Arte – a força humana em luta contra o Anjo do Destino –, preferindo os valores estéticos aos do combate profano por uma sociedade justa, ideal que tinha norteador a sua produção romanesca anterior: *A Via real*, *A Condição humana*, *A Esperança*.

patranhas para nos distrair, o outro – assistido pelo seu companheiro analfabeto e plebeu que leva os alforges, montado no seu querido burrico Ruço –, carrega a cruz da condição humana, sendo a imagem mesma da humanidade sofredora que se bate por valores contra o abuso, a violência e a opressão dos poderosos feiticeiros, e que, ainda quando desespera e faz menção de abjurar da sua ética da convicção, tem sempre um *alter ego* que se levanta e ergue o seu facho imortal para ir, pelos campos e pelas estradas, pelas cidades e pelos solidões desoladas, prosseguir a luta sublime pelo Ideal.

Estoril, Novembro de 2005



Bibliografia sucinta:

- JEAN CARAVAGGIO, *Don Quichotte du Livre au Mythe. Quatre siècles d'errance*, Paris, Fayard, 2005, ilustr.
- MANUEL RIVERO, *La España del Quijote: un viaje al Siglo de Oro*, Madrid, Alianza, 2005.
- RICARDO GARCÍA CÁRCCEL, *Las culturas del Siglo de Oro*, Madrid, Historia 16, 1998.
- E. C. RILEY, *Introducción al "Quijote"*, Barcelona, Crítica, 2000.
- M. J. BERNARDETE e ANGEL FLORES (dir. de), *The Anatomy of Don Quixote*, Ithaca (N.Y.), The Dragon Press, 1932 (inclui o texto de Turguenev sobre "Hamlet and Don Quixote", pp. 98-129; um outro de Menendez-Pidal, "The Genesis", pp. 1-40; um estudo intitulado "The Social and Historical background", de A. Morel-Fatio, pp. 41-85, etc.).
- ANGEL FLORES e M. J. BERNARDETE, *Cervantes across the Centuries*, Nova Iorque, The Dryden Press, 1948 (inclui uma série de ensaios de Jean Cassou, Unamuno, H. Levin, S. Gilman, L. Bergel, etc., bem como uma bibliografia selecta).
- MARTÍN DE RIQUER, *Para leer a Cervantes*, Barcelona, Alcantilado, 2003.
- SALVADOR DE MADARIAGA, *Guia del Lector del Quijote. Ensayo psicológico sobre el "Quijote"*, 2ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1978.



Münchhausen acorda no meio de uma aldeia, com o seu cavalo preso ao cata-vento da igreja local.

AMÉRICO CASTRO, *El Pensamiento de Cervantes*, Barcelona, Noguer, 1980.

JOSÉ ANTONIO MARAVALL, *Utopía y Contrautopía en el Quijote*, Santiago de Compostela, Editorial Pico Sacro, 1976.

VLADIMIR NABOKOV, *Littératures III: Don Quichotte*, Paris, Fayard, 1986.

MARTHE ROBERT, *L'Ancien et le Nouveau . Du don Quichotte à Franz Kafka*, Paris, Bernard Gasset, 1963.

Edições espanholas do D.Q.:

MIGUEL DE CERVANTES, *Don Quijote de la Mancha*, ed. de Florencio Sevilla Arroyo, Madrid, Editorial Castalia, 1998.

M. DE CERVANTES, *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, ed. de José Luis Pérez López, Madrid, Empresa Pública Don Quijote de la Mancha 2005.

Don Quijote de la Mancha, Edição do IV Centenário, Madrid, Real Academia Española /Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.

Traduções portuguesas:

AQUILINO RIBEIRO, *D. Quixote de la Mancha*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. (1959?), 3 vols.

JOSÉ BENTO, *O Engenheiro Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, Lisboa, Relógio d'Água, 2005, com ilustr. de Lima de Freitas.

D. QUIXOTE DE LA MANCHA, trad. de Aquilino Ribeiro, com desenhos de Gustave Doré gravados por H. Pisan, ed. org. Armando Alves, 2 vols., Lisboa: *Público*, 2005.

Edições e Ilustradores do D.Q. em Portugal:

Ilustradores do Quixote na Biblioteca Nacional. Exposição, catálogo ilustr., Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005 (bibliografia activa: pp.181 ss. bibliograf. passiva: 217 ss. iconografia: pp.231 ss. reproduções de ilustrações: pp.191-208).

Ilustrações de D.Q. no mundo:

JOHN ALLEN e PATRICIA S. FRINCH, *Don Quijote en el Arte y Pensamiento de Occidente*, Madrid, Cátedra, 2004, ilustr. (antologia de imagens de D.Q. e de pensamentos sobre este).

Barão de Münchhausen:

G.A. BÜRGER, *Aventures du Baron de Münchhausen*, trad. de Th.Gautier Fils, ilustr. de G. Doré, Paris, José Corti, 1988.

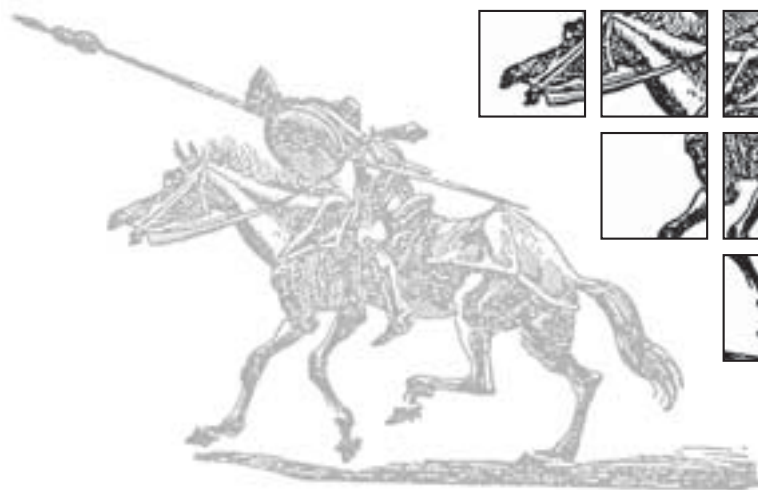
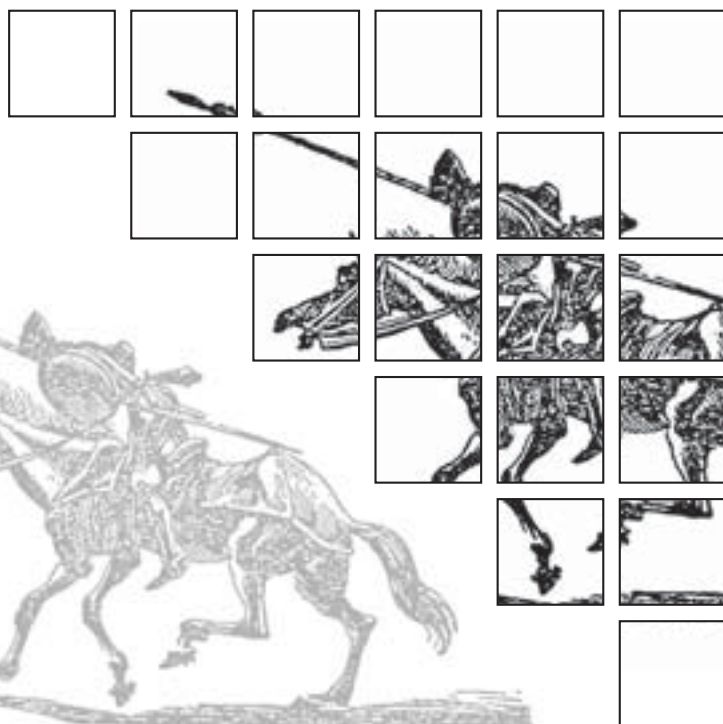
S.A., *The Adventures of Baron Münchhausen*, sem nome do tradut., Nova Iorque, The Book League of America, s.d., ilustr. de G.Doré.

Gustave Doré:

JOANNA RICHARDSON, *Gustave Doré. A Biography*, Londres, Cassel, 1980, ilustr.

D.Q.

Epígrafes



Detalhe da gravura de Eduardo Teixeira Coelho para a capa da edição juvenil do
Dom Quixote de la Mancha, editada pela Portugália, s.d.

A Morte de D. Quixote

por Gonçalves Crespo

Roto o escudo, sem lança, a cota escalavrada,
Sozinho, abandonado e à toa como um cego,
Do crepúsculo à luz dolente e imaculada
Entra na sua aldeia o altivo herói Manchego.

O ténue fumo sai do colmo das herdades,
Riem ao pé da fonte as frescas raparigas,
E à clara vibração sonora das trindades
Juntam-se brandamente as vozes e as cantigas.

E o audaz Campeador, o Justiceiro, o Forte,
Que andara pelo mundo a combater os maus,
Defendendo a Mulher, desafiando a Morte,
Do paterno casal sentou-se nos degraus.

Nos joelhos fincando o cotovelo agudo
E no punho cerrado a fronte reclinando,
Quedou-se largo espaço, ilacrimável, mudo,
Para o inútil passado os olhos alongando...

E ali, na doce paz da sua alegre aldeia,
Sentiu que o avassalava uma tristeza infinda,
Quando esta voz se ouviu: «morreu-te a Dulcineia,
«Missionário do Bem, tua missão é finda!»

E ele a ouvir e a cismar! A trêfega sobrinha
Beija-o, fala-lhe, ri, abraça-o, mas o Herói
Destarte lhe volveu «A morte se avizinha,
«Levai-me para o leito!» E ouvi-lo pena e dói.

Do leito à cabeceira o Bacharel e o Cura
Tentam ressuscitar-lhe os sonhos e as quimeras;
Pintam-lhe o negro Mal triunfante, ó amargura!
O fraco aos pés do forte, o bom lançado às feras...

Contam-lhe o frio horror dos cárceres sem luz,
Que nas torres feudais pompeava o velho Crime,
Que os crescentes do Islão tinham vencido a Cruz,
Que a Injustiça era a Lei... Então feroz, sublime,

Inquieto, seminu, sinistro, o cavaleiro
Bradou como um trovão: «Enverguem-me a loriga!
Selem-me o Rocinante, ó Sancho, ó escudeiro,
«Traz-me a lança, presto! E a minha espada amiga!»

Tinha em brasas o olhar, e truculento o aspeito,
E vibrava em redor a imaginária lança...
Logo depois caiu do respaldar do leito,
Morto: tendo no lábio um riso de criança!

Gonçalves Crespo, *Nocturnos*,
Lisboa, Imprensa Nacional, 1882;
pp. 157-159.

António Cândido Gonçalves Crespo (Rio de Janeiro, 11.III.1846 – Lisboa, 11.V.1883) nasceu no Brasil, filho de um comerciante português e de uma mestiça brasileira, tendo vindo para Portugal com 14 anos de idade. Foi poeta, tradutor, deputado pelo círculo da Índia nas legislaturas de 1879 e 1881 e redactor da Câmara dos Pares em 1880. Estudou na Universidade de Coimbra, tendo-se formado em Direito em 1875. Gonçalves Crespo é considerado o iniciador do parnasianismo português. Colaborou em *A Folha*, que foi de 1868 a 1874 o principal instrumento para a divulgação do ideal estético parnasiano, e também noutros periódicos como *Jornal do Comércio*, *República das Letras*, *Renascença*, *Artes e Letras*, *Ocidente*, etc. Fazendo parte do salão de Maria Amália Vaz de Carvalho, viria a casar com ela. A sua poesia espelha Théophile Gautier, Leconte de Lisle, mas também Verlaine, Mallarmé, Baudelaire. A saudade de uma terra brasileira inspirou-lhe poemas que reflectem essa dor e uma certa inadaptação. Gonçalves Crespo é também um poeta que exalta o mar e os navegantes portugueses, como em «Camoniana». Embora pouco referido como tradutor, são dele as traduções do «Intermezzo» de Heine e do poema «Cortège» de Verlaine, este integrado no seu livro *Miniaturas*.

“– Se fosse condenado a viver numa ilha deserta e só tivesse o direito de levar um único livro, qual escolheria?”

Jacques Lacarrière: – O *Dom Quixote*. Sem hesitação. Pela sua leitura universal. Esse personagem é o modelo absoluto do ser humano que caminha, em busca de si mesmo e do seu aperfeiçoamento. *Dom Quixote* é o livro do caminho.”

Jacques Lacarrière entrevistado pela revista francesa
Le Monde de l'Éducation, Julho-Agosto de 2005.



“Em suma, o romance não é História. O romance é invenção, falsidade. A História também, com bibliografia. Quanto a Dom Quixote, crente fervoroso na letra impressa e para o qual Amadis de Gaula¹ foi tão real como Ruy Díaz de Viva, ele confunde ambos. A ele não lhe cabe na cabeça que um livro possa mentir. A mim, sim. Para mim, todos os livros são mentira: as biografias, as autobiografias, os romances, as memórias, Suetônio, Tácito, Michelet, Dostoievski, Flaubert...(…). Uma das nossas grandes ficções é chamar à nossa espécie *Homo sapiens*. Não. Devia chamar-se *Homo alalus mendax*, homem que fala mentiras. A palavra foi inventada para mentir, nela não cabe a verdade. O homem é um mentiroso nato e a realidade não pode ser apresada com palavras, do mesmo modo que um rio não pode ser agarrado com as mãos.”

Fernando Vallejo, conferência feita no Instituto Cervantes de Berlim,
em 7-VI-2005.

¹ Amadis de Gaula, personagem principal do romance de cavalaria espanhol do mesmo nome, publicado por Garci Rodríguez de Montalvo em 1508; esta obra foi o mais popular dos romances espanhóis de cavalaria, prolongando a figura de Amadis a personagem do Lançarote, de Chrétien de Troyes, agora cognominado de O Belo Tenebroso, que passou a simbolizar o tipo mesmo do cavaleiro errante e do amante fiel, pois nada afastava o seu pensamento da sua dama, a belíssima Oriana.



“Se o *Dom Quixote* é uma obra medieval (...), ela é também uma obra radicalmente nova que anuncia todas as dúvidas sobre as quais se constrói o mundo do pensamento crítico e antidogmático que associamos à modernidade (...) Coube a Cervantes nascer na Espanha de Felipe II, bastião da Contra-Reforma e autoproclamado «defensor da fé». Mas talvez só um espanhol dessa época pudesse escrever o *Dom Quixote* (...). Do universo dogmático da Fé nasce, quase como reacção, mas sobretudo como resposta crítica, uma obra, *Dom Quixote*, que gira em torno da dúvida.

Pois tudo é posto em dúvida na obra de Cervantes. É posta em dúvida a aldeia em que se passa o romance: *Numa terra da Mancha de que não quero lembrar o nome...* A primeira frase do livro estabelece, de uma vez por todas, a atmosfera de incerteza que vai prevalecer ao longo do seu milhar de páginas.

Incerteza sobre o autor: quem é o autor do *Dom Quixote*? Um certo Cervantes, mais versado em penas do que em versos? Um certo De Saavedra, mencionado no livro com admiração pelos actos que cometeu a fim de obter a liberdade? Ou Cide Hamet Benengeli², o escriba mourisco que encontrou, por acaso, um manuscrito anónimo e lhe dá a forma de romance assinado por um certo Cervantes de Saavedra?

(...) incertezas sobre os nomes, a começar pelo próprio herói (...), os nomes cervantinos – os seus sinais de identidade – são postos em dúvida. Dom Quixote será na verdade um certo Quixada ou Quesada ou Quixano ou Quixana, modesto fidalgo de província (...). Por várias vezes, ele invoca como motivo de honra, a altíssima dama Dulcineia de Toboso, a qual é, como o leitor sabe, a robusta camponesa Aldonça Lorenzo, uma mulher comum (...).

² Cide Hamet Benengeli não é, na verdade, um personagem, mas tão só o fingido autor árabe do *Dom Quixote*, o que permitiu a Cervantes utilizá-lo como um recurso habilidoso para ficar em segundo plano, uma vez que aquele mourisco teria encontrado um manuscrito inédito, que traduziu para espanhol.

Vemos como a incerteza penetra a totalidade do *Dom Quixote* – autor, personagens, locais, nomes – e se resolve numa pluralidade de géneros que acaba por desvendar a ilusão do herói, a fábula que ele vive, mas que é a realidade de um amor que sustenta o edifício (...).

Tenho, pelo menos, uma certeza: Dom Quixote, o enfeitado, acabou por enfeitado o mundo.”

Carlos Fuentes, “*Dom Quixote* ou a verdade salva pela mentira”, conferência na Biblioteca Nacional de França, Paris, 16-V-2001.



“A atitude de Sancho em relação à coragem do seu amo é também reveladora. Nele temos o contraponto do herói. Em princípio é covarde e não vê a necessidade de fingir coragem. (...). Mas é capaz de coragem interessada quando combate pelos despojos do barbeiro na estalagem; e D. Quixote orgulha-se tanto da boa maneira como defende as suas posses que até chega a pensar em armá-lo cavaleiro. (...). Noutras vezes, as mais, Sancho mostra a enternecedora coragem de quem deve cumprir a sua obrigação – a coragem real, popular, de quem não busca a glória, como quando o atinge a partida do ataque nocturno na ilha (Baratária): podia ter-se escondido, e deixa-se armar e levar ao combate. (...).

É mentira que Sancho encarne o materialismo diante do idealismo de quem o guia. Sancho é tão ingénuo e pateta que, apesar de conhecer D. Quixote desde «o seu nascimento», refreia-se quando este fala ou quase. A sua fé é inquebrantável a princípio. Passará onze capítulos junto do fidalgo antes de falar pela primeira vez em regressar à aldeia. A sua inocência mostra-se comparável à do amo, embora se vá tornando manhoso até ao ponto de chegar a faltar-lhe ao respeito e a enganá-lo e até lhe põe as mãos em cima. Mesmo assim, os verdadeiros Sanchos, os materialistas são Sansão Carrasco, o barbeiro, os duques, o padre. O bom escudeiro, leal sempre que pode, oscila entre ambos os mundos e às vezes é apanhado pelo fantástico do seu senhor.(...). No capítulo

52 da I parte, Sancho defende o seu amo a murros³. Esse capítulo é significativo pela crueldade que todos os presentes, até os amigos, mostram em relação a D. Quixote. Só Sancho é nobre aqui.”

Anturo Pérez-Reverte⁴, artigo “O cobarde heróico”(2005).



“(…)

Armado por cinquenta anos de silêncio
 Teu herói marcha com seu escudeiro
 Que não é seu duplo hostil ou lado oposto
 Antes parte integrante de si mesmo.
 Não precisou marchar além da Espanha.
 Ao alcance da não temos o homem, o mundo,
 Mesmo metidos no espaço angusto.
 Paralelamente, no teu livro total
 Se como come terrestre experiência.(…)”

Murilo Mendes, “Homenagem a Cervantes”
 in *Tempo espanhol* (1959).

³ É o derradeiro cap. da I parte do romance. O fidalgo manchego tem uma rixa com um cabreiro, Sancho defende-o, crivando o cabreiro de pontapés, enquanto o cônego e o barbeiro não intervêm na peleja, antes se riem e os quadrilheiros açulam os dois brigões, até que se ouve uma trombeta e chega uma procissão de disciplinantes vestidos de mortaldas, que logo o cavaleiro toma por raptos duma princesa, investindo contra eles.. Cf. trad. de A. Ribeiro, ed. cit., vol.II, pp.137-148.

⁴ Arturo Pérez-Reverte (Cartagena, 1951) trabalhou, desde 1973, como jornalista na TVE e no diário *El Pueblo*. Uma crónica da guerra da Bósnia, *Território Comanche* (1994), que seria mais tarde adaptada ao cinema, motivou o seu abandono da TVE e de toda a actividade jornalística, dedicando-se em exclusivo à literatura. Em 2003 foi eleito membro da Real Academia Espanhola. Entre as suas obras destacam-se *O Hussardo* (1986), *O quadro de Flandres* (1990), e *A Carta Esférica* (2000) e a série de aventuras do *Capitão Alatriste*, que conta já com cinco títulos.



“(...)

Não sei ainda o seu nome. Eu, Quixano,
serei esse paladino. Serei o meu sonho.

(...) A minha cara (que ainda não vi)
não projecta uma cara no espelho.

Nem sequer sou pó. Sou um sonho
que se entretece no sonho e na vigília
meu irmão e pai, o capitão Cervantes,
que batalhou nos mares de Lepanto
e soube uns latins e algo de árabe...

Para que eu possa sonhar o outro
cuja verde memória será parte
dos dias do homem, suplico-te:
meu Deus, meu sonhador, continua a sonhar-me..”

Jorge Luís Borges, “Nem sequer sou pó”.



D.Q.

Antologia de textos sobre *D. Quixote*
Org. e Notas de João Medina; colab. Ivo Inácio



Sancho Pança, governador da Ilha Baratária

por
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, “O JUDEU”*



CENA IV

Mutação de sala de azulejos. Saem várias danças, um Meirinho, um Escrivão, e dizem: Viva o nosso Governador Sancho Pança!

Sancho – Enfim, não há cousa nesta vida que se não vença com trabalho! É possível que me veja eu feito governador! De verdade, parece-me que estou sonhando! Ora o certo é que não há cousa como ser escudeiro de um cavaleiro andante! Ah, sô Meirinho, endireite essa vara, e não ma torça à justiça: saiba Deus e todo o Mundo que me quero pôr recto com a sua espada.

Meirinho – Ora já que vossa mercê falou em espada e justiça, diga-me: porque pintaram a Justiça com as olhos tapados, espada na mão e balança na outra, pois ando com esta dúvida, e ninguém ma pode dissolver, e só vossa mercê ma há-de explicar, como sábio em tudo?

Sancho – Que me faça bom proveito: dai-me atenção Meirinho. Sabei, primeiramente, que isto de Justiça é cousa pintada e que tal mulher não há no Mundo, nem tem carne, nem sangue, como v. g. a senhora Dulcineia del

* António José da Silva, “o Judeu” (Rio de Janeiro, 1705 – Lisboa, 18-X-1739). membro de uma família de cristãos-novos que se refugiara no Brasil, vem para Portugal, muito jovem, com o pai, o poeta e advogado João Mendes da Silva e com a mãe Lourença Coutinho, formando-se, mais tarde, em Leis, em Coimbra (1728). É preso, em Outubro de 1737, juntamente com a mulher, Leonor Maria de Carvalho, como judaizante, tendo sido executado num auto-de-fé, em Outubro de 1739, sendo queimado depois de garrotado. Representou diversas peças suas no Teatro do Bairro Alto, em Lisboa: *A Vida do grande Dom Quixote de la Mancha* (1734), *Esopeida* (1734), *Encantos de Medeia* (1735), *Guerras de Alecrim e Manjerona* (1737), etc. As suas obras são comédias declamadas com números musicais, sendo as personagens representadas por bonifrates ou marionetas policromadas, movidas por arame, na continuação da tradição vicentina do teatro musical, semelhante, aliás, à de John Gay (1685-1732), na Inglaterra (*Ópera dos Mendigos*, 1728, peça retomada por B. Brecht, com música de Kurt Weill) e da *opéra comique* francesa. A. J. da Silva foi o nosso melhor dramaturgo entre Gil Vicente e Almeida Garrett.

Toboso, nem mais, nem menos; porém, como era necessário haver esta figura no Mundo para meter medo à gente grande, como o papão às crianças, pintaram uma mulher vestida à trágica, porque toda a justiça acaba em tragédia; taparam-lhe os olhos, porque dizem que era vesga e que metia um olho por outro; e, como a Justiça havia de sair direita, para não se lhe enxergar esta falta lhe cobriram depressa os olhos. A espada na mão significa que tudo há-de levar à espada, que é o mesmo que a torto e a direito. Os Doutores que falam nesta matéria não declaram se era espada colubrina, loba, ou de soliga; mas eu de mim para mim entendo que desta espada a folha era de papel, os terços de infantaria, os copos de vidro, a maçã de craveiro e o punho seco. Na outra mão tinha uma balança de dois fundos de melancia, como a dos rapazes: não tem fiel, nem fiador; mas contudo dá boa conta de si, porque esta moça, se não tem quem a desencaminhe, é mui sisuda. Algum dia podia eu ler de ponto nesta matéria, porque vos posso dizer que criei a Justiça a meus peitos; mas as cavalarias do senhor D. Quixote fizeram-me com que fechasse os livros e desembainhasse as folhas.

Meirinho – Já entendo o enigma: posso agora mandar vir os feitos para a audiência?

Sancho – Oh, magano! Feitos na audiência! Aqui é secreta? Como se chama esta ilha?

Escrivão – A ilha dos Lagartos.

Sancho – Pois, quando a crismarem, mudem-lhe o nome e chame-se a Ilha dos Panças, em memória da minha barriga. Pergunto mais: a quanto está a canada de vinho?

Meirinho – A seis vinténs.

Sancho – Logo, logo, com pena de morte, se ponha a dez réis; não quero que por falta de vinho deixe de haver bêbados na minha ilha. Mandai vir as partes para a audiência. (*Sai um homem.*)

Homem – Senhor Governador?

Sancho – Que quereis ao senhor Governador?

Homem – Senhor Governador, peço justiça.

Sancho – Pois de que quereis que vos faça justiça?

Homem – Quero justiça.

Sancho – É boa teima! Homem do diabo, que justiça quereis? Não sabeis que há muitas castas de justiça? Porque há justiça direita, há justiça torta, há justiça vesga, há justiça cega e finalmente há justiça com velidas e cataratas nos olhos. Senhor Governador!

Homem – Senhor, seja qual for, eu quero justiça.

Sancho – Uma vez que quereis justiça... Olá, ide-me justiça esse homem em três paus.

Homem – Tenha mão, senhor Governador, que eu não peço justiça contra mim.

Sancho – Pois contra quem pedis justiça?

Homem – Peço justiça contra a mesma Justiça.

Sancho – Pois que vos fez a Justiça?

Homem – Não me fez justiça.

Sancho – Até aqui, ao que parece, o vosso requerimento é de justiça. Ora andai; dizei de vossa justiça em três dias.

Homem – Isso é muito sumário.

Escrivão – Senhor, não saberemos o que pede este homem?

Sancho – Homem, que é o que pedis?

Homem – Peço recebimento e cumprimento de justiça.

Sancho – E de que cumprimento quereis a Justiça?

Homem – Seja do cumprimento que for, que eu com tudo me contento.

Sancho – Ó Meirinho, ide à gaveta da minha papeteira de chorão da Índia, e entre varias bugiarias que lá tenho, tirai uma Justiça pintada que lá está, e dai-a a este homem, e que se vá embora.

Homem – Senhor, eu não quero justiça pintada.

Sancho – Pois, beberão, não sabeis que não há nesta ilha outra justiça, senão pintada? Ó Meirinho, lançai-me este bêbedo pela porta fora, que nenhuma justiça tem no que pede.

Homem – Viu-se maior injustiça! (*Vai-se.*)

Sai o Meirinho, trazendo preso um homem

Meirinho – Senhor, este taberneiro foi agora apanhado neste instante deitando água em uma pipa de vinho; que se lhe há-de fazer?

Sancho – Água em vinho! Há maior insolência! Ó homem do diabo, e não te caiu um raio nessa mão? Logo seja enforcado sem apelação, nem agravo. Tenho dito.

Taberneiro – Senhor, este Meirinho mente.

Sancho – Isso é outra cousa: uma vez que o Meirinho mente, ide-vos embora. Mas ouvis? Mandai-me um almude desse vinho, que quero ver se tem água.

Taberneiro – Viva vossa mercê muitos anos! (*Vai-se. Sai uma mulher.*)

Mulher – Senhor Governador, venho queixar-me a vossa mercê de uma insolência.

Sancho – Como pede, ide-vos embora.

Mulher – Se vossa mercê ainda me não ouviu, como já me despacha?

Sancho – Pois eu não posso deferir sem ouvir-vos?

Mulher – Senhor, foi o caso: eu sou uma moça donzela e solteira. Fui pecadora, cai na tentação do Diabo: um magano... Já vossa mercê me entende; e agora, diz que não quer casar comigo.

Sancho – Pois não caseis vós com ele, que esse é o melhor despique que há nesta vida.

Mulher – Senhor, eu quero casar, mas ele não aparece; suponho que fugiu.

Sancho – Olá, metam essa mulher na cadeia com uma corrente ao pescoço, e grilhões aos pés, bem carregada de ferros, até aparecer o homem com quem ela quer casar.

Mulher – Senhor, isso é contra a Justiça; veja vossa mercê que eu sou uma mulher que nunca fui presa.

Sancho – Por isso mesmo; *andate!*

Mulher – Que isto se permita no mundo!

Meirinho – Ainda cá não entrou Governador mais recto, nem mais sábio!

Sancho – É para ver! Não, comigo ninguém há-de brincar.

Sai outro homem gritando

Homem – À que del-Rei, que me mataram! Não há justiça nesta ilha?

Sancho – Que tens, homem? De quem te queixas?

Homem – Senhor Governador, eu estou passado de meio a meio; não posso falar, porque estou morto.

Sancho – Não podeis falar, porque estais morto?! Olá, tragam a alma deste homem aqui em corpo e alma, e metam-lha à força, para que fale; que não é razão que fique a República ofendida na impugnação do delito.

Homem – Senhor Governador, ouça vossa mercê o caso mais atroz que tem sucedido nesta ilha; prepare os pasmos, tenha pronta a admiração, e desenrole as atenções para me ouvir.

Sancho – Olá, Meirinho, mandai preparar os pasmos, tende pronta a admiração, e desenrolai as atenções, para se ouvirem neste tribunal as queixas deste autor de seu delito; que, assim como a ninguém se pode negar a vista, como dispõe o *text. in 1. Cæcus, § Tortus ff. de his, qui metit um olho por outro*, e com muitos o provam Pão Mole no *cap. das Côdeas*, também da mesma sorte o ouvido se não deve fechar para ouvir os queixosos, como dispõe a *1. das doze tábuas de Pinho na segunda estância de Madeira, Cod. de Barrotis*.

Escrivão – Este homem é um burro de textos!

Sancho – Homem, dissei a vossa querela, que eu tiro a cera dos ouvidos para vos ouvir.

Homem – Senhor, foi o caso...

Sancho – Basta; não me conteis mais; basta que esse foi o caso! Há maior insolência! Que assim se perca o respeito à Justiça! Olá, olá!

Homem – Senhor, escute vossa mercê, que ainda isto não é nada; ouça-me vossa mercê até o fim.

Sancho – Quem ouviu esse caso não tem mais que ouvir, senão logo fazer justiça a torto e a direito... Ó Meirinho, mandai logo levantar uma forca no meu gabinete, para que mais publicamente seja castigado o delinquente.

Meirinho – Senhor, que delinquente, se vossa mercê ainda não ouviu quem era?

Sancho – É tal a vontade que tenho de fazer justiça, que logo me sobe a cólera uma mão travessa pelo espinhaço acima; de sorte que, se não me advertis que ainda se não tinha dito quem era o delinquente, era eu capaz de mandar enforcar a vós, Meirinho, que era a pessoa mais pronta que aqui tinha mais à mão de semear.

Homem – Senhor Governador, faça vossa mercê de conta.

Sancho – Tenho feito de conta; que mais?

Homem – Que indo eu andando, andando, andando...

Sancho – Ainda não acabaste de andar? Arre lá com tal andar! Sois mui bom para andarilho.

Homem – Indo, pois, andando...

Sancho – Andai, homem, isto já está dito; não me façais criar apostemas, que os instantes que tardo em dar execução à justiça são eternidades de penas que me encaixais nas ilhargas.

Homem – Quando eu, eis que ia andando, manso e pacífico, sem fazer mal a ninguém, estava um burro atado a uma porta. Quis passar; pedi-lhe licença; não me respondeu: tornei-lhe a pedir com palavras corteses; e, levantando os pés do chão, pespegou-me com duas pelotas de ferro bem na boca do estômago, de sorte que me fez deitar a bosta pela boca. Este é, senhor, o caso; suplico a vossa mercê que não fique sem castigo este insulto.

Sancho – Não ficará por certo, e juro, à fé de escudeiro andante, e pelas ramelas de minha muito desprezada mulher, a senhora D. Teresa Pança, que há-de ver o Mundo o exemplar castigo de tanta culpa.

Homem – Ai, senhor Governador, aqui, aqui bem na boca do estômago é todo o meu mal.

Sancho – Vede lá não seja isso fome! A graça é que, se assim como o estômago tem boca tivera dentes, que o tal burro lhe deitava os dentes fora. Dizei-me, homem: esse jumento que vos deu os coices, de que tamanho será?

Homem – Eu não tenho aqui com quem o comparar.

Sancho – Olhai bem para mim; será da minha estatura?

Homem – É o que pode ser.

Sancho – Bem está; pois vá o Meirinho convosco e cheguem-se ao burro de mansinho e digam-lhe: *Preso, da parte do senhor Governador!* E bem atarracado o tragam aqui perante mim.

Vão-se o Meirinho e o Homem e trazem o burro

Meirinho – Eis aqui o delinquente, preso, que me custou bem a agarrá-lo.

Homem – Senhor Governador, este é o agressor, e este é o que me feriu; ponha-lhe a lei às costas.

Sancho – Vejam vossas mercês quem anda perturbando a República! Dize, burro de Satanás: que mal te fez este homem para o maltratares desta sorte? O diabo do burro não responde; certos são os touros! Ele que se cala, cometeu o delito, assim como nós aqui estamos. Como te chamas, burro? De quem és? Onde moras? Quem é teu pai? Que dizes? A nada o burro se move: deve ser burro velho, pois se cerra à banda e não quer falar. Ó Meirinho, vós conheceis acaso este burro, que sois mais veterano neste País?

Meirinho – Com que vossa mercê se está fazendo de novas?! Vossa mercê não conhece que este é o seu burro, ou o ruço por alcunha? Isto é mal permitido, que talvez o burro, fiado em vossa mercê, ande fazendo estes insultos. Agora veremos a sua justiça. (*À parte.*)

Sancho – Há maior desgraça! Ai, burro da minha alma, quem te dissera a ti que eu havia de ser o mesmo que te sentenciasse? Por isso ao entrar me deitou uns olhos, como quem me dizia que me houvesse com ele com compaixão. Não tem remédio; hei-de sentenciar-te; o que poderei fazer é não dar execução à sentença. Olá, ninguém ouça isto. (*À parte.*)

Homem – Senhor, despache-me vossa mercê; quando não, farei um desatino.

Sancho – Para que saiba o Mundo a minha inteireza e incorruptibilidade, ouçam todos, que ainda com ser o burro meu, lhe dou a sentença seguinte.

Vai ditando Sancho a sentença

Visto este burro, acusação do autor, provas dadas por uma e outra parte, mostra-se: que indo o autor roçando-se pelo pé dele réu burro, que por nome não perca, alçando o pé esquerdo despediu um couce, que, pregando na barriga dele autor, salvo tal lugar, o estendeu como um cação; e, porque consta da fé do Meirinho, que presente está e não me deixará mentir, que o dito réu burro trazia escondido no pó uma ferradura de ferro; e, como semelhantes armas sejam proibidas e defesas, por serem armas curtas, mando que ele, dito réu burro, seja desferrado, e vá passear sem albarda pela feira das bestas, exposto à vergonha dos mais burros, seus camaradas, para que se lhe faça a face vermelha, por me constar que é burro de vergonha. Item, que não possa ser pai de burrinhos, nem que se deite a lançamento. Item, que seja lançado a margem na Cotovia, onde não comerá senão relva ou cascas de melão, e melancia, como burro de aguadeiro. E pagará as custas e todas as perdas e danos, em que o condeno, &c. Ilha dos Panças alargatados, &c.

Todos – Viva o nosso Governador Sancho Pança! Viva para exemplo dos ministros e honra das ilhas!

Sancho – Bem folgo que vejais a minha inteireza; pois com ser o burro meu e tendo-lhe tanto amor, não foi este bastante para deixar de fazer justiça. Agora quero escrever uma carta à minha mulher. Ó escrivão, escrevei lá: ponde em cima a cruz dos quatro caminhos, e uma alâmpada acesa.

Escrivão – Senhor, para que é a alâmpada ?

Sancho – Sois asno? Donde vista vós cruz sem alâmpada?

Escrivão – Está posta.

Carta que vai ditando ao escrivão

Sancho – Minha Teresa, já sabereis, que vos diria o Diabo, que estou feito governador em corpo e alma; mas, com me ver levantado do chão um côvado, não é razão que o meu amor conjugal vos falte com o débito de minhas letras (três pontos e quatro vírgulas), porque vós bem sabeis que, quando no tabuleiro do gosto escolho o trigo do vosso carinho, lanço fora a ervilhaca da ingratidão; pois, joeirando as finezas, fica crivado o peito da correspondência; porém, indo meu amor à atafona dos extremos, ali se desfazem em pó as carícias do coração; e, furtando-me o atafoneiro da distância as maquias da vossa vista, peneiram os meus olhos lágrimas; e com elas amassando a farinha da mágoa no alguidar da saudade, levam em crescimento o suspiro, até que, tendendo-se na tábua dos rigores, vai para o forno das penas, e ali se coze com o fogo do desejo; e dando ao moço a merendeira do pesar, guardo o pão azedo de vossa lembrança no

armário de minhas memórias (Ponto de interrogação.) Enfim, mulher, tenho determinado que andeis em coche vós e minha filha, a quem peço se lembre que tem um pai Governador. Aí vos mando esses caramujos e esse saco de areia, que é o que há nesta ilha: graças a Deus, que ainda nos dá mais do que merecemos. O burro fica bom e se recomenda com muitas lembranças e diz que hajais esta por vossa; que não vos escreve por ter uns cravos em uma mão, que lhe fez um ferrador em umas bulhas que tiveram. Vede se presto para alguma cousa, que vo-la hei-de fazer. Ilha dos Lagartos. Vosso Marido, se quiseres. Sancho Pança, Governador. Esta carta será logo entregue.

Meirinho – Sim, senhor. Ora basta já de despacho; não queremos que vossa mercê se esfalfe; nem tudo se há-de levar ao cabo. Venha vossa mercê jantar, que o conselho desta ilha tem preparado um magnífico banquete para vossa mercê nas casas da Câmara.

Sancho – Meirinho, jantar de Câmara será de cousa que já foi jantada, e assim vede lá o que dizeis.

Meirinho – Se vossa mercê o não quer na Câmara, será aqui mesmo, e vamos, que depois havemos ir rondar a ilha.

Sancho – Vamos nós reconhecer os pratos, e dai-me de jantar, seja onde for, porque o ventre *non patitur moras*.

Meirinho -Vamos. (*Vão-se.*)

CENA V

Mutação de sala. Estará uma mesa mal ordenada, com uma garrafa em cima; estarão um médico, e um cirurgião, duas rebecas e um rebecão; e saem Sancho, o Meirinho e o Escrivão

Sancho – Quem te dissera a ti, pobre Sancho Pança, que da rústica choupana da tua aldeia havias de chegar a tanta honra! Sem dúvida que o aparato desta mesa é digno de jantar nela um absoluto Príncipe! Se isto é no preparatório, que será na côdea! Ai, esfaimado Sancho Pança, desta vez tirarás o ventre de miséria. Quem me dera ter nesta ocasião sete bocas, dez gorgomilos, quatro ordens de dentes e oito bandulhos para devorar e engolir tanta comezana!

Meirinho – Senhor Governador, sente-se vossa mercê.

Sancho – Ó meu rico Meirinho do meu coração, dissei-me: quem são estes dois bigorrilhas?

Meirinho – Este é o médico, e este é o cirurgião, que ambos costumam assistir nos banquetes que se dão aos governadores, por grandeza e estado.

Sancho – Eu lhe perdoara o estado, com tanto que a grandeza só fora no comer. E quem são estes de cabeleira loura, muito buliçosos?

Meirinho – Estes são os que tangem vários instrumentos, enquanto se come, para excitar o apetite.

Sancho – Eu escuso acepipes para comer, pois o tenho para seis bois.

Tocam os instrumentos, muito desafinados

Meirinho – Que tal tangem?

Sancho – Essa tocata é de rigor; parece feita por solfa.

Médico – Senhor Governador, ora por vida sua, que nos faça a honra de comer: faça-nos este gosto, por quem é.

Sancho (à parte) – Não é necessário tanto rogo. Este médico tem feição!

Médico – Primeiramente, senhor Governador, há-de vossa mercê comer com parcimónia.

Sancho – Parcimónia é cousa de comer?

Médico – Parcimónia é comer com temperança.

Sancho – Isso de temperos pertence ao cozinheiro.

Médico – Temperança, por outro nome, é o mesmo que comer pouco e com regra; pois, conforme a melhor opinião dos modernos, o muito comer estraga a natureza.

Sancho – Ainda esta é pior! Ora digo-vos que sois um asno. O comer muito é proveitoso para a barriga, porque se enche; pois, conforme a melhor filosofia, *non datur vacuum in rerum natura*; e assim hei-de comer.

Cirurgião – Senhor Governador, com licença de vossa mercê, antes que coma, é preciso fazer uma diligência do meu ofício da cirurgia.

Sancho – Entendo que este banquete tem algum apostema, que o cirurgião quer também meter a tenta: vamos lá; que é isso?

Cirurgião – Quero endireitar-lhe o pescoço. Tenha-o sempre direito; não o troça, quando comer; porque facilmente pode quebrar alguma veia.

Sancho – Não me deixareis comer, como eu quiser? Que tendes que eu coma torto ou direito? Vós cuidais que esta é a primeira vez que eu como na minha vida?

Médico – Senhor, uma cousa é comer como escudeiro, e outra como governador; e, como tal, queremos que vossa mercê coma como manda a arte médica e cirúrgica; pois a conservação da sua vida nos importa em muito, como único refúgio em que se estriba a nossa esperança.

Sancho – Seja o que vós quiséreis, e deixai-me comer; venha a sopa.

Médico – Isso é sopa? Nada, fora! Não coma vossa mercê sopa, que é muito nutritiva, geradora, danosa, sanguinária, e lhe pode resultar um estupor.

Sancho – Com que a sopa faz estupor? Vós é que sois o estupor da sopa. Hei-de comê-la, mas que me dêem duzentos estupores.

Médico – Requeiro a vossa mercê, da parte da saúde, que não coma sopa, que nesta ilha a sopa prova muito mal.

Sancho – Isso é porque vocês não sabem provar bem a sopa.

Médico – Ora, senhor Governador, deixe vossa mercê isso pois não falta comer em que vossa mercê se possa fartar. Coma esse prato de assado.

Cirurgião – Não, com licença de vossa mercê, senhor Doutor, também agora não é lícito que o senhor Governador coma assado, que lhe pode ferir a garganta, pelo torrado do forno e pela acrimónia do molho.

Médico – Pois não coma assado, se a cirurgia assim o manda.

Sancho – Com que você, senhor Doutor, é juiz da consciência da minha barriga? Está galante história dizer lá o bigodes do cirurgião que o assado faz mal a garganta!

Meirinho – Senhor Governador, o que os senhores dizem tudo é para seu bem; e eles que o dizem, bem o entendem.

Sancho – Meirinho, eu sempre ouvi dizer que quem te dá o osso não te deseja ver morto; e estes físicos não só me não dão a carne, mas também me não dão o osso; e se não, dissei-me: para que me convidaram estes senhores, se me não deixam comer?

Médico – Essa é boa! Nós lhe proibimos o que é nocivo; aí não faltam manjares para vossa mercê comer.

Sancho – Ora está bem. Vamos comendo estas perdizes.

Médico – Tá, tá! Perdizes por nenhum caso; são perniciosas à vida do homem.

Sancho – À que del-Rei, senhores! Há quem tal diga da perdiz que se come com a mão no nariz, por ser tão excelente, que é necessário apertar-se o nariz, para que não entre por ele?

Médico – Senhor Governador, dê-me atenção. A perdiz, como diz Averróis, é muito indigesta: *Omnis saturatio mala; perdix autem pessima*.

Sancho – Ora, senhores, deixem-me já por caridade comer aquele prato de vaca, para consolação desta pobre pança; pois sempre ouvi dizer a meu amo que *vacare culpa magnum est solatium*.

Médico – Olhe vossa mercê, senhor Governador; não duvidamos que a vaca é generoso alimento; porém, como vossa mercê ainda não comeu coisa alguma, não é lícito que coma vaca estando em jejum; porque a vaca é alimento

mui forte; e, como o estômago está fraco, peleja o forte com o fraco, e é forçoso que fique o fraco vencido, e do vencimento pode resultar a morte mui facilmente.

Sancho – Visto isso, também estou inabilitado para comer vaca?

Médico – Por ora, sim.

Sancho – Que por ora, se eu por instantes me estou desmaiando com fraqueza? Deixem-me comer aquele prato que ali está, que morro com fome.

Médico – Senhor, está louco? Quer comer pratos? Não vê que é de estanho e que lhe pode fazer uma grande obstrução na barriga?

Cirurgião – Ui, senhor, estanho não é bom para o estômago; nem derretido, quanto mais cru!

Sancho -Ora isto é já pouca vergonha: hei-de comer o que eu quiser; pois sou Governador em chefe com mero misto império nesta ilha e seus arredores.

Médico – Senhor, tenha mão.

Sancho – Sim, tenho mão para vos dar muita bofetada a vós, médico de ourinas, e a vós, cirurgião de trampa.

Meirinho – Senhor, não coma, que lhe pode fazer mal, que o dizem os senhores.

Sancho – Se o comer faz mal, também o não comer o faz; e, se hei-de morrer de não comer, quero morrer comendo. Morra Marta, morra farta.

Haverá grande bulha sobre o comer ou não comer

Médico – Acudam todos, que o senhor Governador se quer matar por suas mãos.

Rebecas -Senhor, pague-nos vossa mercê, que aqui estivemos para tanger rebecas.

Sancho – Isso era pagar os açoites ao verdugo.

Todos – À que del-Rei sobre o Governador, que nos não quer pagar!

Cirurgião – À que del-Rei sobre o Governador, que se quer matar pelas suas mãos!

Sancho – À que del-Rei, que me querem matar à fome!

Meirinho – Vamos rondar a ilha, que é já noite.

Sancho – Não quero rondar, leve o Diabo a ilha. Há aqui perto alguma taberna?

Escrivão – Ora vamos, que ao depois, sem que o médico nem o cirurgião saibam, lhe daremos bem que comer.

Sancho – Vede lá o que dizeis!

Escrivão – Tenho dito e fie-se em mim.

Sancho – Ora vamos rondar; mas esperai, e, se acharmos alguns marujos que nos quebrem os narizes, que conta havemos dar de nós?

Meirinho – Por isso mesmo, para os prender.

Sancho – Isso é o mesmo que quebrar um olho a mim para tirar dois a meu contrário! Não, senhor; deixe vossa mercê patuscar a quem patusca; já que o não podem fazer de dia, deixemo-los patuscar de noite, que é sua e ninguém lha pode tirar por força.

Meirinho – Vamos, senhor; se não, daremos com vossa mercê fora daqui.

Sancho – Vamos; mas olhe que lhe digo que eu vou como quem vai para a força.

António José da Silva, “O Judeu”, *Vida de Dom Quixote, Esopaida e Guerras do Alecrim*, selecção, introdução e notas de Liberto Cruz, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975; cenas IV-V, pp. 98-112.



António José da Silva; escultura de Simões de Almeida (Sobrinho).

O governo de Sancho na Ilha Baratária

por

Alberto Xavier**

A acção do romance não se limita a narrar os desatinos do pseudo-cavaleiro andante. A existência e os procedimentos do escudeiro merecem também a Cervantes cuidados especiais, carinhosos, pois trata-se, como D. Quixote, dum tipo da humanidade, cujos caracteres, diametralmente opostos, são, por igual, vincados a traços firmes e fortes, com uma mestria psicológica notável.

Era costume, como já disse no capítulo anterior, os paladinos investirem os seus escudeiros no governo duma ilha ou dum reino que conquistassem. D. Quixote, quando tomou ao seu serviço a Sancho Pança, disse-lhe que o nomearia governador duma ilha que ganhasse, para imitar em tudo os cavaleiros andantes, cujas histórias lera nos ultra-romanescos livros da sua biblioteca. A promessa foi motivo de constante estímulo para o bom e dedicado Sancho, que de vez em quando a lembrava, ingenuamente, ao amo.

Essa perspectiva transforma-se pouco a pouco em ideia fixa, arraiga-se na mente do rústico Sancho, do materialista Sancho. É o seu sonho ditoso, convertendo-se em obsessão. A convivência quase fraternal com o fidalgo seu amo, que o trata com amizade e afecto sinceros, exerce nele contagiosa influência. A loucura de D. Quixote, aliás restrita a cousas de cavalaria, transmite-se ao escudeiro que, sendo normalmente homem de bom-senso e prudente, perde o juízo no que diz respeito ao ambicionado governo da hipotética ilha.

Sucede, porém, que o herói manchego, nas suas andanças cavaleirescas, sempre sedento de proezas gloriosas, sofre reveses de toda a ordem; os contratempos e as calamidades o perseguem sem interrupção e sem que os formidáveis desastres abatam o seu ânimo, aliás varonil. Ao contrário dos grandes heróis-livrescos, seus modelos, tais como Lançarote, Amadis, Pigmalião, Palmeirim e outros, que vencem denodadamente todos os obstáculos, obtêm rápidos triunfos e alcançam, vitoriosos, os sublimes fins das suas façanhas extraordinárias, a sorte é invariavelmente adversa a D. Quixote. É uma fatalidade confrangedora, cruel. Deste modo, torna-se problemática a conquista de qualquer ilha ou reino em cuja administração possa ser instalado o escudeiro. Este sente-se ludibriado e não pode ocultar o seu penoso desconsolo.

Como remediar o caso?

Circunstâncias ocasionais, imprevistas, proporcionam ao nosso herói e ao seu laiaio ser recebidos e hospedados no solar de província duns duques, *Grandes de Espanha*, proprietários de

** Alberto Xavier (n. Nova Goa. 24-IV-1881 - ?) formou-se em Direito, em 1908, desempenhando em seguida funções como auditor administrativo e administrador do 4º Bairro de Lisboa. Em 1913 foi eleito deputado pelo círculo de Estremoz, sendo reeleito sucessivamente nos doze anos seguintes, sendo nomeado em 1919 Secretário-geral do Ministério das Finanças, em 1933 Juiz-conselheiro do Tribunal de Contas e em 1942 Administrador Geral da Casa da Moeda, entre outros cargos. Alberto Xavier participou em diversos periódicos, assinando artigos sobre política financeira e estrangeira e é autor de diversas obras de carácter político, económico e jurídico, como *Política Republicana em Matéria Eclesiástica* (1912), *Estatuto dos Funcionários Públicos – O Fundamento do Direito* (1948), *O Imperialismo da Rússia* (1951) e *Lenine-Estaline* (1952). No género literário deve salientar-se *O Romance* (1935), *O Romance no Século XVII* (1938), *D. Quixote* (1947), *Camilo Romântico* (1947) e *Memórias da Vida Pública* (1950).

ricos domínios, os quais, informados da história, aproveitam o ensejo para se divertirem à custa dele. Engendram, para isso, uma burla: Sancho irá governar uma das suas terras que adrede denominar-se-á *Ilha Baratária*; tudo será preparado para que o acto da investidura do governador seja revestido de aparato e de solenidade, e o exercício da delicada função encontre os meios adequados, necessários.

O duque comunica a resolução a Sancho e diz-lhe que se arranje e se componha para ir tomar posse do cargo.

Sancho humilhou-se-lhe e disse:

— Desde que desci do céu, e desde que vi a terra lá dessas alturas, e me pareceu tão pequena, esfriou em parte o desejo grande que eu tinha de ser governador; porque, digam-me: que grandeza é mandar num grão de mostarda, ou que dignidade ou que império é governar em meia dúzia de homens do tamanho de avelãs, que me pareceu que em toda ela não havia mais? Se Vossa Senhoria fosse servido de me dar uma pequena parte do céu, ainda que não fosse de mais de meia légua, tomá-la-ia de melhor vontade que a maior ilha do mundo.

— Amigo Sancho — respondeu o duque — eu não posso dar a ninguém uma parte do céu, nem ainda que seja do tamanho de uma unha, que só para Deus está reservado o conceder essas graças e mercês: dou-vos o que vos posso, que é uma ilha bem feita e bem direita, redonda e bem proporcionada, e muito fértil e abundante, onde, se souberdes ter manha, podeis com as riquezas da terra granjear as do céu.

— Ora bem — retorquiu Sancho — venha de lá essa ilha, que eu procurarei ser um governador de tal ordem, que vá direitinho para o céu, apesar de todos os velhacos deste mundo; e isto não é por cobiça que eu tenha, mas porque desejo provar o que será isto de governador.

— Em provando uma vez, Sancho — disse o duque — não haveis de querer outra cousa, porque é realmente agradável mandar e ser obedecido...

— Senhor — redarguiu Sancho — imagino que é bom mandar, ainda que seja um rebanho de gado.

No governo da *Ilha Baratária*, Sancho Pança experimenta alguns dissabores, sofre certos contratempos, mas consola-se com os seus actos em que põe à prova o seu empirismo, a sua espontânea sabedoria, o seu bom-senso positivo na solução acertada, feliz, prática, das questões ventiladas e dos problemas suscitados, o que causa admiração nos administrados e gera a confiança em si próprio. Considera-se agora, no seu foro íntimo, pessoa importante; uma certa vaidade sacode-lhe a alma, estimulando-a; vislumbra a fama, a glória do poder.

Mas as cousas desta vida não podem durar sempre. O duque decide pôr termo à extravagante mistificação. Um dia, o improvisado governador recebe uma missiva dele a informá-lo saber, de fonte digna de todo crédito, que uns inimigos da *Ilha Baratária*, inquietos com o engenho demonstrado na sua próspera governação, projectam, numa próxima noite, um assalto furioso em que a sua própria vida poderá perigar, convindo, por isso, estar alerta.

A investida realiza-se como fora anunciada. É o remate estrondoso da grande caçada. Sancho Pança estava tranquilamente na cama, prestes a conciliar o sono. De súbito, ouve um ruído ensurdecedor de sinos, de vozes, de trombetas, de tambores. Fica aturdido. Parece-lhe que toda a Ilha vai ao fundo. Levanta-se cheio de medo e de espanto. Não sabe bem do que se trata, nem o que há-de fazer, quando vê nos corredores muitas pessoas com archotes acesos nas mãos e com espadas desembainhadas, bradando:

— Às armas, às armas, senhor Governador; às armas, que entraram infinitos inimigos na Ilha, e estamos perdidos, se a vossa indústria e o vosso valor nos não socorrem.

O momento é para ele grave, angustioso, patético. Numa rápida visão dramática convence-se da iminente e irremediável derrocada das suas melhores ambições. Fica moralmente sucumbido, a vontade paralisa-se-lhe por completo. Quando a furibunda peleja pela defesa da Ilha termina com vitória, Sancho Pança que, no decurso dela, sofrera rudes golpes e havia perdido os sentidos, torna a si; sente-se fisicamente derreado, amarfanhado; um desgosto profundo sufoca-lhe o coração. Silencioso, mas resoluto, encaminha-se com dificuldade para a rua, e, voltando-se para os que o circundam, testemunhas da dura e cruel provação, diz-lhes:

— Abri caminho, senhores meus, e deixai-me voltar à minha antiga liberdade; deixai-me ir buscar a vida passada, para que me ressuscite desta morte presente. Eu não nasci para ser governador, nem para defender ilhas nem cidades dos inimigos que as quiserem acometer. Entendo mais de lavrar, de cavar, de podar, e de pôr bacelos nas vinhas, do que de dar leis ou defender províncias nem reinos. Bem está S. Pedro em Roma; quero dizer: bem está cada um usando do ofício para que foi nascido.

Nessa crise desoladora, pungente, em que, desenganado, renuncia a uma vã e desproporcionada ambição, Sancho Pança é instintivamente atraído para junto do seu amo, cuja companhia lhe agrada mais do que «ser governador de todas as ilhas do mundo». Continua ao serviço de D. Quixote por devotamento, por afeição, por fidelidade.

Durante o período que durou o governo de Sancho na *Ilha Baratária*, trocaram-se cartas entre D. Quixote e o seu escudeiro, entre Teresa, mulher deste, e a duquesa, entre o governador e a sua dita consorte. As páginas que encerram esta correspondência são de interesse mais deleitoso de todas as outras onde é narrado o episódio da administração da ilha. Elas transbordam de humorismo e provocam muito riso. Vale a pena lê-las integralmente. Mas aqui limito-me a transcrever alguns trechos saborosos da missiva de Teresa a Sancho:

Recebi a tua carta, meu Sancho da minha alma, e juro-te como católica, que não faltaram dois dedos para eu ficar louca de contentamento. Olha, mano, quando ouvi dizer que estás sendo governador, por pouco não caí morta de puro gozo; que tu bem sabes que dizem que, tanto mata a súbita alegria, como a grande aflição. A Sanchita, de puro contentamento, pôs-se num charco sem se sentir. Eu tinha diante de mim o fato que me mandaste, e os corais que a senhora duquesa me enviou ao pescoço, e as cartas nas mãos, e o portador ali presente, e ainda me parecia, com tudo isso, que era sonho o que eu via e tocava; porque, também, quem é que podia pensar, que um pastor de cabras ainda havia de ser governador de ilhas?...

O Cura, o barbeiro, o bacharel, e até o sacristão, não querem acreditar que sejas governador, e dizem que tudo são embelecos ou cousas de encantamento, como todas as de D. Quixote teu amo; e afirma Sansão que te há-de ir buscar, e tirar-te o governo da cabeça, e a D. Quixote a loucura dos cascos: eu então, não faço senão rir-me a olhar para o rosário e a pensar no vestido que tenho a fazer do teu fato, para a nossa Sanchita... Cá as notícias do lugar são, que a Barrueca casou a filha com um pintor de má morte, que chegou a este povo para pintar o que aparecesse... O filho de Pedro Lobo ordenou-se com graus e coroa, com tenção de se fazer clérigo; soube-o a Minguilla, a neta de Mingo Salvato, e armou-lhe demanda, dizendo que ele lhe deu palavra de casamento... Este ano nem há azeitonas, nem se encontra uma gota de vinagre em todo este povo. Por aqui passa uma companhia de soldados; levaram de caminho três raparigas do sítio: não te quero dizer quem são; talvez voltem, e não faltará quem case com elas sem fazer reparo nas nódoas...

Alberto Xavier, «*Dom Quixote*» (*Análise Crítica*), Lisboa, Livraria Portuguesa, s. d. (1942?), pp. 61-66.



«Os Lusíadas» e o «D. Quixote»: grandeza e declínio das nações ibéricas

por
RAMIRO DE MAEZTU*



Se Cervantes se encontra cansado quando o concebe D. Quixote, não o estará menos a nação espanhola. Ao terminar o século XV e no decorrer do século XVI, a Espanha completava a libertação do território nacional contra um inimigo que durante oito séculos a ocupara, realizava a unidade religiosa, expulsava Mouros e Judeus, levava a cabo a epopeia de descobrir, conquistar e povoar as Américas, à custa, em parte, do seu próprio despovoamento; passeava as suas bandeiras vitoriosas pela Flandres, Alemanha, Itália, França, Grécia, Berberia. De cada lar espanhol saía um monge ou um soldado, quando não à vez um monge e um soldado. Santa Teresa vira sair da sua casa para a América todos os seus irmãos e, leitora assídua de livros de cavalaria, sonhava em percorrer o mundo. Todo o século XVI foi para a Espanha um estado de energia. Recordem os nomes dos primeiros circum-navegadores: Elcano, Legazpi, Magalhães; o dos conquistadores: Fernando de Soto, Valdivia, Urdaneta, Garay, Solis, para não falar de Cortez, de Pizarro e de Almagro; evoquem a memória do cardeal Cisneros, de Inácio de Loyola, de Santa Teresa, e não nos esqueçamos dos Reis Católicos, do Grande Capitão, do duque de Alba, de Filipe II. Acompanhemos com imaginação as nossas tropas nas suas

* Ramiro de Maeztu (Vitoria, 1874 – Madrid, 1936) vai trabalhar muito jovem, para as Caraíbas, presença a derrota da esquadra espanhola, torna a Espanha, pertence ao grupo dos escritores «regeneracionistas» conhecidos por Geração de 98, juntamente com Azorin, Baroja, Unamuno e outros, faz uma impiedosa crítica antitradicionalista de Espanha (*Hacia una outra España*, 1899), mostra uma acentuada orientação socialista, fixa-se em Bilbao, reside alguns anos em Londres, volta a Espanha no fim da I Guerra Mundial, começando a evoluir num sentido conservador que o levaria a apoiar depois a ditadura de Primo de Rivera, que o nomeia embaixador espanhol em Buenos Aires (1928). Preside ao grupo conservador e católico Acción Española e, em Outubro de 1936, é vitimado em Madrid pela revolução. Escreveu ainda *Don Quijote*, *Don Juan y la Celestina* (1926), donde tiramos a passagem adiante traduzida, *La Crisis del humanismo* (1919), *Defesa de la Hispanidad* (1934). Propunha que em vez da trilogia «liberdade, igualdade e fraternidade», a Espanha adoptasse o lema «serviço, hierarquia e humanidade». Defendeu com brilho a colonização espanhola das Américas, rebatendo a «lenda negra» nesse domínio.

campanhas vitoriosas, sigamo-las quando vão com Carlos V a Wittemberg e querem desenterrá-los, para queimar, os restos de Lutero, o homem maléfico, na sua opinião, que rompera em dois a Cristandade. Não nos esqueçamos que a batalha de Lepanto arrancara das mãos do turco o domínio do Mar Mediterrâneo.

Pensemos também que o móbil daquele incessante batalhar era puro e generoso. Os melhores espanhóis davam-se claramente conta de que aquelas campanhas estavam arruinando-os. Aí estão as cartas de Filipe II, quando era ainda Príncipe Regente de Espanha, a seu pai, o imperador, onde dizia que a nobreza das terras espanholas não consentia que as agravassem com impostos tão altos como os que podiam suportar as mais ricas do Centro da Europa. Isto mesmo repetem, incansáveis, as petições às cortes de Castela. E, apesar de tudo, Filipe segue, ao subir ao trono, a política traçada por seu pai, porque o mandato no qual acreditava ser seu dever – a manutenção da fé católica por meio das armas – parecia-lhe mais urgente, mais iniludível, que o de defender os interesses da sua pátria. Eis quando a prodigiosa actividade física do povo espanhol durante todo o século XVI estava também acompanhada e inspirada por intenso fervor espiritual, a outra forma de actividade em que também arderam, até consumirem-se as energias nacionais. De Espanha surgiram, por sua vez, o espírito místico de Santa Teresa e o militante da Companhia de Jesus, assim como a maior e a melhor parte da obra social e educativa da Companhia, e da sua produção intelectual. A Espanha é também o espírito e o braço da Contra-Reforma, que alça fronteiras definitivas à difusão do Protestantismo pelo Centro da Europa. De Espanha nasce o movimento anti-renascentista, no seio da Igreja católica, que lhe devolve a severidade que o Humanismo lhe fizera perder, em Itália. Os teólogos espanhóis levam a voz cantante e decisiva ao Concílio de Trento, que fixa a ortodoxia da Igreja frente às perplexidades da Reforma e do Renascimento. Da fecunda actividade literária de Espanha surgem as origens do drama e do romance modernos.

O que eram os Espanhóis daquele tempo, sabemos-lo pelos quadros de Greco. Um Espanhol não saberia talvez vê-los. O Cretense percebeu que aqueles homens, que fisicamente não eram extraordinários, estavam animados de uma espiritualidade excepcional, que só poderia expressar-se pictoricamente por excepcionais procedimentos. El Greco simbolizou, na luz, o ideal que incendeia aqueles corpos. Concebeu a luz como uma substância que no éter vibra e no ar se quebra, rodeia os corpos, dissolve os limites, aligeira os pesos, converte a gravidade em ascensão e transforma os homens em chamas, que no seu próprio fogo se divinizam e consomem.

Mas nos anos em que D. Quixote se engendra e escreve, a Espanha achase já, e em consequência da sua prodigiosa actividade criadora, exausta, despovoada – só no reinado de Filipe II perderam-se dois milhões de almas – miserável, próxima da derrota. E qual podia ser o desejo mais íntimo daquele país demasiado trabalhado, senão o de descansar? Oiçamos Galdós no seu ensaio sobre Cervantes:

«Não faltavam ainda heróis porque esta terra, mesmo depois de extinto o seu vigor, conservava os gérmes daquela raça vencedora que teve descendentes por muitos séculos depois. Havia ainda grandes generais e soldados corajosos; mas o exército morria de fome e nudez nas terras de Holanda e de Milão. Tudo indicava a proximidade daquelas desventuras horríveis, daqueles encantamentos que se chamaram Rocroi, a insurreição de Nápoles, o levantamento da Catalunha, a autonomia de Portugal, a emancipação dos Países Baixos.»

Imaginemos os soldados dos exércitos espanhóis «mortos de fome e nus», lendo D. Quixote em terras da Flandres ou da Itália? Cada um deles podia sentir-se D. Quixote, pelo idealismo e os maus tratos. Que buscariam nas suas páginas senão a ânsia profunda de repouso e de regresso a casa solarenga da pátria, que não se atreveram a confessar porque eram vencedores, mas que sentiriam na alma com maior veemência que o seu silêncio? Aqueles soldados esfomeados e nus tinham de perceber, por todo o comprimento do seu corpo, os tremores daquelas terras, prestes a perderem-se de Espanha. E que impressão lhes produziria a leitura de um livro cujas páginas eram todas a condenação da vida aventureira e heróica dos cavaleiros andantes? Atenderiam ao texto de D. Quixote, o louco, quando disse: «Melhor parece o soldado morto na batalha que vivo e salvo na fuga»? Ou preferiam a copla do mancebo sensato que cantava:

«A guerra levam-me
a minha necessidade.
Se tivesse dinheiro
não ia, não é verdade?»

Mas não há necessidade de perguntar quando a história nos oferece, concreta e clara resposta. Durante todo o século XVI a Espanha gozou de articulada faculdade, o poder que os autores dos livros militares chamam a iniciativa e a capacidade de iniciação dos movimentos. Dedicamos os nossos esforços nessa centúria a consolidar e assegurar a civilização cristã da Idade Média, ameaçada internamente pela Reforma e ainda pelo Renascimento e

externamente pelo poder crescente dos Turcos, a conquistar e cristianizar a América e a converter ao Cristianismo os povos pagãos, Judeus ou Muçulmanos. Para realizar este ideal final, concebemos os dois ideais, instrumentos da unidade católica e da monarquia universal, que cantou Fernando de Acuña no soneto:

«Já se aproxima, Senhor, ou já é chegada
a idade gloriosa que promete o céu
uma grei e um pastor sozinho em terra,
por sorte a nossos tempos reservada;
já tão alto princípio, em tal jornada
mostra-vos o fim do vosso santo zelo
e anuncia ao mundo, para mais consolo,
um monarca, um Império e uma Espada.»

Não fomos bastante poderosos para impedir que a Cristandade se dispersasse, nem para evitar que o Reino de Deus, com que sonhávamos, sucedesse ao Reino do Homem, que em Inglaterra proclamou, pouco depois, lorde Bacon. É possível que o nosso sonho não fosse realizável, nem conveniente então, mas não temos que nos envergonhar de o concebermos, ainda que tivéssemos que sofrer com o sangue excessivo que derramamos ao tentar realizá-lo. Foi um grande sonho o nosso, e nossos pais perseguiram-no com energia de heróis, até que o derrubaram as tempestades que desfizeram nos mares do Norte as formações da Invencível Armada.

Algumas vezes perguntou-se a razão de não se expressar esta grande epopeia espanhola nalgum livro que pudesse equiparar-se a *D. Quixote*. Estas perguntas negativas não têm, em rigor, contestação. Não há razão, por exemplo, para que Garcilaso não escrevesse essa obra. Mas a verdade é que ela foi escrita, mas em português. *Os Lusíadas* são a epopeia peninsular, e é sabido que a história espiritual e artística dos povos hispânicos não deve fazer-se separadamente. N' *Os Lusíadas* encontra-se a expressão conjunta do génio hispânico mundial e a sua religiosidade característica: a divinização da virtude humana. Várias vezes se traçou o paralelo entre as vidas de Cervantes e Camões. Por ocasião do centenário do poeta lusitano, repetia-o recentemente o senhor Rodriguez Marín: «os dois génios peninsulares mostraram grandeza no ideal e valor na sua defesa; os dois viveram urna vida de andança, lutas, aventuras e amores; os dois sofreram misérias e cárceres; ambos gozaram os resplendores da glória nas proximidades da morte. Mas é preciso habituarmo-nos a considerar *Os Lusíadas* e *D. Quixote* como as duas partes de um único livro escrito por dois

homens, apesar da sua disparidade aparente: epopeia e romance, poesia e prosa, entusiasmo e ironia. Vasco da Gama e D. Quixote. Isto é tudo. Não seriam de plenitude aqueles livros se se limitassem a contar as façanhas já realizadas. Em toda a plenitude há-de incluir-se o ideal, que olha o devir. Não há-de contentar-se com a visão do mar desde a beira, mas há-de escutar também a canção do barco, que não podia ouvir o conde Arnaldos porque só os navegantes a percebem. Agora vai realizar-se, diz-nos Camões, o grande sucesso por que suspirei em todo o poema e no decurso da minha vida. Lembrem-se de que ao partir para Marrocos perdi um olho. Resta-me um outro para ver o triunfo. A epopeia começa com uma exortação ao rei D. Sebastião para que submeta os Mouros ao poder cristão e acaba no mesmo sentido. Esta é a única empresa para a qual de boa vontade se juntam patrícios e plebeus e na qual unem-se espontaneamente espanhóis e portugueses. É o ideal de Cervantes que perdeu uma mão em Lepanto e não pode esquecer as *sus torturtas* de Argel. Expressou-o na sua carta a Mateo Vazquez, e nunca a afastou da mente.

Era também o ideal do povo, que via com maus olhos as expedições militares a países longínquos. Ao sair a de Vasco da Gama maldiz, nos lábios de um ancião o primeiro que pôs velas num lenho e a ânsia de glória que leva os homens a terras tão remotas, quando ainda fica por cumprir, às portas de casa, a sua missão própria de sujeitar e civilizar o mouro.

«Não tens junto contigo o Ismaelita?»

Portugal e o seu monarca têm que realizar uma façanha. Não é coisa fácil levá-la a feliz término porque o povo duvida das suas capacidades. Para curá-lo das suas dúvidas escreve Camões a sua epopeia. Ao cantar as proezas dos grandes navegantes portugueses, descobridores do caminho da Índia, não pensa no passado, mas sim no futuro. Paz falta incutir nos portugueses confiança em si mesmos e estimulá-los com a perspectiva da fama. Outros povos cristãos se esqueceram de seguir a sua tradição; aliaram-se aos Turcos, deixaram o sepulcro de Cristo no poder dos infiéis que não são fortes senão devido à sua união na fé de Maomé. Portugal, pelo contrário, ainda que pequeno, é fiel a si mesmo e à sua religião e ao ideal hispânico, mantém negócios em África, manda na Ásia mais que ninguém, ara os campos do novo mundo.

«*E se mais mundo houvera lá chegara*».

Os Lusíadas concluem com um hiato. Passam trinta e três anos desde a sua publicação. No caminho assinalado pelo dedo de Camões aparece primeiro uma figura: um fidalgo cavalga um rocinante e brande lança; o povo lusitano imagina que será o rei D. Sebastião, mas quando pensa que vai aparecer detrás do cortejo dos seus cavaleiros, não vê senão um escudeiro sobre os alforques de

um burrico. São D. Quixote e Sancho. Ao tornar a olhá-los desaparecem. Não são senão fantasmas.

Que sucedeu neste tempo? Duas datas: 1578-1588. O rei D. Sebastião morreu em Alcácer Quibir, com os seus cavaleiros, a flor do Reino. A Grande Armada foi-se a pique nos mares do Norte. O povo português queda-se atônito, sem advertir que as suas ilusões se tinham dissipado. Camões, porém, consternado, não recuperou nunca o fogo necessário para escrever em verso.

Em Espanha ninguém vislumbra as consequências que ultimamente derivam da perda da Armada, a não ser o rei D. Filipe. Ele sabia que o seu império ultramarino necessitava do domínio do mar para ser conservado, primeiro seria procurado a bem, casando-se com uma rainha de Inglaterra, e final mente construindo a maior frota que mãos humanas tinham fabricado. Deus não o quis. E morreu D. Filipe persuadido de que estava perdido o seu império.

Cervantes não emudece pelo desastre da sua Armada e não é apenas porque o cria irreparável, mas porque a genialidade própria do seu espírito consiste precisamente em sortear desenganos. A Camões o fracasso nacional colhe-o demasiado velho para suportá-lo: Cervantes vai adaptando-se pouco a pouco às dificuldades da sua pátria, e quando as águas da desilusão lhe entram pela boca, consola-se, em vez de afogar-se, troçando das suas antigas ilusões.

Sem *Os Lusíadas* não se pode entender o livro de Cervantes. Como poderia desencantar-se todo esse mundo que rodeia D. Quixote de La Mancha, sem se conhecer antes o encantamento do ideal? Contra que gigantes tinha lutado D. Quixote se há um século os povos hispânicos pelejavam realmente com gigantes? Para quê destruir os livros de cavalaria, pois de livros de cavalaria alimentavam-se as almas daquelas gerações que se acreditavam chamadas a destinos que eclipsassem os dos povos da Antiguidade, e que, com efeito, chegaram a eclipsá-los, em vários sentidos.

Tão pouco sem *D. Quixote* se entende o todo d'*Os Lusíadas*. E aqui uma epopeia interrompida em quase todos os seus cantos pelas lamentações do poeta. Donde surgem estas queixas? Como se justificam artisticamente? Porque vem a ser como a voz do coro antigo, através do qual se expressam as normas naturais. Mais de dez vezes parece estar Camões a ponto de abandonar o poema. Uma vez queixa-se da cobiça dos Portugueses; outras da sua falta de gosto para as letras; outras do seu apagamento e vil tristeza. Só um esforço heróico permite-lhe acabar a epopeia.

Que esforço é este?

Aqui entra a chave de D. Quixote. O que n'*Os Lusíadas* está ainda oculto, torna-se aqui evidente. Nem por um momento dissimula Cervantes que o

melhor que o fidalgo pode fazer é estar quietinho em casa. Este é o sentimento de toda a novela. E isso mesmo que precisa o poeta que escreve *Os Lusíadas*: um pouco de descanso. Só que não o diz a si mesmo. O que diz e que quer as batalhas, as façanhas, a epopeia e a vitória da sua pátria em Marrocos. Não só cantar esta vitória, mas contribuir para ganhá-la.

E a natureza resiste-lhe, não porque a sua seja fraca, mas porque esta demasiado trabalhada.

São queixas que tem a amargura dos homens que quiseram, intentaram e fizeram muito. Como o trabalho manual produz venenos que só se eliminam com o descanso, a alma empeçonha-se igualmente com o trabalho espiritual, e os homens que fizeram demasiado infectam-se com toxinas que só desapareceriam numa ilha de paz, se o mundo a possuísse. As queixas de Camões são o cansaço. Cansados hão-de estar os homens e as raças que intentaram conquistar ao mesmo tempo o mundo da acção e o do espírito. Este é o caso dos povos hispânicos no tempo de Camões. Por isso as suas queixas têm um valor objectivo que legitima a sua presença num poema heróico. Entre *Os Lusíadas* e *D. Quixote* medeia o decorrer de uma geração. A Espanha seguiu batalhando e evangelizando. Nestes trinta e três anos não se penduraram penas, nem se embainharam as espadas. Agora já se conhece a essência das queixas: o seu cansaço; há que descansar.

Não é correcto ler-se *D. Quixote* sem *Os Lusíadas* e vice-versa. Onde se irá com o empurrão da epopeia, mas sem o travão do romance? Se não se adaptarem os meios aos fins, onde se procura império não se encontrará talvez senão morte, e tanto melhor se se sabe enobrecê-la com as últimas palavras do rei D. Sebastião: «Morrer, mas devagar.» E onde se irá com a ironia de Quixote mas sem a fé d'*Os Lusíadas*? Ao ideal da «paz na indolência» que denunciou o conde de Mortera ao receber Azorín na Academia de Língua. E tão pouco se lograra essa paz, porque se um perdeu o apetite, não o perderam os outros.

Ramiro de Maeztu, «La España de Cervantes»
in *Don Quijote, Don Juan y la Celestina*,
Madrid, Espasa-Calpe, 1972; pp. 40-47.



Hamlet; *John Austen. Folger Art Collection, 1922.*

Hamlet e Dom Quixote

por
IVAN TURGUENEV*



A primeira versão impressa da tragédia de Shakespeare *Hamlet* e a primeira parte de *Dom Quixote* de Cervantes surgiram no mesmo ano, no início do século dezassete. A ligação coincidente entre estas duas obras é significativa e levanta uma sucessão de reflexões. “Aquele que aspira a compreender um poeta deve entrar no seu âmbito”, afirma Goethe; e apesar do prosador não se atrever a exigir tanto, pode pelo menos aspirar a que os seus leitores queiram acompanhá-lo ano percurso dos seus devaneios e das suas investigações.

Algumas das ideias expostas daqui em diante podem bem parecer surpreendentes e estranhas a muitos leitores; mas aí reside a notável qualidade dessas obras-primas poéticas que os seus criadores inspiraram com vida imortal – que opiniões a elas respeitantes, como ideias sobre a vida em geral, estão sujeitas a infinitas variações e mesmo à contradição, ainda que possam ser igualmente verdadeiras ao mesmo tempo. Quantos comentários foram escritos sobre *Hamlet*, e quantos mais devem ainda ser escritos! Que conclusões divergentes foram esboçadas a partir do estudo do seu verdadeiramente inesgotável personagem principal. *Dom Quixote*, por seu turno, pela própria natureza do seu

* Ivan Sergeevich Turguenev (n. 1818, Orel, Rússia – f. 1883, Bougival, França) formou-se em Literatura Clássica e Filosofia Alemã pela Universidade de Berlim, em 1841. Regressaria à Rússia ocupar o cargo de Ministro do Interior, renunciando-lhe pouco tempo depois para viajar para a Europa Ocidental, onde se tornou um dos difusores da tradição e da cultura russas. Em 1852, após a redacção de um artigo necrológico sobre Gogol, teve problemas com a polícia czarista, sendo que até ao final da sua vida residiu entre Baden-Baden e Bougival, nos arredores de Paris. A sua obra vasta oscila entre uma fase inicial na qual se interessou por temáticas de pendor social, destacando-se *Um Mês no Campo* (1850) e uma série de artigos redigidos entre 1847 e 1852 na revista *Sovremennik*. Após este período escreveria alguns romances que reflectem os ideais e interesses da intelectualidade e dos ideais da classe dominante da Rússia oitocentista, como *Rudina* (1856), *Ninho de nobres* (1859) e *Pais e Filhos* (1862). Já estabelecido em Paris escreveria os romances *Fumo* (1867) e *Terras Virgens* (1877) e *Poemas em Prosa* (1878).

objectivo, tem menos necessidade de comentários, graças à magnífica lucidez da história, que é, como foi, iluminada por um claro sol do sul.

Observei que existe uma certa significação na aparição simultânea de *Dom Quixote* e de *Hamlet*. Parece-me que nestes dois modelos de personagem estão encarnadas as duas manifestações elementares e opostas da natureza humana, os extremos duais do eixo sobre o qual ela gira. Parece-me que toda a Humanidade pertence ou a um ou a outro destes dois modelos; que cada um de nós carrega dentro de si a semelhança ou com Dom Quixote ou com Hamlet. É verdade que nos nossos dias os Hamlets se tornaram mais numerosos do que os Dom Quixotes, não obstante estes ainda não terem desaparecido.

Passo a explicar.

Todos os seres humanos vivem, consciente ou inconscientemente, de acordo com os valores dos seus princípios ou ideais; isto é, de acordo com as suas concepções do que é verdadeiro, belo e virtuoso. Muitos possuem o seu ideal já pré-concebido, ao emular certas formas adquiridas definitiva e historicamente: atravessam a vida ajustando os seus hábitos e impulsos a esse ideal, afastando-se dele por vezes sob a pressão da paixão ou da circunstância, mas nunca o desafiando nem o colocando em dúvida. Outros, pelo contrário, submetem constantemente o seu ideal à análise introspectiva. Qualquer que seja o caso, pensamos não incorrer muito em erro se afirmarmos que, para todas as pessoas, este ideal – este começo e fim da sua existência – surge claramente quer do exterior quer do seu interior; isto é, que em todos nós o lugar de principal apreço é tomado quer pelo nosso ego quer por algumas outras considerações aceites por ele como um objecto ainda mais importante.

Pode ser feita excepção a esta afirmação sobre a premissa de que a realidade não admite semelhantes divisões tão acentuadas; que ambas estas solitudes mentais podem ser manifestadas sucessivamente na mesma pessoa, ou num certo ponto podem mesmo mesclar-se. Mas nós não negamos, de todo, a possibilidade de mudança, ou mesmo de contradição na natureza humana. O nosso único desejo é indicar as diferentes atitudes do homem relativamente aos seus ideais; e tentaremos demonstrar como, na nossa opinião, estas duas atitudes estão exemplificadas nos dois modelos presentes em discussão.

Começemos com Dom Quixote.

O que nos transmite o personagem Dom Quixote? Não o contemplemos com um olhar apressado que entenda apenas a superfície e alguns traços casuais. Não nos satisfaçamos ao ver nele somente o Cavaleiro de Triste Figura, uma figura criada para ridicularizar os antigos romances de cavalaria. É conhecido que o significado deste personagem foi ampliado pela mão do seu imortal cria-

dor, e que o Dom Quixote da segunda parte da história, o mexeriqueiro urbano entre duques e duquesas, o preceptor astuto do escudeiro do Governador, não é mais o mesmo Dom Quixote – o excêntrico e ridículo bobo a quem são tão prodigamente dadas vergastadas – que aparece na primeira parte da história, especialmente no início.

Esforcemo-nos para penetrar na essência do problema. O que nos transmite o personagem Dom Quixote? Em primeiro lugar, *fê; fê* em algo eterno, em algo imutável, na verdade – nessa verdade que existe fora do individual e não consegue ser abordada facilmente, que exige veneração e pios sacrifícios, e é acessível apenas através da longa permanência em tal serviço e devoção. Dom Quixote está imbuído de tal devoção ao seu ideal, que por causa dele está preparado para sofrer qualquer privação imaginável, para sofrer qualquer humilhação e mesmo para lhe entregar a vida. Com efeito, ele valoriza a sua vida apenas até ao ponto em que esta lhe concede a oportunidade de perseguir o seu ideal, que é o de restaurar o predomínio da verdade e da justiça na Terra.

Poderá ser dito que o seu ideal é concebido por uma perturbada imaginação repleta pelos enganos de um fantástico mundo de romance cavaleiresco. E concordamos que aí reside o lado cómico de Dom Quixote. Contudo, o ideal em si mesmo permanece na sua imaculada pureza. Viver para si próprio, ser solícito para si mesmo, teria sido vergonhoso para Dom Quixote. Ele vive inteiramente, se a expressão nos é permitida, fora de si mesmo, para os outros, para os seus amigos, para a exterminação do mal, para a destruição dessas forças inimigas do homem – feiticeiros e gigantes; numa palavra, os opressores dos fracos.

Não há vestígios de egoísmo na sua natureza. Ele não pensa em si próprio. Todo ele é abnegação – aprecie-se esta palavra! – e ele confia insuspeitada e ingenuamente. É assim que ele é destemido e paciente; é por isso que se contenta com escassa alimentação e o mais pobre vestuário: ele não pensa nessas coisas. Porque é humilde de coração, o seu espírito é grandioso e corajoso; a sua comovente piedade não restringe a sua liberdade; apesar de não ter vaidade, nunca deixa de ter confiança em si próprio, na sua vocação ou mesmo na sua força física, e a sua vontade é imperturbável. O seu constante empenho rumo a um fim consistente confere uma certa monotonia às suas reflexões e uma parcialidade ao seu raciocínio. O seu conhecimento é reduzido, mas não tem necessidade de saber muito: ele sabe o que procura, o propósito da sua existência na Terra, e que esse é o mais importante conhecimento de todos.

Por vezes Dom Quixote pode parecer um completo imbecil, pelo facto de a realidade autêntica de objectos desaparecer perante os seus olhos, derretendo como cera no fogo do seu entusiasmo. Efectivamente, ele vê mouros ferozes em

bonecos de madeira, cavaleiros em ovelhas. Por vezes pode parecer muito sombrio, pois mostra-se desinteressado pela compaixão e pelo prazer. Tal como uma árvore anciã, tem raízes profundas; é-lhe impossível alterar as suas convicções ou passar de um interesse para outro. A força da sua composição moral – deve referir-se que este cavaleiro louco e errante é a criatura mais moral da Terra – acrescenta vitalidade e magnificência singulares a todas as suas ideias e declarações, e mesmo à sua pessoa, apesar das situações grotescas e humilhantes em que cai constantemente. Dom Quixote é um entusiasta, um fanático se quisermos, mas é o servo de um ideal, e ele suporta a sua luminosidade como um nimbo sobre si.

O que representa a personagem Hamlet? Sobretudo introspecção e egoísmo, e por consequência uma completa ausência de fé. Hamlet vive somente para si próprio; é um egoísta. É impossível para um egoísta ter fé mesmo que seja em si próprio. Podemos ter fé apenas no que está para além ou sobre nós. Contudo, Hamlet apegase tenazmente ao seu ego no qual não tem fé. É um centro ao qual regressa constantemente, pois não consegue encontrar nada mais no mundo a que se consiga apegar com toda a sua alma. Ele é um céptico, constantemente preocupado consigo mesmo. Está sempre ocupado, não com os seus deveres, mas sim com os seus infortúnios. Duvidando de tudo, é natural que Hamlet não se poupasse nem a si próprio. As suas percepções estão demasiado desenvolvidas para serem satisfeitas com o que descobrem em si mesmas; ele apercebe-se da sua fragilidade, e cada auto-avaliação é um impulso de onde procede a sua ironia – o inverso do entusiasmo de Dom Quixote.

Hamlet repreende-se exageradamente e com prazer; perpetuamente observando-se e admirando-se para sempre na sua própria alma, ele sabe com exactidão todas as suas faltas, despreza-se por elas, e ainda parece obter ao mesmo tempo sustentação e prazer da humilhação de si mesmo. Ele não tem fé em si próprio, antes se vangloria; ele não sabe o que quer nem o que procura, antes se dedica à vida.

“Oh! Se esta carne compacta pudesse fundir-se, liquefazer-se, transformar-se em orvalho! Se o Eterno não tivesse formulado decretos contra o suicídio! Meu Deus! Meu Deus! Como são fastidiosos, gastos, vulgares, estéreis, os bens terrestres! Que mundo este! Oh! é um jardim inculto em que crescem as ervas bravas! todas as plantas malfazejas e grosseiras o invadiram.

Exclama ele, na segunda cena do primeiro acto (pág. 103). Mas ele não abandonaria esta vida superficial e improfícua: sonha com o suicídio mesmo antes da aparição do fantasma do seu pai lhe ter dado essa ordem inflexível que completa a ruína da sua já abalada determinação, embora não se tenha suici-

dado. Mais exactamente, o seu amor pela vida é evidenciado nos próprios sonhos da sua desistência. Sentimentos como estes são familiares na juventude dos dezoito anos – “Porque o sangue necessita de fogo e a seiva de dinamismo”.

Todavia, não sejamos tão severos com Hamlet. Ele sofre, e os seus sofrimentos são mais incisivos e dolorosos do que os de Dom Quixote. O último é espancado pelos prisioneiros a quem garantiu liberdade e pelos rudes pastores. Hamlet inflinge ferimentos sobre si mesmo. Tortura-se; ele também segura uma espada na sua mão – a espada de dois gumes da introspecção. Dom Quixote, devemos confessar, é essencialmente ridículo. A sua figura é porventura a mais cómica que alguma vez foi representada por um poeta. O seu nome tornou-se um epíteto humorístico mesmo na boca de camponeses. Em cada referência ao seu nome, a imaginação concebe a figura magra, angular e com nariz em forma de gancho, disposta em pedaços de caricatura, aguentada pelo esqueleto murcho do seu cavalo, o miserável, esfomeado e maltratado Rocinante, a quem não podemos recusar uma simpatia meio divertida, meio terna.

Dom Quixote é, com efeito, risível; mas no nosso riso há uma nota suavizada e redentora. Se existe verdade no adágio de que rimos do que podemos vir a servir, – então poderá ser acrescentado que nos esquecemos de quem nos rimos – estamos precisamente preparados para amar.

Por outro lado, o aspecto de Hamlet é atraente. As suas feições melancólicas e pálidas – ainda que não magras, dado que a sua mãe observa que ele é forte – o seu traje de veludo preto, a pena no seu chapéu, o seu modo gracioso, a poesia ímpar do seu discurso, a constante consciência que temos da sua superioridade consumada, apesar da sua extraordinária frequência na auto-humilhação – tudo nele se relaciona com agradar e cativar. Qualquer um fica lisonjeado ao ser associado a Hamlet; ninguém ficaria agradecido por ser conotado com Dom Quixote. Ninguém pensaria em rir de Hamlet, e aí está a sua condenação. Amá-lo é impossível; apenas pessoas como Horácio podem sentir afeição por ele, o que é compreensível, visto que quase toda a gente encontra nele alguma das suas próprias características; mas amá-lo, repetimos, é impossível, porque ele próprio não ama ninguém.

Continuemos o nosso paralelismo. Hamlet é filho de um rei assassinado pelo seu irmão, que usurpou o seu trono; o seu pai aparece-lhe de dentro das “pesadas e marmóreas goelas” da sepultura, para o encarregar da tarefa de vingança. Mas Hamlet vacila constantemente; comisera-se, satisfaz-se em censurar-se e quando finalmente mata o seu padrasto, é através de um acidente. Esta é uma observação profundamente psicológica, pela qual críticos eruditos mas com pouco alcance ousaram acusar Shakespeare.

Dom Quixote é um pobre homem, quase pedinte, sem meios e sem conhecimentos. Apesar de estar velho e sozinho, carrega nos ombros a correcção de todo o mal do mundo e o socorro de todos os oprimidos, mesmo se lhe forem estranhos. O que importa que a sua primeira tentativa para libertar inocentes da opressão resulte num duplo infortúnio para esses inocentes? (Referimo-nos à cena na qual Dom Quixote auxilia o pequeno rapaz a escapar de uma punição dada pelo seu senhor, que inflige a este último uma punição duas vezes mais severa imediatamente após a partida do seu protector.) O que importa isso se Dom Quixote, imaginando que encontrou gigantes sinistros, ataca moinhos industriais? Os aspectos divertidos de tais cenas não nos devem impedir de perceber neles o seu profundo significado. Aquele que, antes de fazer um sacrifício, efectua uma pausa para determinar e pesar todas as consequências e calcular a utilidade prática do seu acto, dificilmente seria capaz de concretizar esse sacrifício.

Para Hamlet, nada disto poderia acontecer. Com a sua inteligência perspicaz, sofisticada e céptica, seria incapaz de incorrer num erro tão rude. Seria pouco provável que ele confundisse moinhos com gigantes, visto que não acredita nestes e não os atacaria mesmo se eles existissem. Hamlet nunca exibiria orgulhosamente, como Dom Quixote, uma bacia de barbeiro, afirmando ser esta o verdadeiro capacete do mágico Mambrino; e atrevemo-nos a dizer que se esse mesmo capacete tivesse sido de facto produzido diante dos seus olhos, Hamlet nunca se aventuraria a prestar testemunho à sua autenticidade. Porque – quem sabe? – talvez não haja verdade, assim como não há gigantes. Rimo-nos da credulidade de Dom Quixote, mas quem de entre nós ousa afirmar que consegue sempre distinguir entre a bacia de latão do barbeiro e o capacete de ouro do mágico? O que é importante é a sinceridade e convicções fortes; as consequências estão nas mãos do Destino. Somente ele pode provar-nos se lutámos contra fantasmas ou inimigos substanciais, e com esta forma de agir protegemos o nosso equilíbrio mental. É nossa preocupação somente esticar os braços e lutar.

Tem interesse observar as relações entre as designadas massas e Hamlet e Dom Quixote.

Em contraste directo com o distanciamento aristocrático de Hamlet, Polónio representa as massas; Sancho Pança desempenha o mesmo papel em relação a Dom Quixote. Polónio, superficial e gárrulo, é um velho capaz, prático e sensível. É um excelente conselheiro e um pai exemplar, como podemos observar nas instruções que dá ao seu filho Laertes sobre a sua partida para o estrangeiro – instruções que rivalizam em sabedoria com as bem conhecidas ordens de Sancho Pança enquanto governador da ilha de Baratária. Para Polónio, Hamlet é mais infantil que louco; se não fosse um príncipe, Polónio

menosprezá-lo-ia pela sua resignação à futilidade e pela impossibilidade de aplicar as suas ideias a algo positivo e valoroso. A famosa cena das nuvens (Acto III, Cena 2, pág. 107), quando Hamlet imagina que está a zombar do velho homem, corrobora claramente esta perspectiva:

Polónio: Meu senhor, a rainha deseja falar-vos imediatamente.

Hamlet: Vedes lá em baixo aquela nuvem que tem quase a forma de um camelo.

Polónio: Virgem Santa! É tal e qual um camelo!

Hamlet: Parece-me que é uma doninha.

Polónio: O dorso é como o da doninha, na verdade.

Hamlet: Ou como o da baleia.

Polónio: É justamente como o da Balaia.

Hamlet: Bem! Bem! Vou já ter com a minha mãe. Esta gente dá comigo em doido não tarda muito, à força de me obrigar a representar este papel. Irei imediatamente.

A partir desta cena, é óbvio que Polónio é, por uma vez, um cortesão a condescender com um príncipe, e um adulto sensível que não deseja contrariar uma criança doentia e caprichosa. Polónio não acredita em nenhum momento no que Hamlet diz, e tem razão. Com as suas superficialidade e presunção características, ele atribui as esquisitices de Hamlet ao amor do príncipe por Ofélia; e aí, certamente, ele incorre em erro. Mas ele não erra na avaliação do carácter de Hamlet.

Com efeito, os Hamlets não têm utilidade para as massas. Não lhes podem oferecer nada. Não os podem liderar para nenhum sítio, porque eles próprios não vão a lado nenhum. Como podem eles liderar, quando não estão certos nem do solo sob os seus pés? Além do mais, os Hamlets desprezam as massas. Se alguém não se respeita a si próprio, poderá respeitar quem e o quê? Qual é o proveito que pode dar às massas? São tão grosseiros e tolos! E Hamlet é um aristocrata não só pelo seu instinto fastidioso como também pelo seu nascimento privilegiado.

Sancho Pança é um personagem completamente diferente. Ao contrário do adúlador Polónio, troça de Dom Quixote; e sabe perfeitamente que o seu mestre é louco; contudo, ele abandona por três vezes o país, a casa, a mulher e a filha para seguir este lunático. Ele segue-o para todo o lado, submete-se a todas as formas de privação e ofensa, é lhe fiel até à sua morte, acredita nele, tem orgulho nele, e soluça no leito de morte do seu mestre. A sua devoção não pode ser explicada pela expectativa de recompensa ou de alguma vantagem pessoal; Sancho tem demasiado bom senso para não compreender que só pode esperar punições como recompensa pela escolta de um cavaleiro errante.

Devemos procurar mais profundamente a origem da sua devoção. Ela origina-se no que é talvez a mais refinada característica das massas; que é, se nos pudermos expressar desta forma, a sua capacidade para se abandonarem numa feliz e honesta cegueira na sua devoção a uma causa (ah! Elas são capazes de outras formas de cegueira, também); na sua capacidade pelo entusiasmo desinteressado; no seu desdém pelos ganhos pessoais directos, o que, num homem pobre, é quase equivalente ao desdém pelo seu pão diário.

Esta é uma questão de tremenda e universal importância. As pessoas acabam sempre por seguir cegamente aqueles que previamente ridicularizaram ou mesmo difamaram e perseguiram, desde que estes homens tenham coragem para se insurgirem contra as suas perseguições, as suas maldições e mesmo a sua ridicularização, e procederem sobre um caminho traçado rumo ao objectivo que a sua visão profética consegue discernir; quem procura, caindo e erguendo-se novamente e por fim encontra a recompensa que a sua fé mereceu.

Só consegue encontrar aquele que é conduzido pelo seu coração. *Les grandes pensées viennent du couer*, disse Vauvenargues – *Os grandes pensamentos vêm do coração*. Os Hamlets não encontram nada dentro de si próprios, não criam nada, e não deixam nada depois de si excepto a lembrança das suas personalidades. Não tendo amor nem fé, o que poderiam eles encontrar? Mesmo em química – para não falar de natureza orgânica – é necessária a combinação de duas substâncias para a produção de uma terceira. Mas os Hamlets preocupam-se apenas consigo mesmo; são solitários, e consequentemente são improdutos.

Mas, pode objectar-se, Hamlet não amou Ofélia?

Consideremos Ofélia; falemos de Dulcineia, também. As relações dos nossos dois protagonistas com mulheres são também importantes.

Dom Quixote ama Dulcineia, uma mulher ideal criada pela sua imaginação, e está preparado para morrer por ela. Quando é derrotado e é lançado entre o pó, ele chora corajosamente ao seu conquistador, quando este está prestes a matá-lo com a sua lança: “Mate-me, Senhor Cavaleiro, mas não deixe a minha ignomínia diminuir a glória de Dulcineia, de quem devo sempre afirmar ser de todas as mulheres a mais bela”. Ele ama idealmente e puramente – tão idealmente que nunca suspeita que o objecto da sua paixão não existe; tão puramente que, quando Dulcineia surge perante si na forma de uma rude e suja mulher rústica, não acredita no testemunho dos seus próprios olhos, mas imagina-a transformada por um feiticeiro malévolo.

Todos nós já encontrámos homens que sacrificaram as suas vidas por alguém similar à imaginária Dulcineia, ou por alguma criatura suja e feia em quem acreditaram ver a realização do seu ideal, e cuja transformação também atribuíram –





Gravuras de A. Vogel para uma edição alemã, com texto em inglês, Berlim, s. d., (séc. XIX).

nós quase dissemos feiticeiros! – a infelizes circunstâncias e associações. Nós conhecemos homens assim, e quando o seu modelo desaparecer deixe-se o livro da história ser encerrado, para que então não haja nada mais que valha a pena ler. Não há nenhum traço de sensualidade em Dom Quixote; os seus próprios sonhos são castos e inocentes, e nas profundezas secretas do seu coração quase nunca espera possuir a sua Dulcineia, e quase parece ter receio de tal consumação.

Quanto a Hamlet, consegue ele amar realmente? Será possível que o seu criador imortal, o mais profundo avaliador do espírito humano, se permitisse dar a um egoísta, a um céptico – a alguém cujo próprio ser está impregnado com o veneno corrosivo da introspecção – um coração amante e devotado? Shakespeare nunca poderia ter sido atraído por tal incongruência, e o leitor cuidadoso consegue, com pouco esforço, estabelecer que esse modelo é sensual e mesmo secretamente voluptuoso. Não é em vão que o cortesão Rosencrantz sorri silenciosamente quando Hamlet declara na sua presença que está cansado de mulheres – “Não me encantam homens; não, nem mulheres”. Hamlet, repetimos, não ama; apenas finge que ama casualmente. Temos o testemunho de Shakespeare para constatar isso (Acto III, cena 1):

Hamlet: Outrora amei-vos.

Ofélia: Na verdade assim mo fizeste crer, senhor.

Hamlet: Não deveríeis ter-me acreditado.

Nesta última declaração, Hamlet aproxima-se da verdade mais perto do que julga. As suas inclinações por Ofélia, uma criatura tão inocente e pura quanto santa, são cínicas (lembre-se as observações de duplo sentido, quando na cena da peça pede permissão para deitar a sua cabeça sobre os joelhos dela) ou meramente prolixo (observe-se a cena com Laertes, quando ele se lança sobre a sepultura de Ofélia e se entrega a uma linguagem que se tornaria a de Capitão Pistola: “Quarenta mil irmãos não conseguiriam, com a sua quantidade de amor, atingir a minha soma de amor!” e “Eles que lancem mihões de acres sobre nós”). Todas as suas relações com Ofélia não são para ele mais que uma preocupação acrescida consigo; e na sua exclamação:

Ninfa, nas tuas orações

Sejam todos os meus pecados lembrados!

discernimos apenas uma profunda consciência da sua impotência mórbida – a sua incapacidade para amar – que tende para um culto quase supersticioso aos pés da sua “pura santa”.

Mas nós já vivemos o suficiente dos aspectos mais sombrios do modelo de Hamlet – essas fases que nos exasperam porque são tão próximas e familiares da

nossa natureza. Tentemos avaliar o que é mais humano, e por isso mais imutável, neste personagem.

Hamlet encarna o espírito da negação, o mesmo elemento que outro grande poeta separou dos seus aspectos humanos e representou no personagem Mefistófeles. Hamlet é Mefistófeles enclausurado no estreito círculo da natureza puramente humana. É por isso que a sua negação não é o mal, dado que ele próprio está orientado para o mal. A negação de Hamlet coloca uma dúvida sobre a existência de virtude; mas ele não duvida do mal, e consequentemente esgota-se numa feroz luta contra ele.

Ele duvida do bem subtilmente – isto é, duvida da sua realidade e da sua sinceridade; e quando ele o ataca, não se opõe a ele na sua verdadeira natureza, mas imagina-o sim como um bem contrafeito, sob a máscara do qual se encontram escondidos os seus eternos inimigos, o mal e a ilusão. Hamlet não representa a gargalhada indiferente e demoníaca de Mefistófeles; no seu sorriso mais amargo é a nota mais suave da melancolia, que atraiçoa o seu sofrimento e que assim nos reconcilia com ele.

O cepticismo de Hamlet não é o cepticismo da indiferença. Nisto reside o seu significado e a sua força: bem e mal, verdade e ilusão, beleza e fealdade não se confundem nas suas meditações numa mistura de inesperado, cegueira e inadvertência. O cepticismo de Hamlet, sem a fé em que possamos determinar a realização imediata da verdade e da justiça, luta com vigor inflexível contra tudo aquilo que não é justo nem verdadeiro, e desta forma torna-se o defensor principal dessa mesma verdade em cuja existência ele não acredita inteiramente.

Mas na negação, assim como no fogo, subsiste uma força destrutiva. Como será possível controlar esta força dentro de limites; como desencadear a sua actividade e cessá-la no momento exacto; como designar o que deve ser demolido e o que deve ser poupado, quando esses eternos opostos – bem e mal, verdade e ilusão, beleza e fealdade – se fundem tão frequentemente e se delimitam simultânea e indissoluvelmente? É aqui que se torna aparente o lado trágico da vida humana. Para a acção, é necessária a vontade; mas o pensamento e a vontade são díspares, e todos os dias alarga o fosso entre eles.

E deste modo a tonalidade inata da determinação
É perseguida pelo o tom pálido do pensamento,

diz Shakespeare, através da boca de Hamlet.

Desta forma, por um lado, temos os Hamlets, calculistas, com discernimento, e quase sempre de profunda compreensão mas ao mesmo tempo quase sempre inúteis e condenados à inacção prática, visto que são paralisados pelos

seus dons; e por outro lado temos os Dom Quixotes, cabeças ocas, que são essencialmente úteis à humanidade, e que se tornam líderes de homens porque conhecem e vêem apenas um ponto no horizonte, mesmo se, frequentemente ele não é tudo o que parece ser aos seus olhos.

Devemos ser necessariamente loucos para acreditar na Verdade? E deve o intelecto, quando submetido ao autocontrolo, ser privado das suas capacidades para a acção? Mesmo uma contemplação superficial destes problemas levar-nos-ia para além do nosso íntimo.

Portanto, devemos confinar-nos às observações que, distinguindo-se daquelas que mencionámos, nos levam a perceber a influência de uma lei natural fundamental: que tudo na vida não é mais que a eterna luta e a eterna reconciliação destes dois elementos constantemente separados e constantemente fundidos. Os Hamlets representam uma expressão da fundamental força centrípeta da natureza, pela virtude de que todas as criaturas vivas se consideram o centro do universo e olham para tudo relacionado consigo como se existisse especialmente para o seu proveito, como o mosquito pousado com uma serena confiança sobre a testa de Alexandre o Grande, se saciou com o sangue do conquistador como a sua nutrição devida.

Por isso Hamlet, que se despreza a ele próprio – como o mosquito, não tendo alcançado tal elevação, seguramente não o fez – relaciona tudo à sua volta consigo próprio. Sem esta força centrípeta e egoísta, a natureza não poderia existir, assim como não poderia existir sem a força contrária e centrífuga, pela acção de que tudo o que existe se entrega ao serviço de toda a vida da natureza. Este princípio de devoção e sacrifício, inundado, como vimos, com uma luz cómica, para não exasperar os simplórios – é representado pelos Dom Quixotes.

Estas duas forças de inércia e de acção, conservadorismo e progresso, são os motivos fundamentais de tudo o que existe. Eles explicam-nos o crescimento de uma flor, e oferecem-nos uma solução por onde podemos compreender o progresso das nações mais poderosas.

Hamlet é universalmente a mais popular de todas as obras de Shakespeare, e as actuações da peça são invariavelmente bem recebidas. Quando consideramos a condição presente da humanidade, na sua busca pela consciência de si mesma e na sua tendência para a introspecção, a sua imaturidade e as suas dúvidas sobre si própria, este fenómeno é explicável; mas, para não mencionar a beleza com que esta obra, a mais notável do espírito moderno, está repleta, só nos podemos maravilhar perante o génio do seu criador, que, sendo ele próprio em muitos aspectos similar a Hamlet, dissociou-se completamente do seu modelo com o movimento livre da energia criativa, e contudo perpetuou tão claramente a sua similitude para o estudo daqueles que viriam depois dele.

O espírito que criou esta figura é o espírito do Norte: o espírito da reflexão e da introspecção – um espírito que é opressivo, sombrio e despojado de harmonia e cores brilhantes, e raramente rico em formas elegantes e minuciosas, mas sim em formas fortes, profundas, versáteis, independentes, e dominantes.

O espírito do Sul repousa sobre a criação de Dom Quixote: um espírito que é radioso, alegre, engenhoso e receptivo; que não examina profundamente a vida, nem se esforça para compreender e reflectir todas as suas fases.

A nossa imaginação esforça-se em evocar as figuras destes contemporâneos, estes grandes embora diferentes poetas, que morreram no mesmo dia, 26 de Abril de 1616.¹ Provavelmente, Cervantes não conhecia nada de Shakespeare; mas no seu retiro tranquilo em Stratford, três anos antes da sua morte, o grande dramaturgo poderá ter lido o famoso romance que na altura tinha sido traduzido para inglês. A imagem é valiosa, a de um artista-filósofo, Shakespeare, lendo Dom Quixote! Afortunadas são as nações de onde se erguem tais homens, os preceptores dos seus contemporâneos e da posteridade. Os imarcescíveis louros que adornam os grandes são também partilhados pelo seu povo!

Um par inglês, que foi um bom avaliador da natureza humana, uma vez considerou Dom Quixote como o modelo de perfeito cavalheiro. De facto, se a simplicidade e a calma dignidade são os traços distinguíveis do que se entende ser um cavalheiro, Dom Quixote justificou o direito a tal sentido. Ele é um verdadeiro fidalgo, um fidalgo irrepreensível, senhor de si próprio mesmo quando a escarnecedora serviçal do Duque lhe ensaboou a barba e o deixou desconcertado. A simplicidade dos seus modos advém do seu completo desprendimento do que possamos determinar como amor-próprio, distinto de presunção. Dom Quixote nunca se preocupa consigo próprio. Respeita-se, como respeita os outros, mas nunca lhe ocorre exhibir uma postura convencida.

Hamlet, por toda a sua elegância e o nível, surge sempre como tendo ares de bem-sucedido; ele é incansável, por vezes mesmo rude, exhibe-se e troça constantemente. É daí que advém o seu característico modo de expressão incisivo e penetrante – um dom peculiar em personalidades reflexivas e analíticas, e por esta razão não se descobre isso em Dom Quixote. A profundidade e a subtileza da sua análise, bem como a educação versátil que adquiriu pelo seu estudo em Wittenberg, desenvolveram nele um gosto quase impecável. Ele é um excelente crítico, e o seu aconselhamento aos artistas é notavelmente pertinente e perceptivo. O sentido de elegância é quase tão pronunciado nele como o sentido de dever em Dom Quixote.

¹ Shakespeare morreu em 23 de Abril de 1616.

Dom Quixote evidencia uma profunda veneração pelas instituições existentes, a Igreja, a Monarquia, e a posição social; mas ao mesmo tempo é um homem livre, e preocupa-se com as liberdades dos outros. Hamlet censura reis e cortesãos; mas ao mesmo tempo é tirano e intolerante contra tudo à sua volta, e insuportável para consigo mesmo. Dom Quixote não é certamente um literato; Hamlet é do tipo de quem escreve diários. Mas Dom Quixote, com toda a sua ignorância, defende opiniões definidas sobre assuntos administrativos e de Estado; enquanto Hamlet não possui propensão racional nem tempo para se preocupar com tais debates.

Existem muitas pessoas ofendidas com as pancadas imputadas por Cervantes a Dom Quixote. Já observámos que na segunda parte do romance Dom Quixote não recebe mais pancadas, mas podemos acrescentar que sem essas atribulações o cavaleiro lúgubre seria menos divertido para as crianças, que seguem as suas aventuras com avidez, e que mesmo para nós ele não apareceria na sua verdadeira aparência, mas iria sim parecer algo frio e arrogante – qualidades contraditórias ao espírito essencial do seu próprio carácter. Acabámos de afirmar que na segunda parte do romance ele não é mais espancado, mas perto do final, depois da sua última derrota frente ao Cavaleiro da Lua Branca e depois de resignar ao seu estatuto de cavaleiro e estar prestes a morrer, é seu destino ser esmagado por uma vara de porcos.

Cervantes tem sido censurado por ter levado o seu herói a esta triste situação e por ter repetido uma piada trivial e obsoleta; mas – nestes assuntos ele foi aconselhado por um certo instinto de génio – neste incidente grotesco esconde-se um profundo significado. Os Dom Quixotes são sempre esmagados pelas patas de porcos no fim das suas vidas. Esta é o último tributo que devem sofrer perante o Destino bárbaro, a indiferença do mundo e a sua arrogante falta de compreensão. É a pancada irónica dos fariseus. Só então podem morrer em paz. Nesse momento, eles suportaram o mais ignominioso fogo de fornalha. Então, eles alcançaram a imortalidade.

Por vezes, Hamlet é traiçoeiro; ele é quase sempre pérfido e sanguinário. Lembre-se a trama subtil pela qual ele engendra a destruição dos dois embaixadores em Inglaterra; lembre-se o seu discurso sobre o assassinado Polónio, chacinado pelas suas mãos apenas um momento antes. Nestes traços mais violentos, vemos uma reflexão da não muito remota Idade Média. Pelo contrário, no cândido e amante da justiça Dom Quixote, devemos enfatizar uma propensão para o engano meio consciente, meio inocente e para a autoatracção – uma tendência para a ilusão peculiarmente inerente na fantasia do entusiasta. A sua história do que viu na Gruta de Montesinos é uma invenção inteira-

mente sua, e nem por um momento engana esse perspicaz simplório, Sancho Pança.

Hamlet perde a sua coragem e lamenta-se em voz alta na mais insignificante dificuldade dos seus planos; enquanto Dom Quixote, mesmo quando foi tão maltratado pelos prisioneiros que não consegue transferir, não cede à mais pequena dúvida acerca do sucesso último da sua empresa. Desta forma, diz-se, por muitos anos Fourier foi diariamente a um certo sítio para se encontrar com um rico homem inglês a quem tinha convidado, através da imprensa, a contribuir com um milhão de francos para o apoio dos seus projectos, e que, naturalmente, nunca lhe apresentou. Este procedimento era indubitavelmente ridículo, e ainda nos lembramos nós que os antigos acreditaram nos seus deuses invejosos e, em tempos de pressão, acreditavam ser vantajoso conquistar as suas graças através de alguma oferta, como o anel que Polícrates lançou ao mar. Porquê, então, não devemos nós assumir que uma certa quantidade de ridículo é um complemento indispensável para as proezas e para a natureza de pessoas que estão determinadas a realizar um acto novo e estupendo, como um tributo ou um sacrifício expiatório aos deuses invejosos? Quando tudo estiver concretizado, sem tais inovadores excêntricos a Humanidade nunca teria progredido, e os Hamlets não teriam tido nada sobre que reflectir.

Sim, os Dom Quixotes desaparecem entre nós e os Hamlets crescem em número. Mas como, pode-se questionar, como podem os Hamlets não produzir nada, quando duvidam de tudo e não acreditam em nada? Respondemos que, pela sábia lei natural, não há Hamlets no mundo num sentido absoluto, assim como não há Dom Quixotes absolutos; que estes personagens são meramente expressões destas duas tendências, os orientadores que os poetas ergueram nas encruzilhadas. A vida encaminha-se perpetuamente em direcção a eles, mas nunca se aproxima deles. Nem deve ser esquecido que, precisamente, se o princípio de análise é levado para o extremo da tragédia no personagem de Hamlet, então o princípio do entusiasmo caminha para o da comédia em Dom Quixote; e que na vida actual nunca se encontra nem o totalmente trágico, nem o totalmente cómico.

Aos nossos olhos, Hamlet ganha muito através da afeição que Horácio sente por ele. Horácio é um modelo cativante, e alguém que se encontra frequentemente nos nossos dias. Em Horácio podemos observar um seguidor típico, um discípulo no melhor sentido do termo. Íntegro e estóico de carácter, emotivo no seu interior, e de alguma forma limitado no intelecto, ele é modesto e ciente das suas imperfeições num nível invulgar em pessoas limitadas; ele está, além disso, ansioso por aprender, e por esta razão ele respeita o sábio Hamlet e

concede-lhe toda a lealdade do seu honesto coração, sem pedir nada em troca. Ele sente-se subordinado a Hamlet, não como príncipe, mas como um homem melhor.

Uma das vantagens mais preciosas dos Hamlets consiste na sua capacidade para moldar e fazer progredir os padrões culturais de homens como Horácio que, tendo recebido as sementes do pensamento, alimentam-nas no interior dos seus corações, e consequentemente propagam-nas pelo resto do mundo. As palavras com que Hamlet recompensa a valia de Horácio honram a essencial nobreza de coração do príncipe. Nelas está expressa esta concepção da alta dignidade do homem e as suas amplas aspirações que o cepticismo não pode inteiramente destruir. Ele afirma (acto III, cena II, pág. 119):

Desde que a minha alma, que tanto estimo, foi senhora de escolher e pôde distinguir os homens, marcou-vos com o seu selo, porque vos mostrastes um homem que tudo sabe sofrer como se nada sofresse, um homem que recebeu os embates e as recompensas da sorte com os mesmos agradecimentos: e bem-aventurados sejam aqueles de quem o sangue e o juízo estão em tal equilíbrio que não se pareçam com essas flautas com que a fortuna toca as árias que quer. Dai-me um homem que não seja escravo da paixão, eu o trarei perto do meu peito; sim, eu o trarei no coração do meu coração, como o faço a vós.

Um céptico honesto respeita sempre um estóico. Quando o mundo antigo caiu em degeneração – e tal como em cada época conturbada – os intelectos superiores viraram-se para o Estoicismo como o único refúgio onde a dignidade da vida talvez pudesse ainda ser mantida. Os Cépticos, se lhes faltou força para partir para “essa região desconhecida de cuja fronteira nenhum viajante regressa”, tornaram-se Epicuristas. Este é um triste e familiar estado de questões.

As mortes de Hamlet e de Dom Quixote são semelhantemente comoventes, ainda que quão diferentes sejam os seus fins! As palavras moribundas de Hamlet são belas. Ele torna-se humilde e reticente, oferece vida a Horácio e concede a sua última declaração em favor de Fortinbras como seu sucessor; mas os seus olhos não procuram o caminho posterior. “O resto é silêncio”, diz o céptico moribundo; e depois disso, torna-se silencioso para sempre.

A morte de Dom Quixote cobre por completo o leitor com uma emoção indescritivelmente mordaz. É neste instante que a completa grandeza e o significado da sua personalidade se tornam manifestas a todos. Quando o seu antigo escudeiro tenta confortá-lo insistindo que os dois deveriam brevemente embarcar outra vez em aventuras cavaleirescas, o cavaleiro moribundo responde: “Senhores, rogo-vos que não sigam tão rápido, visto que não foram encontrados pássaros nos ninhos do último ano. Outrora fui Dom Quixote de la

Mancha, mas agora sou Alonso o Bom, porque era hábito chamarem-me assim”.

“Alonso o Bom!”

É uma palavra evocativa; a menção deste epíteto, pela primeira e última vez, prende o leitor. É a única palavra que ainda tem um sentido na presença da morte. Todas as coisas passam, todas as coisas se dissipam: as dignidades mais altas, o poder, o génio – todas as coisas regressarão ao pó e toda a grandeza terrestre se dissipará como nevoeiro; toda excepto as boas acções, que devem ser mais estáveis do que a mais esplêndida beleza. Todas as coisas devem passar, como escreveu o apóstolo, e somente o amor deve permanecer...

Ivan Turguenev, “Hamlet and Quixote”
in *The Anatomy of Don Quixote. A Symposium*,
editado por M J. Bernardete e Angel Flores,
Ithaca, Nova York, the Dragon Press, 1932, pp. 98-120.



Cervantes e nós

por
JEAN CASSOU*

Nada pode impedir a deliciosa alma de Cervantes de sonhar, mesmo no meio das maiores misérias. Foi o primeiro homem a compreender a realidade e esse contacto abalou-o profundamente. Todos os golpes que perpetuamente caíram sobre a ossuda carcassa de D. Quixote ressoam nele. Em toda a parte é maltratado. Quando, à noite, erra em Toboso à procura do palácio da incomparável Dulcineia, julgamos ver essa alta figura de espantalho, demasiado grande em relação às cabanas dos porcos e aos estábulos que formam a aldeia, chocar de repente com uma parede. «Caímos sobre a igreja, Sancho»¹. Cervantes cai sobre a Igreja, por vezes o Santo Ofício e os seus esbirros, a lei social, a autoridade, a riqueza, o egoísmo, a incompreensão, o mundo real. E os seus sonhos não são já deste mundo. Outros sonhadores virão, cujos sonhos ainda o não serão também.

Cervantes não se volta para o futuro. Fica com o seu presente, mas encarna-o com uma integridade e uma vida prodigiosas. É nisto que a sua experiência é exemplar e revolucionária e se mantém como um perpétuo motivo de meditação e perpetuamente reviverá. A cada momento ergue perante nós uma

* Jean Cassou (Deusto, Espanha, 1897 – Paris, 1986), licenciou-se em 1918 em Estudos Espanhóis, pela Faculdade de Letras de Paris, e desde cedo se mostrou um amante da arte moderna, participando em inúmeras revistas literárias e desempenhando funções na área da museologia. Participou activamente nos movimentos antifascistas da década de 30 e, após a ocupação alemã de França, tornou-se membro da Resistência, sendo detido várias vezes. Após a Libertação, ocupou entre 1945 e 1965 o cargo de conservador-mor do Museu Nacional de Arte Moderna, foi nomeado Presidente do Comité de Escritores Franceses em 1956 e Director da Escola Prática de Estudos Superiores em 1965. No campo literário, Cassou seria distinguido em 1971 com o Grande Prémio de Letras francês e em 1983 com o Grande Prémio da Sociedade de Letras, reconhecendo uma vasta obra em vários domínios: romance, *Elogio da Loucura* (1925), *Os Massacres de Paris* (1936) e *O Centro do Mundo* (1945); ensaio, *Para a Poesia* (1935), *A Memória Curta* (1954) e *A Criação dos Mundos* (1971); crítica de arte, *Panorama das Artes Plásticas Contemporâneas* (1960) e poesia, *Trinta e três Sonetos compostos em Segredo* (1944). Em 1981, seria publicado o seu importante livro de memórias, *Uma Vida pela Liberdade*.

¹ II, IX, ed. cit., p. 480.

realidade, depois opõe a essa realidade um sonho, uma lamentação, um suspiro, um sorriso. A realidade domina-o sem dúvida, mas as coisas ficam no mesmo estado. Outros dialécticos nos ensinarão a encontrar nestas contradições uma razão de agirmos.

Cervantes não age. Morre acabrunhado, tendo esgotado no *Persiles* o seu sonho supremo e a sua arte sonâmbula. Um ano mais cedo tinha feito morrer D. Quichote, depois de o ter despertado. D. Quichote morre desiludido, tendo voltado à vida real, mas à vida real do seu cura e da sua sobrinha, à vida real do bacharel Sansão Carrasco. Morre resignado.

Entretanto é na experiência da realidade, levada até ao fim e acompanhada, não de um sonho regressivo e insensato, mas de um sonho largamente voltado para o futuro, que reside o segredo de toda a vida e de todo o renascimento. O poder da ideia é alguma coisa que pode inspirar uma sã confiança. E a ideia de D. Quichote, tão generosa e tão nobre, pode empregar-se com eficácia. Sobretudo quando essa lei pessoal e esse capricho de um louco se aliam ao instinto de um rústico. Porque foi somente Sancho, o camponês humilde e prático, que resolveu seguir o louco e curvar-se à sua fantasia. Por vezes, o pobre homem tem medo das audácias desta fantasia:

Que demónio tendes vós no coração que vos incita a ir contra a nossa fé católica?²

Esse demónio foi o que levou D. Quichote a libertar os forçados das suas cadeias. Sancho não terá já que perguntar, um dia, que espécie de demónio é esse. O próprio D. Quichote saberá como ele se chama.

A cultura é, justamente, através dos tempos, essa colaboração das expressões e das intenções que, sem solicitar os textos, mas tomando em toda a palpitante riqueza do seu conteúdo os melhores de entre estes, estabelece um luminoso diálogo entre a situação presente e a situação passada. A angústia de D. Quichote responde à nossa angústia e nós podemos, sem falsear a sua linguagem, emprestar a esta certos significados do nosso vocabulário, do mesmo modo que ela empresta ao nosso algumas inflexões dos seus nobres propósitos. Compara-se a constelação sob a qual nasceu, viveu e agiu com as figuras que formam os astros do nosso século e imediatamente o espírito ilumina o traço dos caminhos percorridos, reconstitui as vias que, no espaço celeste foram signos do destino da nossa espécie na terra e anúncios do seu futuro. Mas para que este entendimento entre gerações seja possível é preciso que os textos e os destinos encarados sejam da qualidade de Cervantes e das suas obras, de D. Quichote e da sua história. Para

² LII, ed. cit., p. 415.

que possamos alimentar-nos com as energias que uma grande glória encerra, é preciso que esta através do ser que a representou, tenha sido excepcionalmente viva, isto é, tenha sido arrastada, com uma lucidez particularmente dramática, nos conflitos e nas lutas da realidade e que tenha levado ao extremo a sua resistência, esgotado a sua afirmação. E que ela tenha sabido inscrever esta resistência e esta afirmação num monumento orgânico, total, em que todas as partes se conservem e em que todas vibrem e falem.

Alguns desses grandes homens exprimiram a dialéctica da sua época de maneira teórica e deixando-nos palavras de ordem bastante utilizáveis no futuro: são os moralistas ou os filósofos que se mantêm à margem da acção e que criticam directamente as ideias e derrubaram os deuses. Ora como as ideias e os deuses são facilmente reconhecíveis sob os aspectos que tomam para renascer no decurso dos tempos, as palavras de ordem destes homens, admiráveis gladiadores da história, podem ser retomadas pelas novas gerações, sem que haja muito a alterar na forma e no conteúdo. É fácil apontar o que há de excitante, de vivificador e de revolucionário em Lucrécio, Voltaire ou Marx. A questão torna-se mais subtil com os artistas, dos quais não basta transmitir determinada fórmula agressivamente explícita, mas em que é preciso receber toda a sua estimuladora energia, reviver por completo a sua paixão, comer a carne e beber o sangue.

Ora Cervantes, eco sonoro de um tempo excepcionalmente crítico, foi especialmente artista, prodigiosamente artista. E para o seguir numa aventura, de que não tira nenhuma fórmula geral, ele não faz senão viver – mas com que poder de transcrição, com que intensidade trágica, com que plenitude no exame dos acontecimentos e no conhecimento íntimo das coisas e dos seres! – para seguir Cervantes é-nos preciso desenvolver toda a simpatia e todo o desinteresse que, como oferendas valiosas, são devidas aos grandes artistas. Também, como recompensa, receberemos o estimulante benefício da nossa admiração. Porque sentiremos despertar em nós um ser maravilhoso, formado pelos elementos mais delicados e mais puros que constituem a natureza humana.

Os espanhóis possuem um termo sedutor para dizer a alguém que tem encantos. Chamam a isso «possuir o anjo». É uma espécie de gentileza espiritual e viva, ao mesmo tempo insinuante e ingénua a cujo encanto não se pode resistir. Cervantes possui o anjo. É uma natureza angélica, sem ser no sentido abstracto, à maneira das pessoas reservadas que nunca molharam a ponta de uma asa na gota de água de um ribeiro. Mas o seu carácter angélico é assim tão puro e tão ativo porque foi posto à prova. É um carácter angélico de boa têmpera e que tem os olhos bem abertos. Nada ficou por conhecer na consciência lúcida de Cervantes. Quando se passa pelos trabalhos forçados de Argel e pelas prisões

de Andaluzia e de Castela já nada se ignora. É-se talvez um anjo, mas não se é uma criança, nem um capuchinho, nem um ser que vive sempre em casa. Depois de uma tal experiência, conservar uma alma tão generosa e tão fecunda, é um prodígio, pela qual nunca exprimiremos devidamente o nosso reconhecimento. É preciso amar Cervantes, é preciso amar D. Quichote e Sancho Pança, é preciso acompanhar os três através das suas vicissitudes. É que os três foram, são, eternamente, os melhores e os mais humanos dos homens.

Jean Cassou, *Cervantes*, Lisboa,
Gráfica Lisbonense, 1948, pp. 133-137.



D.Q.

Ilustrações
Organização e legendas de João Medina



EL INGENIOSO HIDALGO DON QVIXOTE DE LA Mancha.

*Compuesto por Miguel de Cervantes
Saavedra.*



E M LISBOA.

*Impresso com lisença do Santo Officio por Iorge
Rodriguez. Anno de 1605.*

1. Edição portuguesa do *D.Q.*, impressa em Lisboa em 1605 – no mesmo ano em que saiu a edição original espanhola – por Jorge Rodrigues.



2. Retrato de Miguel de Cervantes Saavedra, autor de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* (1605 e 1615).

Miguel de Cervantes Saavedra (Alcalá de Henares, 1547 – Madrid, 1616), filho de um cirurgião, viveu uma infância conturbada, assistindo à prisão de seu pai, em circunstâncias pouco esclarecidas. Terá frequentado um colégio de jesuítas. Em 1569, foi condenado, por ter ferido um fidalgo, à amputação da mão direita e a dez anos de desterro, sentença que nunca viria a cumprir, pois fugiu para Roma, onde serviu como camareiro do cardeal Júlio Acquaviva e como miliciano, participando em diversas nas batalhas de Lepanto, Navarino, Tunes, entre outras. Em 1575, quando regressava definitivamente a Espanha, foi feito cativo por um corsário, esperando cinco anos em Argel até que o resgatassem. De volta a Madrid, após ter efectuado uma comissão em Orão, envolveu-se amorosamente com uma mulher casada, Ana Villafranca de Rojas, da qual teria uma filha, e casou-se em 1584 com Catalina de Salazar y Palácios. Em 1587 estabeleceu-se em Sevilha, exercendo o cargo de comissário real de abastecimentos, sendo excomungado e encarcerado por duas vezes por requisitar bens eclesiásticos. A partir de 1603 residiu em Valladolid, e três anos mais tarde acompanhou a corte espanhola para Madrid. O grande êxito de *D. Quixote*, cuja primeira parte foi editada pela primeira vez em 1605, trouxe-lhe um prestígio imenso que lhe permitiu frequentar academias e reuniões de escritores. Em 23 de Abril de 1616 faleceria, sendo enterrado no convento das Trinitárias Descalças em Madrid. A obra de Cervantes inclui uma primeira novela pastoril *Galateia* (1583) e um tomo de narrativas *Novelas Exemplares* (1603). A sua obra-prima seria publicada em duas partes, a primeira com o título de *O engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* (1605) e a segunda *O Engenhoso Cavaleiro Dom Quixote de la Mancha* (1615). Em 1614 publicou o poema em tercetos *Viagem ao Parnaso* e no ano seguinte um tomo designado por *Oito comédias e oito entremeses novos, nunca representados*, reunindo peças dramáticas que escreveu ao longo da sua vida. Em 1617, seria publicada postumamente a novela de estilo bizantino *Os Trabalhos de Pêrsiles e de Sigismunda*.



3. D. Quixote e Sancho conversam com “Mestre” Pedro (na verdade, um dos galeotes que o fidalgo libertara da pena a que tinha sido condenado, Ginés de Passamonte), que tem ao ombro o mono sábio. Ilustr. de Doré. Nos capítulos XXV a XXVII da II parte do *D.Q.*, é contado o episódio dos fantoches de Mestre Pedro e explicada a história verdadeira deste antigo bandido convertido em titereiro, o malandrim Ginés, que parece ter sido inspirado por uma figura real que Cervantes teria conhecido no exército, onde foram camaradas no mesmo “tercio”, um tal Jerónimo de Passamonte, homem violento e altivo (I parte, cap.XXII).



4. Gravura de Doré ilustrando o episódio do manteamento de Sancho na estalagem (1863).



5. Monumento a Sancho Pança, em Torre de la Higuera (Andaluzia). Foto J. Medina.



6. Sancho e o amo assistem a uma representação de fantoches feita por “Mestre” Pedro.

Manuel de Falla (1876-1946) dedicaria uma composição musical intitulada *El Retablo de Maese Pedro* (representado pela primeira vez em 25-VI-1923) a este episódio da II parte do *D.Q.* A representação das marionetas girava em torno da história da princesa Melisendra, prisioneira do rei mouro de Saragoça que o seu marido Dom Gaifeiros liberta, fugindo com ela. Dom Quixote, porém, ao assistir ao espectáculo, decide intervir na acção dos fantoches, provocando grande sarrabulho. Nesta peça operática, que a princesa de Polignac solicitara, em 1918, ao compositor espanhol do *Amor bruxo* e de *Noites nos Jardins de Espanha*, Falla fez uso muito livre do texto de Cervantes. A peça é uma sucessão de curtos episódios ligados por recitativos, acabando com uma longa ária de D. Quixote.



7. Sancho Pança estreia-se como juiz, quando governante da “ilha de Baratária”, um pseudo-governo que os Duques fingidamente lhe deram para cumprir a famosa promessa de D. Quixote em nomear para aquele lugar o seu fiel escudeiro. Ilustr. de Doré.

Na Espanha absolutista do século de Ouro, esta metáfora não poderia deixar de ter um cariz herético: um plebeu, colocado à frente dum governo local, desempenhava a sua missão com discernimento e eficácia, apesar de não ter os estudos nem títulos nobiliárquicos requeridos.



8. Sancho recupera, comovido até às lágrimas, o seu querido burro, Ruço, após o humilhante episódio dos 17 dias de governo em Baratária (II parte, cap. LIII). Ilustr. de Doré.

Com lágrimas nos olhos, Sancho dá um beijo na testa do seu burrico Ruço e diz-lhe: “Vem cá, meu companheiro e amigo, que me tens ajudado a suportar trabalhos e misérias! (...). Depois que te deixei e me vi guindado às torres da ambição e da soberba, entraram-me pela alma dentro mil relíquias, mil trabalhos e toda a caterva de desassossegos.” E, uma vez montado com alguma dificuldade, no seu burro, pediu: “Deixem-me voltar à minha antiga liberdade! (...). Não nasci para governador (...) e façam favor de dizer ao duque, meu senhor, que nasci nas palhas e nas palmas me acho.”



9. Diante de D. Quixote, ao qual pede que conte as chibatadas, Sancho Pança cumpre a promessa de se flagelar com três mil e trezentas chicotadas, de que só recebera cinco (Cap. LXXXI, II parte). Contudo, ao fim de umas quantas, deixou de se chicotear nas costas e passou a dar as pancadas nas árvores, gritando como Sansão, até que D. Quixote, que se apartara, voltou e conseguiu que o escudeiro interrompesse o “castigo”... Ilustr. de Doré.



10. Capa da edição do livro *Sancho Panza en su Gobierno*, editada em Paris, em 1883, por R. Schultz, em língua espanhola, com ilustrações de D. A. Richard..



11. Sancho juiz na “ilha Baratária”. Edição de 1883 (Paris). Ilustr. de D. A. Bichard.



12. Sancho, derrubado por uma “revolução”, é atado entre dois escudos e sofre maus-tratos por parte dos “revoltosos” mandados pelos Duques para porem fim à incômoda experiência política sanchesca: um plebeu a governar bem um território que era, afinal, posse dum aristocrata...Ilustr. de D. A. Bichard.

SANCHO NA INSUA BARATARIA



MIGUEL DE CERVANTES

13. Capa da edição, em língua galega, do episódio de Sancho governador de Barataria: *Sancho na Insua Barataria*, Vigo, 1977. O episódio da “ilha” dada a Sancho cobre, na segunda parte do *D.Q.* (1615), onze capítulos (XLIII a LIII), mais um no qual D.Quixote dá conselhos de arte de governar aos escudeiro (cap. XLII).



14. "D. Quixote na sua biblioteca", de Adolf Schroeter (1805-1875), 1834. Galeria Nacional de Berlim.



15. “D. Quixote na sua biblioteca”, de José Segrelles (1885-1969), 1954. Casa Museu José Segrelles (Valência).



16. "Clavilinho", de William Strong (1859-1901), 1902. Museu de Belas Artes de São Francisco (Califórnia). D. Quixote e Sancho montados, de olhos vendados, no cavalo de pau voador.



17. Clavileno explode, de Daniel Cholewiecki (1726-1788), 1780.



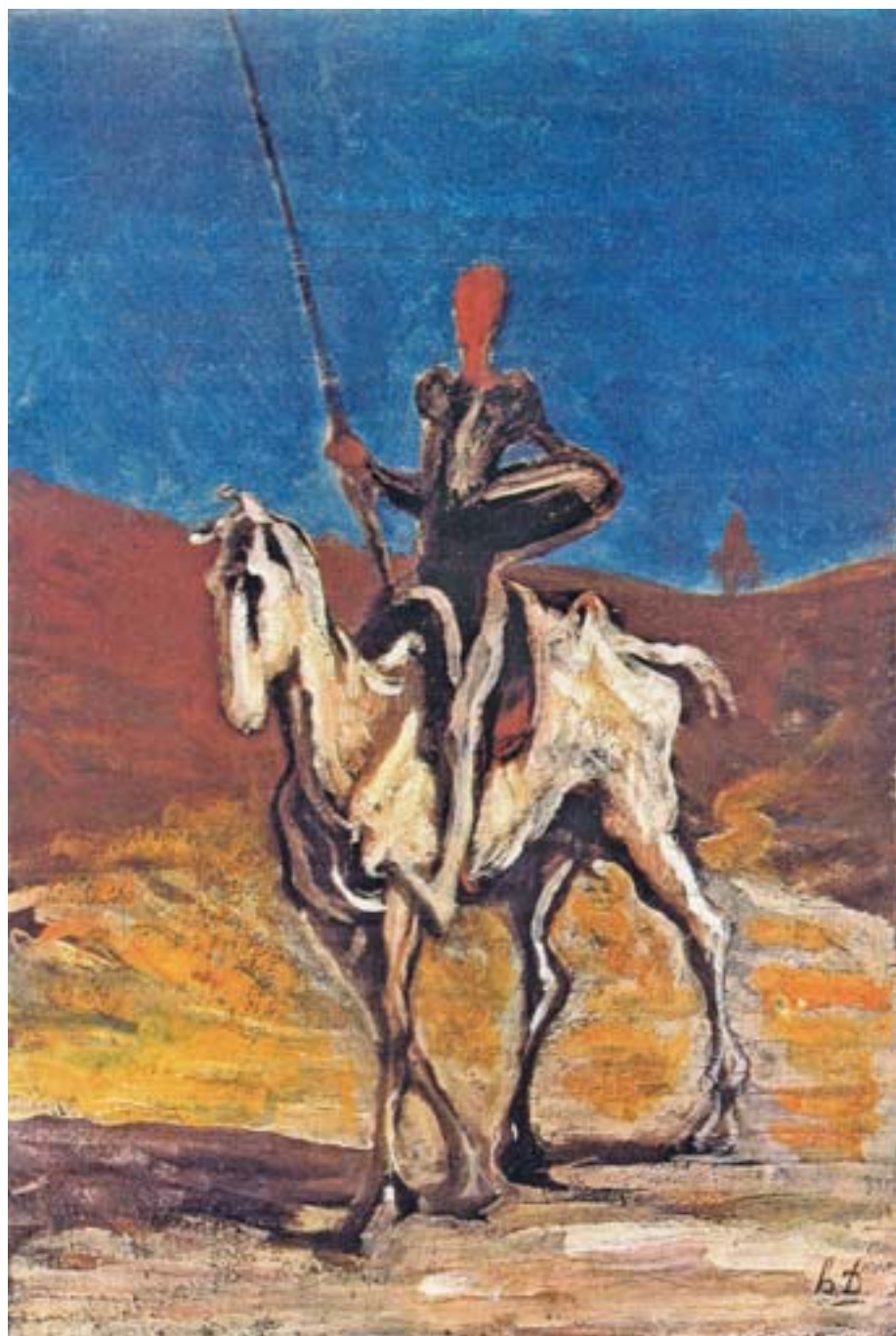
18. Capa da edição americana do *D.Q.* Ilustração de Walter Crane (1845-1915) para o livro *Don Quixote retold by Judge Parry* (S.Francisco da Califórnia, 1900).



19. “Visões de D.Quixote”, de Octavio Ocampo (nasc. em 1942). Museu Iconográfico Dom Quixote, Guanajuato (México).

20. “Dom Quixote”, de Honoré Daumier, 1868 (?). Nova Pinacoteca de Munique.

Daumier foi um dos mais admiráveis recriadores da figura do D. Quixote na segunda metade do séc. XIX. Escultor, gravador, cartoonista, ilustrador e pintor, Daumier (Marselha, 1808 – Valmondois, 1878), de origem humilde, instala-se em Paris com a família (1816), trabalha como moço de recados num escritório de advogados (aos quais dedicará, mais tarde, uma série célebre de litografias), inicia-se na pintura com Lenoir, que lhe transmite a lição de Ticiano e Rubens, frequenta a Academia Suíça, consagrando-se quase que exclusivamente à litografia e à caricatura política, ficando célebres os seus cartoons contra o rei Luís Filipe em *La Caricature* (1831-34), sendo condenado várias vezes pelos tribunais. Executa 45 bustos caricaturais para Philippon (hoje no Museu d’Orsay, Paris), faz caricaturas para o *Charivari* (que retomou *La Caricature* quando esta foi suprimida pela censura orleanista), tornando célebre o personagem do Robert Macaire, burlão, satirizando a magistratura e a burguesia em geral. Com a II República e o II Império, a sua obra de crítico dos costumes e da política ganha força e impacto, como na personagem Ratapoil (Museu d’Orsay). Pinta diversos quadros sobre os imigrantes e cenas sociais tornadas sintomáticas da crise económica e social do seu tempo (*Passageiros de III Classe*, Museu de Boston, 1862; *As Lavadeiras*, 1860-62; *O Amador de Estampas*, 1857), obras nas quais as tonalidades quentes se harmonizam com um traço grosso e a técnica do claro-escuro. Caído na miséria, aceita a casa que lhe cede o seu amigo e também pintor Corot, retirando-se em 1866 para Valmondois, onde morre em 1878. Em 1868 os seus amigos organizam uma retrospectiva da sua arte. Daumier foi dos mais prolíficos ilustradores dos temas quixotescos na arte oitocentista, pois, além do justamente celebrado óleo acima reproduzido (“D. Q. cavalgando para a esquerda”, Pinacoteca de Munique, c. 1868), devem-se-lhe algumas outras peças fortes inspiradas na obra cervantina: “D. Q. e Sancho cavalgando para a direita” (Zurique, prop. priv.), “D.Q. cavalgando para a esquerda” (Museu de B.A. de Reims), “S.P. em primeiro plano e D. Q. ao fundo” (óleo, Burrell Coll.), “S.P. e D. Q. ao fundo” (des. a lápis, inac., prop. priv.), “D. Q. e S. P. debaixo duma árvore” (pint. monócroma, Nova Iorque), “D.Q., à carga e S.P.” (Nova Iorque; havendo outra variante, em Londres, National Gallery), “D. Q., sentado, lendo” (há variantes, Museu de Melbourne, Austrália, e Museu de Cardiff, G.-B.), “D. Q. e S. P. encontram a mula morta” (Nova Iorque, MET, havendo outras versões, uma num museu holandês e outra no Louvre, Paris). Vejam-se estas reproduções na obra de Luigi Barzini, *La Obra pictórica completa de Daumier*, Barcelona e Madrid, Edit. Noguer, 1973.





21. "Dom Quixote de perto", de Rodrigues Román, s.d.. Museu Iconográfico de D. Q. (México).



22. “D. Quixote contra os moinhos de vento”, de José Chavez Morado (n. 1901), s.d., D. Quixote derrubado por um dos moinhos nos quais julgara ver uma trintena de desaforados gigantes. (cap.VII da I parte do *D.Q.*).



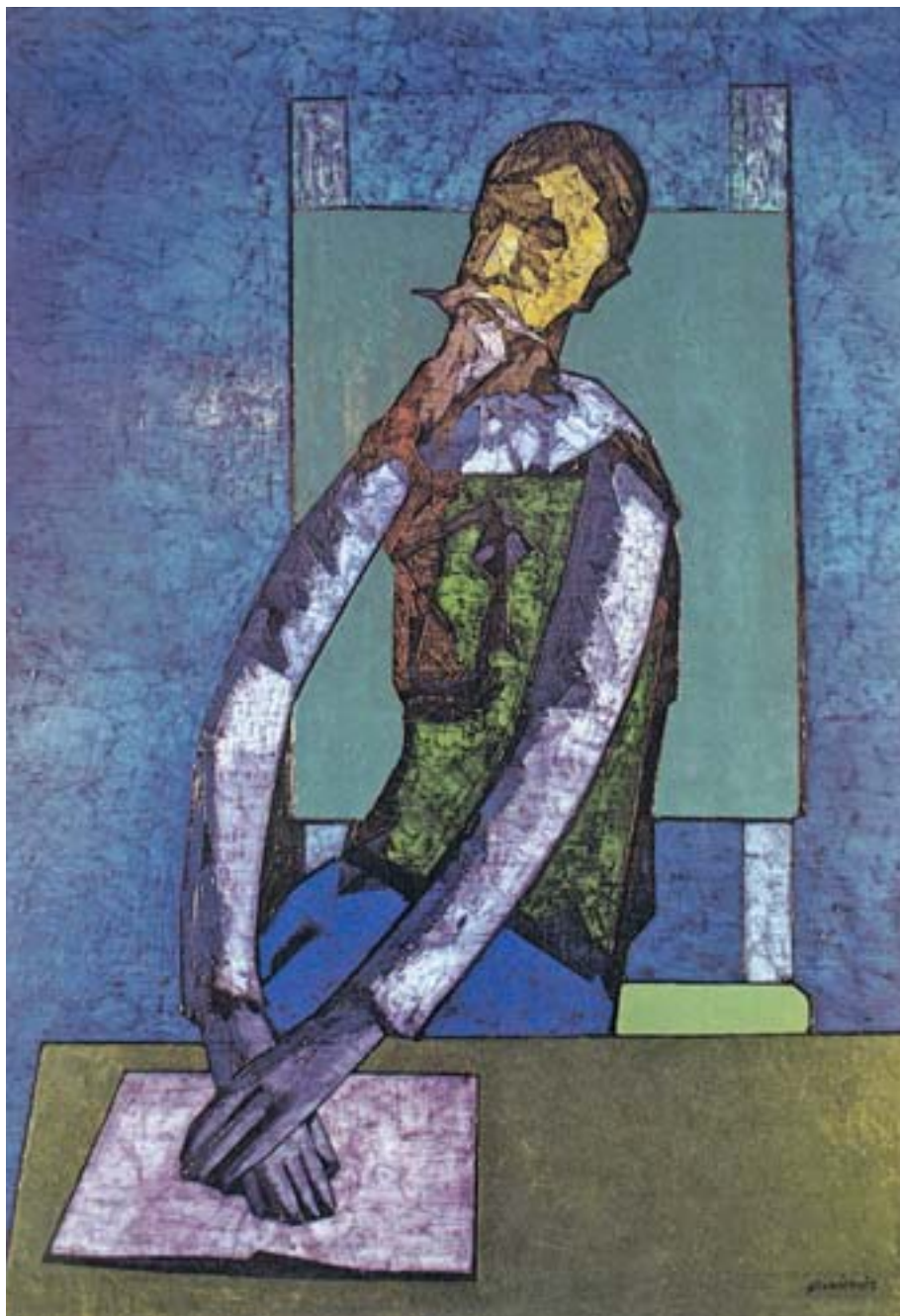
23. “D. Quixote e o carro ou carreta das *Cortes da Morte*, de André Masson (1896-1987), s.d.. Museu de Artes de Cleveland (Ohio). Este episódio põe em confronto um grupo de actores ambulantes que escarnecem do Cavaleiro da Triste Figura, o qual arremete contra o grupo, constituído pelo Diabo, o Imperador, o Anjo, o deus Cupido e a Morte, que o apedrejam e mofam dele com bexigas cheias de ar (II parte, cap. XI). O combate não foi mais longe porque Sancho logrou refrear os ânimos do amo, – lembrando-lhe que ninguém de inteiro juízo se atreveria a combater contra um exército de que faziam parte a Morte, o Imperador em pessoa, além de Anjos bons e maus –, que então lhe chamou “Sancho bom, Sancho prudente, Sancho cristão, Sancho sincero”.



24. “D. Quixote e Sancho”, de Arnold Belkin (1930-1992), s.d. Museu Iconográfico de D. Q. (México).



25. “Martírio de D. Quixote”, de Gabriel Flores (1930-1996), s.d. Museu Iconográfico de D. Q. (México).
A intenção de associar o rosto do Cavaleiro da Triste Figura ao topos do *Cristo dos ultrajes* ou do *Ecce Homo* da pintura ocidental é manifesta neste quadro de Flores.

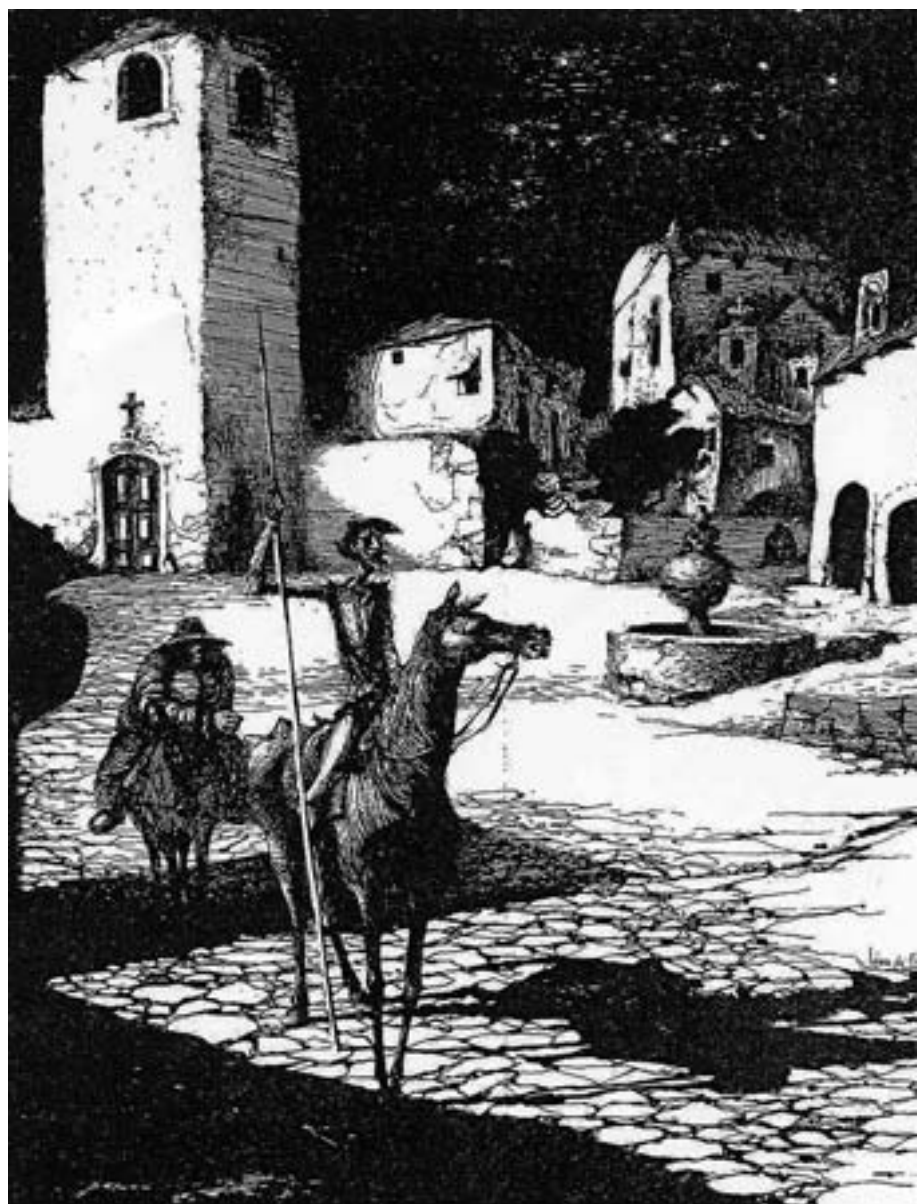


26. "Assim vejo D.Quixote", de Antonio Quirós (n. 1912), s.d. Museu Iconográfico de D. Q. (México).

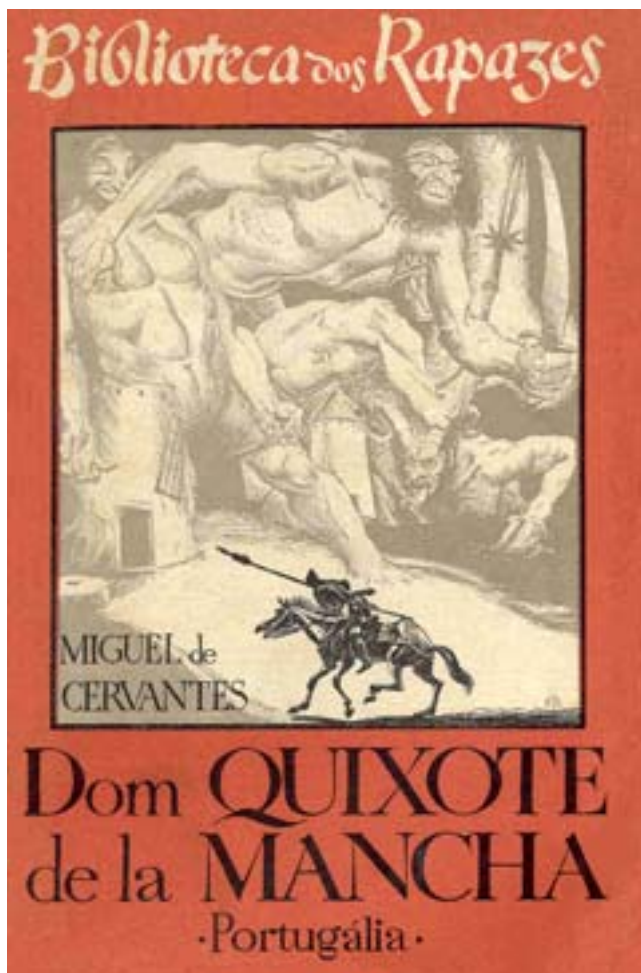


27, 28 e 29. Três ilustrações de Lima de Freitas para a edição em fascículos do *D.Q.*, na trad. de Aquilino Ribeiro, editada pela editora Fólio, 1954, 2 vols.

José Lima de Freitas (Setúbal, 1927-1998), pintor e ensaísta, cursou arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, passando a residir em Paris (1954-1964), vivendo também algum tempo na Dinamarca. Além de ensinar, ocupou-se de trabalhos de numerologia e geometria simbólica, evoluindo duma arte de tipo realista, marcada pelas suas simpatias pelo “realismo socialista”, em proveito duma estética mais expressionista, acompanhando essa metamorfose com um interesse crescente por temas esotéricos, com incursões ensaísticas pela alquimia, astrologias, ocultismo e tantrismo. A sua qualidade de desenhador e ilustrador de obras literárias assinalou-se em algumas ilustrações (às vezes assinadas com o pseud. de Lami), como as que fez para *Os Lusíadas* e o *D.Q.*







30. Capa da edição juvenil do *Dom Quixote de la Mancha*, editada pela Portugália, s.d., com vários desenhos do mesmo ilustrador, Eduardo Teixeira Coelho.

Nascido em Conceição (Açores) em 1919, E. T. C. vem para o continente em 1930, trabalha na publicidade gráfica e frequenta um curso de arte comercial, colabora com desenhos no semanário satírico *Sempre Fixe* (1934) e na revista infantil *Sr. Doutor* (desde 1942) e, depois, no famoso jornal da BD, *O Mosquito*. Dá aulas de Desenho Litográfico na Escola António Arroio, inspira-se inicialmente nos desenhadores estrangeiros mais famosos da época, como Foster (*Príncipe Valente*), Caniff (*Terry e os piratas*) e Hogarth (*Tarzan*), sendo sobretudo muito sensível na BD de E. T. C. a técnica daquele último. Trabalha num atelier partilhado com João Hogan e Mário Ferreira e, mais tarde, com José Ruy, colabora nos cenários de filmes de Leitão de Barros, mas a crise do *Mosquito* em 1953 deixa-o sem trabalho. Vai então para o estrangeiro, primeiro para Espanha, depois para Inglaterra e França, vivendo também algum tempo na Itália, países nos quais as suas BD se vão tornando lendárias, publicadas as suas pranchas em jornais famosos como *Pipolin*, *Le Vaillant*, *Playhour*, *l'Humanité*, *Pif*, etc. Recebe, em 1973, o prestigiado galardão internacional da BD, o prémio Lucca. Ilustrou inúmeras obras-primas da literatura mundial, como os *Contos de Eça* (“A aia”, “O Defunto”, “O Tesouro”, etc.), Mark Twain, Fennimore Cooper, Hans Christian Andersen, O. Henry, etc.





31, 32, 33 e 34. Ilustrações de E. T. Coelho para a citada edição juvenil do *D.Q.* editada pela Portugália. As ilustrações referem-se ao episódio dos moinhos, ao do casal de leões que tinham sido mandados de Orão para o rei de Espanha (II parte, cap.XVII) – que D. Quixote intimara a que fossem postos em liberdade, o que só não aconteceu porque, uma vez aberta a jaula, o leão bocejou e acabou por se deitar no seu ninho, virando o traseiro ao cavaleiro andante, que decidiu mudar o seu nome de “Cavaleiro da Triste Figura” para “Cavaleiro dos Leões” –, as Cortes da Morte e, por último, o episódio dos galeotes que apedrejam os seus libertadores.



35. Gravura de Júlio Pomar para o programa da peça *D. Quixote de la Mancha*, representada pelo Grupo de Teatro Intervalo (Linda-a-Velha).

Júlio Pomar (n. Lisboa, 1926) frequenta as Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, assumindo-se, desde cedo, como um opositor ao Estado Novo, integrando a comissão central do MUD e organizando exposições de contestação ao regime, sendo preso e alguns dos seus quadros apreendidos. Após uma fase de acentuado pendor neo-realista, destacando-se *O Almoço do Trolha*, ou *O Cabouqueiro*, o início dos anos 50 marca uma lenta mas progressiva distância entre as suas obras e a transmissão de ideais políticos imediatos. Em 1956, juntamente com outros artistas, funda a “Gravura”, cooperativa de produção e divulgação de obras gráficas. Em 1960, realiza trinta pequenas pinturas a preto e branco para ilustrar uma versão de *Dom Quixote*, de Aquilino Ribeiro, seguidas por outros trabalhos de escultura e pintura, versando o mesmo tema. Nos anos 60 mudar-se-ia para um atelier em Paris, passando a sua obra a consistir maioritariamente no retrato. Em 10 de Junho de 1974, colabora num painel colectivo, elaborado para comemorar a queda do regime ditatorial. Em 1997, apresenta no Centro Cultural da Gandarinha, em Cascais, as obras produzidas em 1958-1960, para a publicação *D. Quixote*, de Aquilino Ribeiro, e na sua sequência até 1963, acompanhadas de um trabalho de 1997, em quatro elementos, intitulado *D. Quixote e os Carneiros*.



Noticiário



Direcção 2005-2007

Em 12 de Outubro de 2005, uma assembleia de investigadores bastante participada elegeu a Direcção do Centro de História da Universidade de Lisboa para o biénio 2005-2007, que ficou assim constituída: Director – António Ventura (Professor Associado com Agregação; História Contemporânea); Secretária – Ana Leal de Faria (Professora Auxiliar; História Moderna); Tesoureiro – José Varandas (Professor Auxiliar; História Medieval).

António Ventura anunciou como objectivos centrais do seu mandato a continuidade da prioridade da componente de investigação e a abertura a um maior número de realizações transversais, envolvendo outras UI&D que mostrem disponibilidade para colaborar com o Centro de História, ao mesmo tempo que se procurará manter a dinâmica de iniciativas editoriais e científicas, adaptada às novas condições de financiamento pela FCT.

A nova Direcção, que terá como assessores os Professores Doutores Sérgio Campos Matos, Francisco Contente Domingues e Hermenegildo Fernandes, apresentou em Dezembro o orçamento e as linhas gerais do Projecto para o biénio 2006-2007: *Memória e Identidade: locais, meios e protagonistas*. Este será o núcleo organizador das várias actividades do Centro, abrangendo diversos períodos cronológicos, e, certamente, para além da História, áreas variadas da Sociologia, da Antropologia, da Etnografia e da Literatura, com natural destaque para o tema das Invasões Francesas, cujo bicentenário começará brevemente a ser comemorado.

O Projecto *Memória e Identidade* constituirá ainda uma peça estratégica para o Centro de História desenvolver a orientação de ir consolidando a colaboração com institutos e centros de investigação, arquivos e bibliotecas, de forma mais institucional, com a assinatura de Protocolos de cooperação com o Instituto Diplomático – MNE e o Instituto de Defesa Nacional, estando outros em negociação.

A Guerra na Antiguidade

Realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 18 de Abril de 2004, o Colóquio *A Guerra na Antiguidade*, promovido pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Instituto Oriental da Faculdade de Letras da mesma Universidade.

As comunicações apresentadas cobriam áreas civilizacionais diversas, tentando percorrer visões plurais representativas de diferentes olhares sobre o fenómeno da guerra, destacando-se, entre outras, as que abordaram os tempos primordiais da Mesopotâmia (António Ramos dos Santos), de *Tróia: paradigma da guerra no Ocidente* (João Medina) e da *Iliada* (Nuno Simões Rodrigues), continuando até à época *Judeo-Helenística* (José Augusto Ramos) e ao final do Império Romano (Pedro Barbosa, José Varandas).

O interesse suscitado pelo debate de uma temática transversal como a que esteve em análise terá certamente continuidade em próximos colóquios alargados a outros contextos cronológicos.

*
* *



Charles Napier, *A Guerra da Sucessão*

No dia 5 de Julho de 2005, pelas 17:30 horas, realizou-se na Academia de Marinha o lançamento da obra *A Guerra da Sucessão – D. Pedro e D. Miguel*, da autoria de Charles Napier, numa versão actualizada, com prefácio de António Ventura, editada conjuntamente pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pelas Edições Caleidoscópio. Trata-se de um dos mais apreciados clássicos sobre a guerra civil entre liberais e miguelistas, bastante raro tanto na edição inglesa como na primeira edição portuguesa.

A apresentação da obra estava a cargo do Comandante José António Rodrigues Pereira, mas a doença súbita de um familiar impediu-o de estar presente, pelo que a intervenção que tinha preparado foi lida pelo 1º Tenente Valentim.

De início registaram-se intervenções de João Medina, Director do Centro de História da Universidade de Lisboa, do Almirante Sachetti, Presidente da Academia de Marinha, e de Jorge Ferreira responsável pelas Edições Caleidoscópio. A finalizar, António Ventura proferiu algumas palavras sobre os motivos que presidiram à publicação desta obra.

*
* *

Oliveira Martins, *Portugal e Brasil* (1875)

No dia 6 de Outubro de 2005 foi lançado na Faculdade de Letras de Lisboa o volume *Portugal e Brasil*, de J.P. de Oliveira Martins, prefaciado e anotado por Sérgio Campos Matos. O livro foi apresentado pelo Professor Norberto Ferreira da Cunha, da Universidade do Minho, que chamou a atenção para o carácter inovador das crónicas agora publicadas e para a crítica nelas explícita ao utilitarismo dominante na sociedade portuguesa do século XIX. Intervieram também na sessão o Professor João Medina, que exprimiu um ponto de vista crítico sobre o pensamento social e político de Oliveira Martins, e Sérgio Campos Matos que lembrou o contexto e a intencionalidade de *Portugal e Brasil*.

O livro inclui onze crónicas, publicadas por Oliveira Martins na *Revista Ocidental*, de Fevereiro a Julho de 1875. Estes textos têm especial valor como testemunho crítico do fontismo e da sua política de melhoramentos materiais. Fornecem ainda elementos para avaliar o percurso intelectual do seu Autor, especialmente no que respeita ao modo como entendia a função do Estado na sua relação com a sociedade civil e os indivíduos, bem como as mentalidades da época.

*
* *

Duarte Ribeiro de Macedo. *Um diplomata moderno. 1618-1680*

No dia 13 de Outubro de 2005, realizou-se na “Cozinha Velha” do Palácio das Necessidades (Largo do Rilvas) o lançamento do livro *Duarte Ribeiro de Macedo. Um Diplomata Moderno*. A obra, da autoria de Ana Maria Homem Leal de Faria, corresponde ao primeiro volume da sua tese de doutoramento e recebeu o prémio Aristides Sousa Mendes, em 2004, atribuído (em *ex-aequo*) pela Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses.

Trata-se de uma publicação apoiada pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático. A sessão foi presidida pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes, Presidente do Instituto Diplomático e contou com a colaboração de Maria do Rosário Themudo Barata, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que apresentou o trabalho. Seguiu-se uma sessão de autógrafos e um beberete organizado pelo Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estiveram presentes o Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Reitor da Universidade Católica Portuguesa, o Director do Centro de História da Universidade de Lisboa, numerosos diplomatas, professores e estudantes.

*
* *

Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)

No dia 19 de Outubro de 2005, pelas 18.00 h, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o lançamento de *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*, de Eugénio Montoito, mestre em História Contemporânea, director da revista *Vária Escrita* e Director do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Sintra. A obra agora editada pelo Centro de História da Universidade de Lisboa teve por base a dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1995).

A sessão, em que esteve presente o Reitor da Universidade de Lisboa Prof. Doutor José Barata Moura, foi aberta por António Ventura, que, nesta sua primeira intervenção como novo Director do Centro de História, salientou a intenção de dar continuidade às opções editoriais desta Unidade de Investigação, privilegiando a publicação de resultados de investigação considerados relevantes pelas fontes disponibilizadas e pela matéria problematizada. António Ventura estabeleceu também alguns contrastes na evolução política de Henrique Galvão, considerando que figuras com essa complexidade devem continuar a merecer a atenção dos historiadores.

João Medina apresentou o autor, a obra e também a personagem de Henrique Galvão, que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente na sua infância em Moçambique, destacando o fascínio que o Capitão exercia em todos os que dele se aproximavam, a relevante acção de denúncia de alguns

aspectos da face negra da exploração do trabalho colonial e as vagas de esperança que geraram alguma das suas intervenções contra o Salazarismo, nomeadamente a ocupação do paquete *Santa Maria*. Como concluiu João Medina, a narrativa documentada e a análise que Eugénio Montoito conseguiu já estabelecer fazem prever, com fundada expectativa, um novo volume sobre Henrique Galvão, prosseguindo a investigação para o período crítico das décadas finais do Estado Novo.

*
* *

Colóquio Internacional *A Imagética do Renascimento – para uma reflexão sobre Identidade Nacional*

O Centro de História da Universidade de Lisboa e a Universidade Aberta, ao promoverem um Colóquio interuniversitário e internacional sobre *A Imagética do Renascimento – para uma reflexão sobre Identidade Nacional*, investiram na pesquisa científica sobre um tema actual e particularmente caro ao CHUL. O Colóquio teve lugar a 24 e 25 de Outubro de 2005 no Auditório III da FLUL e contou com apoio financeiro da FCT – FACC, da Fundação Eng. António de Almeida (Porto) e da Reitoria da UL. A organização e coordenação científica esteve a cargo de Ana Paula Avelar (UAb) e Maria Leonor García da Cruz (CHUL), membros de uma equipa formada para este projecto e composta por quinze especialistas de diversas academias (UL, UAb, U. Católica Portuguesa-Viseu, U. Minho, UERJ-Brasil) das áreas de História Moderna, de História da Arte, de Literatura e da Expansão, que, em conjunto e por núcleos temáticos, estudaram a imagética do Renascimento e da Identidade nacional através de símbolos, ícones e de outras representações em fontes textuais e iconográficas dos séculos XV e XVI.

Durante os dois dias do Encontro valorizou-se o Homem, na sua pluri-identidade étnica e social, cruzando-se



perspectivas de análise – da espiritual à social, económica, política, artística, literária, lúdica – numa abordagem multidisciplinar. Seleccionaram-se como principais temáticas: 1. *Da Fortuna – o Homem e o transcendente*: Providência, desígnio imperial, utopia...; 2. *Do Mundo – o Homem e a Natureza*: Domínio do Mundo, Mar e continentes, Plantas, homens e animais, Saberes diversos...; 3. *Do Mundo – o Homem e o Bom governo da “res publica”*: Governante e governados, o privado e o público, funções e virtudes cívicas...; 4. *Do Homem – o Indivíduo e a sua identidade*: Efemeridade *versus* eternidade, Formas de evasão, transgressões e estigmas, A identidade... Foram proferidas conferências inaugurais pelos Directores institucionais e membros da equipa Maria José Ferro Tavares e João Medina, intituladas respectivamente *Para uma leitura da escrita do manuelino* e *A América em pessoa: representação mental e icónica do Novo Mundo no imaginário europeu desde o século XVI*.

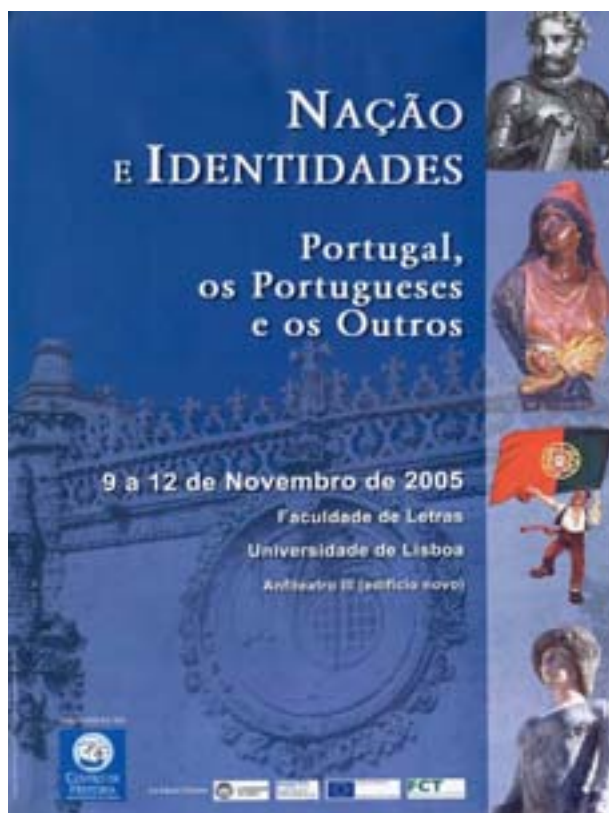
As sessões públicas, de apresentação de linhas de pesquisa, de exposição e comentário de imagens (utilização permanente de *datashow*), problematização de temas e de metodologias, e de debate, tiveram forte participação de um público composto por especialistas, jovens investigadores (mestrandos e doutorandos), estudantes de licenciatura e docentes de vários níveis de ensino. Prepara-se neste momento a edição das Actas que sairão em suporte CD-Rom e em livro.

*
* *

Colóquio internacional *Nação e identidade(s) – Portugal, os Portugueses e os Outros*

Nos dias 9 a 12 de Novembro de 2005, teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa (Anf. III) o colóquio internacional **Nação e identidade(s) - Portugal, os Portugueses e os Outros**, organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa. Nele participaram vinte e oito conferencistas de universidades portuguesas, espanholas, francesas e americanas em três grandes secções: Nação e Estado, Territórios, Memórias e Mitos e Nação e Transnacionalidade. Na Sessão de Abertura esteve presente o Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa e o Prof. João Medina proferiu a alocução de abertura.

Partindo de uma reflexão teórica sobre as noções de identidade e de carácter nacional, reavaliou-se toda uma problemática das funções sociais do Estado, da língua e das religiões, das memórias colectivas, de um conjunto de mitos e símbolos nacionais no longo processo de construção do Estado e da nação bem como as



relações da comunidade nacional com as dimensões regional e transnacional. Interpretações muito diversas mobilizaram a história, a geografia, a antropologia, a sociologia, a economia, a ciência política, a filosofia e a linguística.

Os debates foram muito vivos. Participaram os professores Enric Ucelay Da Cal (Universidade Autónoma de Barcelona), Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University, USA), Pedro Calafate (Universidade de Lisboa), Dulce Pereira (Universidade de Lisboa), Maria João Branco (Universidade Aberta), Bernar-

do Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa), Armando Carvalho Homem (Universidade do Porto), Maria do Rosário Themudo Barata (Universidade de Lisboa), José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa), Manuel Clemente (Universidade Católica), Filomena Barros (Universidade de Évora), António Matos Ferreira (Universidade Católica/Universidade de Lisboa), José Luís Cardoso (ISEG), Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa), Sérgio Claudino (Universidade de Lisboa), José da Silva Horta (Universidade de Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Universidade Aberta), Joaquim Pais de Brito (ISCTE, Museu de Etnologia), Francisco Contente Domingues (Universidade de Lisboa), Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa), João Medina (Universidade de Lisboa), Isabel Castro Henriques (Universidade de Lisboa), Manuel Rodrigues de Areia (Universidade de Coimbra), Vítor Serrão (Universidade de Lisboa), Maria Manuela Tavares Ribeiro (Universidade de Coimbra), Paul Allès (Universidade de Montpellier), Mercedes Samaniego Boneu (Universidade de Salamanca) e Anne-Marie Thiesse (EHESS, Paris).

Novas Edições

Edições do Centro de História da Universidade de Lisboa:



– Bernardo de Sá-Nogueira (Transcrição, introdução, notas e índices), *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa. I-1214-1234*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 335 pp.; ISBN 972-99298-5-9

«Publicam-se 241 documentos notariais da época fundacional da instituição (1214-1234). *Primeiro Tabelionato* foi a expressão escolhida para denominar esta primeira etapa do notariado em Portugal.»

*
* *



– Rubem Amaral Jr. (Introdução, transcrição e arranjo gráfico), *Emblemática Lusitana e os Emblemas de Vasco Mousinho de Castelbranco*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 156 pp., ilustr.; ISBN 972-99298-6-6

O autor, Rubem Amaral Jr., Embaixador do Brasil na Sérvia-Montenegro (Belgrado), salienta: «Dado o renascente interesse que desperta hoje em dia a Emblemática (...) pareceu-nos oportuna, após quatro séculos de profunda letargia, uma reedição dos *Emblemas* de Vasco Mousinho – única colecção impressa em Portugal no século XVI, escrita em português por autor lusitano.»

*
* *

– J. P. Oliveira Martins, *Portugal e Brasil (1875)*. Introdução e notas de Sérgio Campos Matos; fixação do texto de Bruno Eiras e Sérgio Campos Matos; revisão de Ivo Inácio, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 164 pp., ilustr.; ISBN 972-99298-7-4

Portugal e Brasil inclui onze crónicas, publicadas originalmente por Oliveira Martins na *Revista Ocidental*, de Fevereiro a Julho de 1875. Ponto intermédio entre

os primeiros trabalhos de reflexão social e política de juventude e *Portugal Contemporâneo* (1881), estas crónicas têm especial valor como testemunho crítico do fontismo e da sua política de *melhoramentos materiais*. Fornecem ainda elementos do maior interesse para avaliar o percurso intelectual do seu autor, especialmente no que respeita ao modo como entendia a modernização da sociedade portuguesa, as mentalidades colectivas e a função do Estado na sua relação com a sociedade civil e os indivíduos. Antero de Quental, porventura o seu primeiro leitor, considerou as crónicas que agora se reúnem o que de melhor esta relevante revista, dirigida por si próprio e por Jaime Batalha Reis, deu à luz.

Para além dos textos originais de Oliveira Martins publicados na *Revista Ocidental*, não se conhecem quaisquer outras versões. Optou-se por actualizar a ortografia, observando-se no entanto escrupulosamente critérios que impõem estreita fidelidade ao espírito do autor.

*
* *

– Eugénio Montoito, *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 213 pp., ilustr.; ISBN 972-99298-8-2

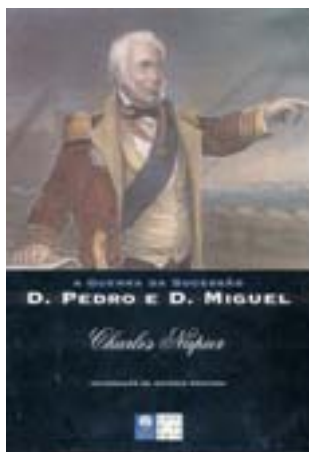
Se quiséssemos sintetizar o percurso de 25 anos de vida política do Capitão Henrique Carlos Malta Galvão, podíamos fazê-lo caracterizando os momentos e as atitudes. Anti-demorepublicano em nome da honra, sidonista fascinado em nome da moral, aderente ao 28 de Maio em nome do sentido histórico, participante activo no golpe dos *fifs* de 1927 em nome da reposição da responsabilidade, africanista e colonialista em nome da paixão, salazarista em nome da ilusória ordem prometida, opositor em nome da irreverência, e revolucionário em nome da dignidade.

Podemos percorrer conjuntos definidos pelos tempos do jovem voluntário ao defensor da memória revolucionária de vinte e seis, do degradado político ao deputado africanista, do cadete salazarista ao evadido de cinquenta e oito, do exilado ao opositor activo dos anos sessenta. São quatro etapas que, apesar de terem laços entre si, podem ser observadas separadamente ou sob outras esquematizadas divisões.



Outras edições apoiadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa:

– Charles Napier, *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel* [1836]. Introdução de António Ventura. Lisboa: Caleidoscópio, 2005, XXII+328 pp. ISBN 972-8801-57-2



A *Crónica Constitucional do Porto*, órgão dos liberais cercados na capital nortenha pelos miguelistas, em 11 de Junho de 1833, publicava um decreto, datado de dia 8, em que D. Pedro nomeava o «Vice-Almirante Carlos de Ponza» para o «Comando em chefe da esquadra» liberal, «tomando na devida consideração o vosso préstimo, zelo e inteligência (...)». Sob aquele exótico nome, de sabor mediterrânico, ocultava-se um dos oficiais mais brilhantes da Armada Britânica, famoso pela capacidade de comando demonstrada em múltiplas ocasiões, pela sua coragem e pela excentricidade que lhe valeu o epíteto de *Mad Charley*.

Charles Napier descreve a sua participação na Guerra Civil, em que teve um papel determinante na vitória liberal, alargando-se em comentários que ultrapassam a esfera autobiográfica, com apurado sentido crítico, ao qual não escapam os Miguelistas e os próprios companheiros Liberais.

Na presente edição decidiu-se actualizar a grafia, para melhor compreensão do texto, e introduzir nele algumas gravuras que enriquecem a sua leitura.

– Ana Maria Homem Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno 1618-1680*, Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, 865 pp., il. ISBN 972-9245-42-8

Do ponto de vista de uma intervenção pública, Duarte Ribeiro de Macedo foi um político com uma formação jurídica e funções diplomáticas, fórmula de que o século XVII europeu é fértil em exemplos. Duarte Ribeiro de Macedo, escritor, economista, magistrado, diplomata, homem do seu tempo, *iniciador* a seu modo, é objecto e actor, protagonista e sujeito da História.»

– *ARTIS*. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa., nº4, 2005 ; 507 pp. il.

António Francisco Figueiredo Cordeiro Lopes (1957-2006)

Faleceu inesperadamente no passado dia 11 de Março o Dr. António Cordeiro Lopes, docente de História Contemporânea na Faculdade de Letras de Lisboa e investigador do Centro de História. Licenciado em História pela mesma Faculdade (1980), Mestre em História Contemporânea (1996), fora professor do ensino secundário (1979-90), tendo exercido funções de orientação de estágio, sob coordenação da FLUL (1988-90). Contratado como assistente-estagiário nas áreas de História Contemporânea e de Didáctica da História (1990) e, posteriormente (1996), já Mestre, como assistente, fez parte, do Conselho do Departamento de História (1994-98 e 2003-05) e da Comissão Pedagógica de História (1996-98 e 2002-04). Contribuiu ainda activamente para a organização de diversos colóquios organizados pelo Instituto de História Contemporânea e pelo Centro de História, bem como para a dinamização da revista *Clio*, dirigida pelo Prof. Doutor João Medina.



Entre os seus estudos devem destacar-se a dissertação de Mestrado – *O pensamento e a acção de João Ameal – um percurso antitmoderno, entre o Integralismo e o Salazarismo (1917-1934)*, Lisboa, 1995 (policopiado), orientada pelo Professor João Medina – e diversos artigos publicados em publicações periódicas e obras colectivas, caso de “Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista: Vasquez de Mella e António Sardinha” *Revista da Faculdade de Letras*, nº16/17, 1994; “A União Federal Europeia na imprensa portuguesa (1929-1930)”, *O federalismo europeu. História política e utopia* (coord. Ernesto Castro Leal), Lisboa, 2001; “Uma visão do interior do Estado Novo sobre a crise mundial – Guerra, Ocidente, Europa (1943)”, in *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX* (coord. Sérgio Campos Matos), Lisboa, 2002 e “Europa, História presente – historiografia e União”, *Clio*, nº11, 2004. António Cordeiro Lopes estava a preparar uma dissertação de doutoramento subordinada ao tema *Portugal: Europa e Ditadura. Europeísmo e nacionalismo entre a República e o Estado Novo*, sob a orientação do Professor António Ventura.

Na Introdução à sua dissertação de Mestrado, dedicada ao pensamento e acção de João Ameal, uma das figuras mais significativas do nacionalismo conservador e da cultura histórica do Estado Novo, António Cordeiro Lopes posicionava-se deste modo em relação ao seu objecto de estudo: “Ficam desde já claras as radicais diferenças que nos opõem aos projectos políticos e historiográfico de João Ameal. Mas oposição que não significa *separação*, sendo certo que nenhum praticante da História vive desligado do seu tempo e do tempo sobre o qual se debruça. A relação de *diferença* parece-nos assim tão estimulante para a investigação como a relação de *proximidade*, embora, tal como esta, nos alerte para a necessária honestidade intelectual e competência probatória com que a subjectividade da história deve encarar-se. Muita dessa capacidade de prova, que torna mais verosímil a narrativa – e às vezes alimenta uma inevitável ilusão de *objectividade* –, depende da manipulação do concreto. É neste sentido que entendemos o estudo de um caso, o de João Ameal, ao longo de um tempo tão rico de diferenças e de tentativas de convergência, de propostas e de ensaios reais, em que Salazar acabou por tudo *tranquilizar*”. Sempre atento ao relativo e à complexidade da experiência humana concreta, escrupuloso na análise e na interpretação histórica, António Cordeiro Lopes não estava menos consciente da necessidade de compreender a singularidade humana em contexto, evitando a imposição de modelos abstractos, anteriores à investigação em história. Com esta prevenção evitava incorrer naquilo a que sugestivamente designava de “erro de *modelação*, que seria o de tentar aprioristicamente fazer coincidir no caso um conjunto de características – de pre-conceitos – definidos para um modelo abstracto” (*O pensamento e a acção de João Ameal...*, p.6). Adoptou esta atitude em diversos trabalhos monográficos que dedicou ao iberismo, ao europeísmo e aos nacionalismos no século XX, alguns dos temas que lhe mereceram maior atenção. Infelizmente não chegaria a concluir a dissertação de Doutoramento em que trabalhava nos últimos anos.

Com empenhado sentido de dedicação à Universidade e responsabilidade crítica, sempre disponível para desenvolver actividades científicas e escolares, ajudar colegas e estudantes, António Cordeiro Lopes deixa-nos profunda saudade. E, sobretudo, um exemplo de entrega desinteressada à Faculdade de Letras de Lisboa que permanecerá vivo na memória de todos que com ele conviveram.

Sérgio Campos Matos

19-03-2006

CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Direcção

Director: Professor Doutor António Ventura
Secretária: Professora Doutora Ana Leal de Faria
Investimentos e Execução Financeira: Professor Doutor José Varandas

Sede

Edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 LISBOA
PORTUGAL

URL: www.fl.ul.pt
E-mail: centro.historia@fl.ul.pt
Tel. + 351 217 920 000 Fax + 351 217 960 063

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA COM PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS, CENTROS DE INVESTIGAÇÃO E INSTITUIÇÕES CULTURAIS

PUBLICAÇÕES

Edições próprias e cooperação com editoras e entidades externas.
Permuta de *CLIO* e de outras publicações.

BIBLIOTECA

Vocacionada para a investigação histórica em domínios como o da história social, da cultura e das mentalidades, da economia e da ciência política, apoia investigadores portugueses e estrangeiros e estudantes de pós-graduação.

Acesso ao catálogo informatizado em <http://194.117.1.194>
Mediateca e Arquivo Histórico (em construção).

CLIO. REVISTA DO CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA **Publicação semestral.**

Divulga trabalhos dos investigadores do CHUL e de colaboradores convidados.
Os originais propostos para publicação devem ser endereçados ao Director da Revista.

